

Megaprojetos na Amazônia

*Uma Análise geopolítica e socioambiental com
propostas de melhor governo para a Amazônia*



Red Jurídica
Amazônica



D E R E C H O
A M B I E N T E Y
R E C U R S O S
N A T U R A L E S

MEGAPROJECTOS NA AMAZÔNIA

Uma Análise geopolítica e socioambiental com
propostas de melhor governo para a Amazônia

Red Jurídica Amazónica - RAMA
Articulación Regional Amazónica - ARA
Derecho, Ambiente y Recursos Naturales - DAR

Paul E. Little
PhD. en antropología
Consultor internacional

Dezembro 2013

MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA.

Uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia

Autor:

Paul E. Little

Editor:

César Gamboa Balbín

Tradução:

Eugenia Marinho de Almeida

Derecho, Ambiente y Recursos Naturales - DAR

Jr. Coronel Zegarra N° 260 - Jesus Maria (Lima 11)

Telefone: (511) 2662063

Email: dar@dar.org.pe

Página da web: www.dar.org.pe

Design da Capa:

Manuel Iguñiz Boggio

Disign e diagramação:

Realidades S.A.

Augusto Tamayo N° 190, of. 5 – San Isidro (Lima 27)

Email: informes@realidades.pe

Página da web: www.realidades.pe

Coordenação Geral:

Israel Gordaliza Carrillo

Guia para citar a publicação:

MEGAPROJETOS NA AMAZONÍA: Uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia. Paul E. Little. 92 páginas.

Primeira edição.

Primeira edição. Dezembro 2013, consistindo em 2000 cópias.

Feito o Depósito Legal na biblioteca Nacional do Peru N° 2013-18987

ISBN: 978-612-4210-05-1

É permitida a reprodução parcial ou total deste livro, seu tratamento informático, sua transmissão por qualquer forma ou meio, seja eletrônico, mecânico, por fotocópia ou outros; com a simples indicação da fonte quando seja usado em publicações ou difusão por qualquer meio.

Esta publicação apresenta a opinião dos autores e não necessariamente a visão da Coalizão Flamenca para a Cooperação Norte-Sul - 11.11.11, a Fundação Rainforest Noruega RFN e lá Fundação Charles Stewart Mott. Esta publicação foi possível graças ao financiamento da Coalizão Flamenca para a Cooperação Norte-Sul - 11.11.11, a Fundação Rainforest Noruega RFN e lá Fundação Charles Stewart Mott

Impresso y Feito no Peru..

Conteúdo

Apresentação	9
Sumário Executivo	13
Resumen Ejecutivo	17
Executive Summary	21
Introdução	25

PRIMEIRA PARTE: **ANÁLISE GLOBAL DOS MEGAPROJETOS**

1. AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	27
1.1 Os fluxos e refluxos das fronteiras amazônicas	27
1.2 As novas fronteiras amazônicas	28
1.3 A integração sul-americana	29
2. UMA TIPOLOGIA DOS MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA	30
2.1 Os megaprojetos de infraestrutura	30
2.1.1 O setor dos transportes	30
2.1.2 O setor elétrico	35
2.2 Os megaprojetos extrativos	41
2.2.1 O setor de hidrocarbonetos	41
2.2.2 O setor de mineração	47
2.3 Uma tabela comparativa	51
3. O FINANCIAMENTO DO MEGAPROJETOS	51
3.1 Brasil, China e o novo cenário financeiro mundial	51
3.2 BRASIL	53
3.2.1 A nova estratégia de desenvolvimento econômico do Brasil	53
3.2.2 O Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social BNDES	54
3.3 CHINA	56
3.3.1 A nova estratégia de desenvolvimento econômico da China	56
3.3.2 Os bancos chineses	58

4. OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DOS MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA	58
4.1 Principais impactos na escala pan-amazônica	58
4.1.1 Industrialização forçada da selva	59
4.1.2 A reorganização territorial da Amazônia	59
4.1.3 Perda de biodiversidade e degradação florestal	60
4.1.4 O potencial colapso da função hidrológica da bacia	60
4.2 Medindo e projetando os impactos à escala pan-amazônica	63
4.3 Principais impactos na escala microrregional	69
4.3.1 Destruição dos meios de subsistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais	69
4.3.2 O represamento dos rios e mudanças estruturais em os regimes hidrológicos que provoca	69
4.3.3 Crescimento urbano desarticulado que produz marginalização econômica e social	70

SEGUNDA PARTE: UNA AGENDA PAN-AMAZÔNICA PARA EL DESARROLLO ALTERNATIVO

1. AS AGENDAS DE DEFESA DA NATUREZA E DIREITOS	71
1.1 A agenda ambiental	71
1.2 A agenda dos direitos dos povos	73
1.3 Tensões e sinergias entre as duas agendas	74
1.4 A agenda de trabalho	75
2. A CONSTRUÇÃO DE REDES PAN-AMAZÔNICAS PARA A MUDANÇA	76
PROPOSTA DE TÓPICOS E AÇÕES PRIORITARIAS	78
2.1 Os direitos dos povos	78
2.1.1 O direito a Consulta Prévia, Livre e Informada	78
2.1.2 Os novos direitos nas Constituições Nacionais	79
2.2 Salvaguardas e controles ambientais	80
2.2.1 Foco prioritário nas BNDES e os bancos chineses	80
2.2.2 Estudos de Avaliação Ambiental Estratégica	81
2.3 Governança socioambiental	82
2.3.1 Incidência sobre a tomada de decisões em um megaprojeto	82
2.3.2 Utilização de Hierarquia de Mitigação	83
2.3.3 Políticas inovadoras de gestão dos recursos naturais	84
2.4 Políticas de desenvolvimento e comércio	85
2.4.1 Pesquisa de novas políticas de desenvolvimento amazônico	85
2.4.2 O Acordo Energético Peru – Brasil	86
2.4.3 Os novos espaços de participação na UNASUL	86

BIBLIOGRAFIA	89
---------------------	-----------

TABELAS

Nº 1	Lista dos 31 projetos de Agenda de Projetos Prioritários de Integração – API.	31
Nº 2	Grandes hidroelétricas na Amazônia (> 1500 MW).	37
Nº 3	Principais características dos dois tipos de megaprojetos.	51
Nº 4	O PIB de 2011 para os países “BRICS” e os países da antiga G-7.	52
Nº 5	Desembolsos anuais do BNDES.	55
Nº 6	Quantidade de inversões de capital entre China e os países amazônicos – 2006-2010.	57

GRÁFICOS

Nº 1	Crescimento económico em os EUA, Reino Unido, Índia e China 1999-2008.	56
Nº 2	Comércio entre China e os países do América Latina e Caribe 1995-2010.	57
Nº 3	Mapa conceitual dos principais espaços/atores socioeconómicos.	78

MAPAS

Nº 1	Estradas na Amazônia.	33
Nº 2	Hidroelétricas em construção ou planeadas: Amazônia brasileira.	36
Nº 3	Hidroelétricas na Amazônia.	39
Nº 4	Petróleo e gás na Amazônia.	45
Nº 5	Mineração na Amazônia.	49
Nº 6	Desflorestação na Amazônia.	61
Nº 7	SimAmazônia 2006 – Simulação de Desmatamento.	63
Nº 8	Amazônia: pressão acumulada.	65
Nº 9	Amazônia: pressão acumulada e ameaças.	67

IMAGENS

Nº 1	Desmatamento em Sucumbíos/Orellana, Ecuador – 1977.	42
Nº 2	Desmatamento em Sucumbíos/Orellana, Ecuador – 2002.	43
Nº 3	Os Chefes de Estado da Índia, Rússia, China e Brasil (reunião BRICs).	52

PRESENTACIÓN

Son pocas las oportunidades que da la vida profesional de presentar a nombre propio y de diversas organizaciones, una selección de trabajo y esfuerzo como la que ahora presentamos, del reconocido antropólogo Paul Little, titulado *“Megaproyectos en la Amazonía. Un análisis geopolítico y socioambiental con propuestas de mejor gobierno para la Amazonía”*, que analiza las oportunidades y retos que está viviendo uno de los bosques tropicales más importantes del planeta.

La Amazonía está cambiando, como la historia misma del continente. Después de veinte años, no tenemos las mismas amenazas ni las mismas oportunidades para que la Amazonía y los ecosistemas que alberga se mantengan o generen la riqueza necesaria para todos los ciudadanos amazónicos. La incorporación de los bienes amazónicos al mercado, el juego de la demanda global por la energía y la acentuación del modelo primario exportador en los países amazónicos, incluso Brasil, impulsa que más megaproyectos sean promovidos desde intereses nacionales (por ejemplo, mediante financiamiento del BNDES), confluencias bilaterales (por ejemplo, el Acuerdo Energético Perú - Brasil) o una arquitectura regional (UNASUR/Cosiplan).

La Red Jurídica Amazónica RAMA y Derecho, Ambiente y Recursos Naturales - DAR, con la finalidad de promover el

desarrollo sostenible de la Amazonía, decidieron impulsar esta investigación para que sirva como derrotero para las futuras articulaciones de redes y actores en pos de los pactos sociales necesarios para la conservación de la Amazonía.

RAMA, una red de abogados de la región dedicada a la defensa y protección de la Amazonía, de su naturaleza y de los pueblos indígenas que ahí habitan, decidió el año 2012, en su reunión del Comité de Coordinación, su nueva estructura de gobierno, que era necesario tener una estrategia de cambio de la Amazonía en función a las inversiones que podían convertirse tanto en oportunidad como en amenaza para estos ecosistemas. En dicha reunión, se decidió que RAMA asumiera el esfuerzo de dirigir esta investigación a través de un consultor con la finalidad de ir construyendo un análisis y una estrategia que pueda ser coherente y aplicada por la sociedad civil regional a futuro y evite los altos costos que representan los retos de las inversiones en la Amazonía.

El autor hace referencia en su estudio a la necesidad de que todos los actores realicen un pacto por su gobernanza, para conservar la Amazonía. Paul Little hace referencia a la “Gobernanza Energética”, en la medida que serán pactos que aseguren, por ejemplo, que el modelo energético

cumpla los objetivos definidos por el pacto social que produzca una política pública; y por otro lado, la elevación de estándares ambientales y sociales que permitirá aplicar criterios para mitigar impactos ambientales, sociales, políticos, etc. y dotar de confianza tanto la inversión como el desarrollo sostenible, de modo que sean compatibles en el futuro de la Amazonía.

Al igual que estudios como *Amazonía Peruana al 2021* o recientemente *Loreto Sostenible al 2021*, ambos elaborados y liderados por Marc Dourojeanni*; el *Atlas de la Amazonía* de RAISG; o *Amazonía 2030*, de Colombia; otras organizaciones vienen haciendo seguimiento a las inversiones con una pretensión regional (Panel Internacional de Ambiente y Energía en la Amazonía, ARA, RAMA, RLIE, IR, IBASE, DAR) con la pretensión de articular tres niveles de intervención: (1) El ciclo del proyecto (bajo las estrategias de oposición vs. mitigación de impactos de proyectos); (2) Las políticas nacionales (planificación, estándares, regalías, etc.); y (3) El financiamiento internacional (Tratados de Libre Comercio, acuerdos binacionales, UNASUR/COSIPLAN/BNDES).

Pese a ello, ha sido sumamente dificultoso asegurar que los nuevos patrones de inversiones, su origen y el flujo de inversiones del mercado se realicen bajo las estrategias tradicionales de conservación, sin adaptación y conocimiento del mercado de *commodities*, y especialmente, sin análisis político previo (mapeo de actores y estrategias) que nos permita medir las asimetrías entre actores y lograr los cambios necesarios para la sostenibilidad de la región, especialmente de la Amazonía.

Un segundo elemento importante a tomar en cuenta es el modelo de "Desarrollo de la Amazonía para los Amazónicos", una propuesta de desarrollo desde adentro,

una forma de comprobar, a través de la información y proyección de escenarios, cuál sería el mejor diseño para construir herramientas integrales que permitan soluciones de sostenibilidad del modelo de desarrollo, pero no dirigida a satisfacer la demanda externa, sino de los países amazónicos, algo pendiente en nuestro país.

Un tercer elemento es la claridad con que se expone en las propuestas de estrategias la "Jerarquía de Mitigación". Existe una falta de madurez de las organizaciones de la sociedad civil para reconocer su posicionamiento y entender la eficacia de una estrategia de "oposición" de las inversiones y de "mejorar las condiciones para su sostenibilidad", en el mejor escenario posible.

Existen muchos elementos que comprometen este análisis y que no necesariamente terminan por consensuarse, sin embargo, el autor identifica una serie de agendas de cambio para la mejor gobernanza de la Amazonía: la agenda indígena (la consulta previa y el reconocimiento constitucional de los derechos indígenas); la promoción de las salvaguardas -como la Evaluación Ambiental Estratégica - EAE- en el flujo de inversiones promovidas por BNDES de Brasil e inversiones chinas; y la mejora de la gestión en los niveles de gobierno: subnacional (gestión ambiental); nivel nacional (vulneración de derechos en políticas); relaciones bilaterales (Acuerdo Energético Perú - Brasil); y de carácter regional (participación ciudadana en UNASUR).

Queremos agradecer en primer lugar a los miembros del Comité de Coordinación de RAMA: Ivan Bascopé (coordinador general); Ricardo Verdum (Brasil); Marco Mendoza (Bolivia); Bolívar Beltrán (Ecuador), Luis Bello (Venezuela), Ramón Laborde (Colombia).

* Ver http://www.dar.org.pe/archivos/publicacion/Loreto2021_completo2.pdf

Asimismo, agradecemos el apoyo de Karina Pinasco, de AMPA ARA Perú, Richard Smith, de IBC; Beto Ricardo, de ISA; especialmente a RAISG, por los mapas facilitados para la presente publicación.

No podemos dejar de agradecer a Paul Little por el esfuerzo y dedicación en las reflexiones y recomendaciones para la mejora de la Amazonía. Paul ha venido acompañando a RAMA en este proceso de aprendizaje, lo que ha permitido enriquecer nuestro análisis y priorizar estrategias de incidencia que impliquen establecer un mejor sistema regional de salvaguardas vinculado a las grandes necesidades que demanda la política actual de nuestros países: avances y retrocesos en el diseño e implementación de la consulta previa y en la gestión ambiental de las inversiones.

Asimismo, debemos agradecer por el apoyo a Francisco Rivasplata y Mario Samamé del Área Amazonía, y a Israel Gordaliza, del Área de Comunicaciones y Gestión del Conocimiento de DAR, que han complementado y acompañado el proceso de construcción de la información, junto con otros aliados, para elaborar esta publicación.

Agradecemos de manera especial a la Coalición Flamenca para la Cooperación Norte - Sur -11.11.11, la Fundación Rainforest Noruega RFN y la Fundación Charles Stewart Mott por el apoyo a la presente obra y a las actividades de RAMA durante estos años, y particularmente en este primer año en el cual se ha iniciado una nueva estructura más democrática, participativa y dedicada a promover cambios desde las políticas públicas nacionales y regionales.

Finalmente, un saludo especial a Stian Bergeland de RFN, que con su esfuerzo constante, ha contribuido al impulso de RAMA. Así, esperamos que esta publicación y sus mensajes ayuden a mejorar la gestión pública de los recursos naturales en la Amazonía o Pan Amazonía, una zona llena de posibilidades y oportunidades para el desarrollo de nuestros países.

Lima, junio de 2013

César Gamboa Balbín
Editor

** Director Ejecutivo de Derecho, Ambiente y Recursos Naturales - DAR; Miembro del Comité de Coordinación por Perú de la Red Jurídica Amazónica RAMA y Coordinador del Grupo de Trabajo sobre Infraestructura de la Articulación Regional Amazónica ARA - Perú.

Sumário Executivo

OS MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA:

Um manual geopolítica e socioambiental

Na Amazônia, a busca frenética mundial por commodities e fontes de energia está gerando uma rápida expansão no uso de terras agrícolas para a produção de grãos e biocombustíveis, na construção de grandes barragens hidrelétricas e nas atividades de mineração espalhados por toda a bacia Amazônica, transformando a região em uma nova fronteira global. Uma das novidades mais importantes da atual onda de expansão da fronteira amazônica é que as intervenções externas na Amazônia têm um grau de coordenação pan-amazônica que não era evidentes antes, especialmente ligadas à construção de megaprojetos. Além disso, a magnitude dos impactos sociais e ambientais causados pelos megaprojetos é de uma ordem qualitativamente superior das ondas anteriores de fronteiras em expansão, devido ao tamanho e abrangência geográfica dos projetos, ao número de projetos que estão sendo construídas simultaneamente e ao enorme quantidade de capital injetado neles.

Durante a primeira década do século XXI, houve uma reestruturação significativa do financiamento de projetos de desenvolvimento na Amazônia, resultado da crise econômica nos países industrializados e da consolidação das economias emergentes, em particular os chamados países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Durante essa década, o Brasil e a China forjaram uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, com base nas políticas de internacionalização das empresas nacionais e a construção de espaços hegemônicos regionais dominados por seus capitais nacionais. Assim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento da China cresceram rapidamente e ocuparam o nicho dos principais investidores e credores para a megaprojetos Amazônia.

Para efeitos de análise, agrupamos os megaprojetos na Amazônia em dois tipos: os megaprojetos de infraestrutura e os megaprojetos extrativistas. Os megaprojetos de infraestrutura operam principalmente com capitais públicos no âmbito de acordos bilaterais entre os países e, como tal, os processos de tomada de decisão entram no espaço público de debate. Enquanto isso, os megaprojetos extrativistas tendem a trabalhar dentro da esfera do capital privado no âmbito dos tratados e acordos de livre comércio e têm como principais instrumentos de controle público os processos concessionários e contratuais. Apesar destas diferenças, ambos os tipos de megaprojetos estão em plena expansão e não há nenhuma indicação de que irá desacelerar nos próximos anos.

As grandes obras de infraestrutura funcionam como o principal “facilitador” para quase todas as demais atividades de desenvolvimento econômico. Com o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) em 2000 sob a coordenação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), começou uma nova fase de integração geofísica da América do Sul. Em 2010, os países membros da União de Nações Sul-americanas (Unasul) assumiram o controle da carteira de projetos da IIRSA e designaram o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) para gerenciá-la. Na última atualização de sua Agenda de Projetos Prioritários de Integração são 544 projetos que somam um investimento total estimado de US\$ 130 bilhões.

A rápida expansão da economia brasileira tem gerado uma crescente demanda doméstica de energia elétrica, levando o governo brasileiro a embarcar em um ambicioso programa de construção de usinas hidrelétricas na Amazônia. Os países andinos também adotaram uma estratégia para aumentar a produção de eletricidade através da construção de hidrelétricas e esta política tem capturado o interesse dos investidores estrangeiros, principalmente do Brasil e China. Há um total de 17 grandes hidrelétricas com capacidade de 1500 MW ou mais previsto para a Amazônia nos próximos anos, junto com centenas de outras barragens de capacidade média. Por trás dessa onda de construções está a estratégia de colocação de várias barragens dentro de uma mesma bacia hidrográfica e, assim, controlar o fluxo da água do rio desde o seu nascimento até sua foz.

Os megaprojetos extrativos são parte das políticas de exportação e comércio dos países amazônicos e representam uma fonte de renda cada vez mais importante para os Estados. A expansão do setor de hidrocarbonetos na região amazônica está concentrada nos países andinos, onde estão 263 dos 327 lotes petrolíferos existentes na bacia amazônica. Desse total, apenas 25% dos lotes estão atualmente em fase de exploração, indicando o enorme potencial para a expansão deste setor.

A expansão do setor de mineração foi mais rápido do que o setor de hidrocarbonetos, e é dominada por um pequeno número de grandes empresas multinacionais. O setor da mineração extrai múltiplos recursos minerais - ouro, prata, minério de ferro, cobre, bauxita, estanho, titânio, vanádio e caulim, entre outros - e é muito mais dispersa do que o setor de hidrocarbonetos, que cria mais fontes micro-regionais dos impactos. No total existem 52.974 áreas de mineração na Amazônia que abrangem 1.628.850 km² ou 21% da superfície da bacia. Deste montante, o Brasil alberga aproximadamente 80% deles, com o Peru em segundo lugar com 11%.

O estudo identifica sete principais impactos socioambientais que os megaprojetos estão gerando a escala geográfica da Pan-Amazônia, que são derivados das disciplinas acadêmicas da ecologia humana; geografia humana; biologia; hidrologia; climatologia; antropologia e sociologia: 1) A industrialização forçada da selva; 2) A reestruturação territorial da Amazônia; 3) A erosão genética; 4) O fim de rios com fluxos naturais; 5) O potencial para um colapso

ecológico; 6) Invasões territoriais; e 7) A marginalização econômica e social.

O peso dos impactos socioambientais é distribuído de forma extremamente desigual. Que leva a maioria dos benefícios derivados da implementação de megaprojetos são forças econômicas e políticas externas a região, como as grandes empresas multinacionais, os aparelhos administrativos do governo nacional e as instituições financeiras. Quem leva a maioria dos impactos negativos desses megaprojetos são os povos indígenas, que sofrem com a invasão de suas terras, e as comunidades locais, que experimentam uma rápida proliferação de graves problemas sociais, sanitários e de saúde.

As ações dos diferentes grupos sociais para a defesa dos seus direitos e da natureza fizeram com que eles se constituíssem em sujeitos políticos, elaborando distintas agendas para a mudança. Identificamos três principais agendas amazônicas para análise aqui: uma agenda ambiental, liderada por conservacionistas internacionais; uma agenda de direitos coletivos, liderada por povos indígenas; e uma agenda de trabalhista, liderada por sindicatos. A relação entre a agenda ambiental e a agenda dos direitos coletivos durante as últimas três décadas têm oscilado entre alianças políticas, de um lado, e conflitos abertos, por outro. Enquanto isso, as demandas de milhares de trabalhadores em megaprojetos por condições dignas e benefícios do trabalho têm sido, até agora, bastante independentes para a agenda ambiental e de direitos, uma vez que os trabalhadores estão relacionados,

para bem ou para o mal, com as mesmas obras que estão causando a devastação da região.

O estudo lança uma proposta para um modelo alternativo de desenvolvimento baseado nas práticas e os aprendizados dos povos da Amazônia para atender às suas necessidades e aspirações, em vez dos interesses econômicos alheios. Para lograr um desenvolvimento amazônico, precisamos construir uma visão endógena panamazônica capaz de reunir as dispersas reivindicações dos movimentos sociais em uma coalizão coesiva. As táticas de ação política disponível variam muito, incorporando tanto ações colaborativas e de participação na formulação de políticas públicas, como ações de mobilização, confronto e resistência.

Quatro linhas de ação, juntamente com seus respectivos temas prioritários, foram identificadas no estudo: (1) Os direitos dos povos, com dois temas prioritários: o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada; e os novos direitos outorgados pelas constituições nacionais; (2) Salvaguardas e controles sociais e ambientais, com dois temas prioritários: o BNDES e os bancos chineses; e os Estudos de Avaliação Ambiental Estratégica; (3) Governança socioambiental, com três temas prioritários: incidência na tomada de decisões sobre um megaprojeto; utilização da Hierarquia de Mitigação; e políticas inovadoras de gestão dos recursos naturais; (4) Políticas públicas de desenvolvimento e comércio, com três temas prioritários: busca de políticas nacionais alternativas de desenvolvimento amazônico; o Acordo Energético Peru-Brasil; e os novos espaços para a participação dos cidadãos na UNASUL.

Resumen Ejecutivo

LOS MEGAPROYECTOS EN LA AMAZONÍA

Un manual geopolítico y socioambiental

En la Amazonía, la búsqueda desenfadada a nivel global para commodities y para fuentes de energía está generando una rápida expansión en el uso de tierras agrícolas para producir granos y biocombustibles, en la construcción de grandes represas hidroeléctricas y en las actividades mineras desparramadas en toda la cuenca amazónica, transformando esta región en una nueva frontera global. Una de las más importantes novedades de la actual ola de expansión de las fronteras amazónicas es que las intervenciones externas en la Amazonía tienen un grado de coordinación pan-amazónica que no fue evidenciado antes, especialmente ellas vinculadas a la construcción de megaproyectos. Además, la magnitud de los impactos socioambientales causados por los megaproyectos es de un orden cualitativamente más alto que en olas previas de la expansión de fronteras debido al tamaño y alcance geográfico de los emprendimientos, al número de proyectos siendo construidos simultáneamente y a la enorme cantidad de capitales inyectados en ellos.

Durante la primera década del siglo XXI, hubo una significativa reestructuración del financiamiento de proyectos de desarrollo en la Amazonía, fruto de la crisis económica en los países industrializados y de la consolidación de las

economías de los países emergentes, particularmente los llamados países BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica). Durante esta misma década, Brasil y China forjaron una nueva estrategia de desarrollo nacional basada en políticas de la internacionalización de las empresas nacionales y la construcción de espacios hegemónicos regionales dominados por sus capitales nacionales. De esta forma, el Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) y el Banco Chino de Desarrollo crecieron vertiginosamente y rápidamente ocuparon el nicho de principales inversionistas y prestamistas para los megaproyectos de la Amazonía.

Para fines analíticos, agrupamos los megaproyectos en la Amazonía en dos tipos: los megaproyectos de infraestructura y los megaproyectos extractivos. Los megaproyectos de infraestructura operan principalmente con capitales públicos dentro del marco de los acuerdos bilaterales entre países y, como tal, sus procesos de la toma de decisiones entran en el espacio público de debate. Mientras tanto, los megaproyectos extractivos tienden a funcionar dentro de la esfera de los capitales privados dentro del marco de los tratados y acuerdos de libre comercio y tienen como sus principales instrumentos de control público los

procesos concesionarios y contractuales. A pesar de estas diferencias, ambos tipos de megaproyectos se encuentran en fase de plena expansión y no hay indicaciones de que van a disminuir su velocidad en los próximos años.

Las grandes obras de infraestructura funcionan como el principal “facilitador” para casi todas las demás actividades de desarrollo económico. Con el lanzamiento de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) en 2000 bajo la coordinación del Banco Interamericano del Desarrollo (BID), una nueva fase de la integración geofísica de Sudamérica comenzó. En 2010, los países miembros de la Unión de Naciones de Sudamérica (UNASUR) tomaron control del portafolio de proyectos de IIRSA y designaron el Consejo Sudamericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN) a administrarlo. En la última actualización de su Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración son 544 proyectos de un monto de inversión estimada 130 mil millones de dólares.

La rápida expansión de la economía brasileña ha generado una creciente demanda interna por energía eléctrica, impulsando al gobierno brasileño a embarcarse en un ambicioso programa de construcción de hidroeléctricas en la Amazonía. Los países andinos también han adoptado una estrategia de aumentar la generación de electricidad mediante la construcción de represas hidroeléctricas y esta política ha captado el interés de inversionistas extranjeros, principalmente desde Brasil y China. Hay un total de 17 grandes represas hidroeléctricas con capacidad mayor de 1500 MW previstas para la Amazonía en los próximos años, junto con centenas de otras represas de capacidad media. Por tras esta ola de construcciones, hay la estrategia

de construir varias represas dentro de una misma cuenca hidrográfica y, de esta manera, controlar el flujo de agua del río desde su nacimiento hasta su desembocadura.

Los megaproyectos extractivos forman parte de las políticas de exportación y comercio de los países amazónicos y representan una fuente cada vez más importante de renta para los Estados. La expansión del sector de hidrocarburos en la Amazonía está concentrada en los países andinos, donde se encuentran 263 de los 327 lotes petroleros existentes en la cuenca amazónica. De este total, solamente 25% de los lotes se encuentran actualmente en fase de explotación, indicando el inmenso potencial para la expansión de este sector.

La expansión del sector minero ha sido todavía más rápido que la del sector de hidrocarburos y está dominando por un pequeño número de grandes empresas multinacionales. El sector minero extrae múltiples recursos minerales – el oro, la plata, el mineral de hierro, el cobre, la bauxita, el estaño, el titanio, el vanadio y el caolín, entre otros – y está mucho más disperso que el sector de hidrocarburos, lo que crea más focos micro-regionales de impactos. En total existen 52.974 zonas mineras en la Amazonía que cubren 1.628.850 km² o 21% de la superficie de la cuenca. De esta cantidad, Brasil alberga aproximadamente el 80% de ellas, con Perú en segundo lugar con 11%.

El estudio identifica siete principales impactos socioambientales que los megaproyectos están generando a la escala geográfica pan-amazónica, mediante la utilización de las disciplinas académicas de ecología humana, geografía humana, biología, hidrología, climatología,

antropología y sociología: 1) La industrialización forzosa de la selva; 2) La reestructuración territorial de la Amazonía; 3) La erosión genética; y 4) El fin de ríos con flujos naturales; 5) El potencial para un colapso ecológico; 6) Las invasiones territoriales; y 7) Marginalización económico y social.

El peso de los impactos socioambientales está distribuido en una forma extremadamente desigual. Quien lleva la mayoría de los beneficios derivados de la implementación de los megaproyectos son fuerzas económicas y políticas externas de la región, tales como las grandes empresas multinacionales, el aparato administrativo del gobierno nacional y las entidades financieras. Quien lleva la mayoría de los impactos negativos de estos mismos megaproyectos son los pueblos indígenas, quienes sufren de la invasión de sus tierras, y las comunidades locales, que experimentan una acelerada proliferación de graves problemas sociales, sanitarios y de salud.

Las acciones de distintos grupos sociales para la defensa de sus derechos e de la naturaleza condujeron a su constitución en sujetos políticos quienes elaboraron distintas agendas para el cambio. Identificamos tres principales agendas amazónicas para análisis aquí: una agenda ambiental, liderada por los conservacionistas internacionales; una agenda de los derechos colectivos, liderada por los pueblos indígenas; y una agenda laboral, liderada por sindicatos. Las relaciones entre la agenda ambiental e la agenda de los derechos durante las últimas tres décadas han fluctuado entre alianzas políticas, por un lado, y conflictos abiertos, por otro. Mientras tanto, las reivindicaciones de los millares de trabajadores en los megaproyectos para dignas condiciones y beneficios de trabajo han sido, hasta el

momento, bastante desvinculadas a las agendas ambiental y de los derechos colectivos, ya que los trabajadores están vinculados, por bien o por mal, con las mismas obras que están provocando la devastación de la región.

El estudio lanza una propuesta para un desarrollo alternativo fundamentada en las prácticas y los aprendizajes de los pueblos de la Amazonía para atender a sus necesidades y aspiraciones, en vez de los intereses económicos ajenos. Para lograr un desarrollo amazónico se necesita construir una visión pan-amazónica endógena capaz de aglutinar las reivindicaciones dispersas de los movimientos sociales en un movimiento cohesivo. Las tácticas de acción política disponibles varían mucho incorporando tanto acciones colaborativas y de participación en la formulación de las políticas públicas como acciones de movilización, confrontación y resistencia.

Las siguientes cuatro líneas de acción, junto con sus respectivos temas prioritarios, fueron identificadas en el estudio: (1) Los derechos de los pueblos, con dos temas prioritarios: el derecho a la Consulta Previa, Libre e Informada; y los derechos otorgados por las nuevas constituciones nacionales; (2) Salvaguardas y controles sociales y ambientales, con dos temas prioritarios: el BNDES y en los bancos chinos; y los Estudios de Evaluación Ambiental Estratégica; (3) Gobernanza socioambiental, con tres temas prioritarios: incidencia en la toma de decisiones sobre un megaproyecto; utilización de la Jerarquía de Mitigación; y políticas innovadoras de gestión de los recursos naturales; (4) Políticas públicas de desarrollo y de comercio, con tres temas prioritarios: busca de políticas alternativas nacionales de desarrollo amazónico; el Acuerdo Energético Perú-Brasil; y los nuevos espacios para la participación ciudadana en UNASUR.

Executive Summary

MEGA-DEVELOPMENT PROJECTS IN AMAZONIA:

A geopolitical and socioenvironmental primer

Intense global demand for commodities and energy has led to the rapid expansion of monocultures for biofuels and of large-scale hydroelectric dams and mining activities throughout the entire Amazon Basin, which has transformed the region into a new global economic frontier. One of the most significant changes in this wave of Amazonian frontier expansion is that outside interventions, particularly mega-development projects, are being planned and implemented at a heretofore unheard of pan-Amazonian scale. In addition, the magnitude of the socioenvironmental impacts caused by these projects are of a qualitatively higher level than that other waves of frontier expansion due to the size of the projects, the large number of them that under simultaneous construction and the large amount of capital invested in them.

The first decade of the 21st century experienced a major restructuring of the financing of development projects in Amazonia, stemming from the economic crisis of the industrialized countries, together with the continued growth of the economies of emerging countries, notably the so-called BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa). During this same decade, Brazil and China forged new national development strategies based in the policies of the globalization of national companies and the

establishment of regional hegemonic spaces dominated by their national capital investments. The Brazilian National Economic and Social Development Bank (BNDES) and the Chinese Development Bank grew rapidly in this period and became the largest investors and creditors of mega-development projects in Amazonia.

Two types of mega-development projects have been delineated for analytical purposes; Infrastructure projects and extractive projects. Mega-infrastructure projects operate primarily with public capital within the framework of bi-lateral agreements between countries and, as such, their processes of decision-making become part of the public arena for debate. Mega-extractive projects, on the other hand, usually operate with the sphere of private capital within the framework of free-trade treaties and agreements and the principal instruments for public control are the concession and contracting processes. In spite of these differences, both types of projects are currently experience a phase of rapid expansion and all indications point to the continuation of this trend in the coming years.

Large-scale infrastructure projects serve as the primary “enabler” for most other economic activities in Amazonia. With the launching of the Initiative for the Integration of

Regional Infrastructure of South America (IIRSA) in 2000, coordinated by the Inter-American Development Bank (IDB), a new phase of geo-physical integration of South America began. In 2010, the member countries of the Union of South American Nations (UNASUR) took control of the all IIRSA projects and designated its South American Council for Infrastructure and Planning (COSIPLAN) to manage them. The most recent update of its Priority Projects Agenda for Integration contained 544 projects having an estimated cost of 130 billion dollars.

The rapid expansion of the Brazilian economy has generated a growing internal demand for electricity, which in turn has stimulated the Brazilian government to embark on an ambitious program of building hydroelectric dams throughout Amazonia. The Andean countries have also adopted a strategy to increase the generation of hydroelectricity and these policies have gained the interest of foreign investors, particularly from Brazil and China. A total of 17 large-scale hydroelectric dams with a generating capacity of over 1500 MW are projected for Amazonia in the coming years and these will be joined by hundreds of smaller dams. Underlying this wave of dam building lays the strategy of controlling the flow of water in a river from its source to its mouth through the construction of numerous dams along its course.

Extractive mega-development projects involve the extraction of non-renewable resources and form a crucial part of the export and trade policies of Amazonian countries.

The expansion of the hydrocarbon industry in Amazonia is concentrated in the Andean countries, where 263 of the 327 petroleum blocks are located. Of this total, only 25% of the blocks are currently in the production phase, indicating that the potential for future expansion of this sector is enormous.

The expansion of the mining sector has been even faster than that of the hydrocarbon sector and is dominated by a small number of large multinational corporations. The mining sector involves a multiplicity of mineral resources – gold, silver, iron ore, copper, bauxite, tin, titanium, vanadium and kaolin, among others – and is much more disperse than the hydrocarbon sector, which has generated a greater number of micro-regional centers of impact. There are a total of 52,974 mining concessions in Amazonia which cover 1,628,850 km² or 21% of the Amazon Basin. Brazil houses approximately 80% of these concessions, with Peru occupying second place with 11%.

This study identifies seven primary socioenvironmental impacts that mega-development projects are causing at a pan-Amazonian scale, which are derived for the disciplinary perspectives of human ecology, human geography, biology, hydrology, climatology, anthropology and sociology: 1) The forced industrialization of the jungle; 2) The territorial restructuring of Amazonia; 3) Genetic erosion; 4) The end of free-flowing rivers; 5) Potential for ecosystem collapse; 6) Territorial invasions; and 7) Economic and social marginalization.

The weight of these socioenvironmental impacts is distributed in an extremely unequal manner. The majority of the benefits derived from the construction of mega-development projects accrue to economic and political actors external to Amazonia, such as large multinational corporations, the administrative apparatus of national governments and financial institutions. The majority of negative impacts of these same mega-development projects are borne by indigenous peoples, who suffer from the invasion of their territories, and local communities, which suffer from the proliferation of serious social and health problems.

The actions of distinct social groups for the defense of their rights and of nature has led to their constitution as political actors who have developed differing sets of political agendas for change. Three of these agendas analyzed in this study are: the environmental agenda, led by international conservationists; the collective rights agenda, led by indigenous peoples; and the labor agenda, led by unions. The relationships between the environmental and the rights agendas over the past three decades have fluctuated between political alliances, on one hand, and open conflict, on the other hand. Meanwhile, the efforts of the thousands of workers at development projects for gaining better working and living conditions has, up to now, not been linked to the environmental and the rights agendas, since these workers are implicated in the very projects which are destroying in the region.

This study presents a proposal for an alternative development model based in the practices and lessons of the peoples of Amazonia geared towards meeting their needs and aspirations, instead of those of outside economic interests. In order to achieve an Amazoncentric development, an endogenous, pan-Amazonian vision of change capable of encompassing the diverse claims of Amazonian social movements and channeling them into a cohesive coalition needs to be developed. The tactics of political action to be employed in the construction of this pan-Amazonian agenda vary from collaborative participation in the formulation of public policies to political mobilization and confrontation.

The following four arenas of political action, together with their respective priority issues, were identified in this study: 1) Collective rights of peoples, with two priority issues: the right to Free, Prior and Informed Consent; and the new rights enshrined in national constitutions; 2) Social and environmental controls and safeguards, with two priority issues: BNDES and Chinese banks; and Strategic Environmental Assessments; 3) Socioenvironmental governance, with three priority issues: influencing the decision-making processes on mega-development projects; the use of the Mitigation Hierarchy; and innovative policies of natural resource management; 4) Public policies for development and trade, with three priority issues: the search for new national policies of Amazonian development; the Peru-Brazil Energy Agreement; and the new spaces for citizen participation in UNASUR.

INTRODUÇÃO

O planejamento e construção de grandes infraestruturas e recursos naturais de extração chamados aqui “megaprojetos” - na Amazônia está enfrentando no momento, uma fase de declínio sem precedentes na história da região, impulsionado pela expansão do capitalismo em todo o mundo (incluindo o capitalismo comunista da China) em busca de recursos. Essa expansão está gerando impactos sociais e ambientais, com graves consequências para os povos indígenas e comunidades locais que dependem da floresta amazônica para sua sobrevivência.

Esta pesquisa tem dois objetivos principais: (1) fornecer uma compreensão abrangente do fenômeno atual de megaprojetos na Amazônia, fundada por dados empíricos, e (2) desenvolver um quadro analítico capaz de orientar ações de alteração pela Rede Legal Amazônia RAMA e outras organizações dedicadas à proteção dos direitos humanos e os direitos coletivos dos povos indígenas e tradicionais da floresta amazônica.

As técnicas de investigação utilizadas incluem o levantamento de informações bibliográficas, documentos e estatísticas de várias fontes sobre os megaprojetos na Amazônia, a sistematização dessas informações dentro de um quadro de análise geopolítica e socioambiental, visitas aos principais organizações e participação em reuniões importantes Colômbia¹, Bolívia² e Brasil³, e controlando as ações de redes de advocacia sobre a questão da megaprojetos e assuntos relacionados.

O estudo está estruturado em duas partes. A primeira - análise global de megaprojetos começa com uma contextualização das fronteiras amazônicas contemporâneas dentro do

novo cenário mundial financeiro. Os seguintes subtemas são o tipo e financiamento de megaprojetos enfocando os casos do Brasil e da China. O último subtema é sobre os impactos sociais e ambientais de megaprojetos duas escalas geográficas: panamazônia e microrregional.

A segunda parte, -Uma agenda panamazônica alternativa de desenvolvimento- começa com uma análise da constituição de vários assuntos políticos e suas respectivas agendas reclamação contra processos de destruição causados por “intervenções de desenvolvimento”, com ênfase na agenda ambiental e agenda de direitos ambientais dos povos. O último subtema apresenta uma proposta e as questões prioritárias para a defesa. O texto narrativo é seguido pela consulta de acompanhamento literatura e material de suporte.

Dada a perspectiva global do estudo, não serão analisadas individualmente casos emblemáticos de megaprojetos que têm gerado graves conflitos que ocuparam a atenção de muitas das organizações membros da RAMA. Vários desses conflitos têm tomado dimensões internacionais, como no caso da construção da barragem de Belo Monte, a proposta de construir uma estrada através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS), os investimentos propostos de US \$ 4000 milhões de dólares do projeto para instalar a mineração “Conga” nos Andes peruanos para extrair ouro e cobre, e da 11ª rodada de licitações que deram concessões de três milhões de hectares da Amazônia equatoriana para a indústria do petróleo. Assim, os casos emblemáticos serão tratados aqui como casos ilustrativos que suportam os argumentos analíticos.

1 Seminário: Estratégias para a defesa da sociedade civil na UNASUL e BNDES, Bogotá, 12-13 novembro 2012.

2 Assembleia anual da Rede Legal Amazônica RAMA, La Paz, 26-29 de novembro de 2012.

3 II Encontro Pan-Amazônico do Fórum Amazônia Sustentável e Articulação Regional da Amazônia ARA, Belém, 5 a 7 de dezembro de 2012.

ANÁLISE GLOBAL DOS MEGAPROJECTOS

1. AMAZONÍA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

1.1. Os fluxos e refluxos das fronteiras amazônicas

A partir do momento em que o explorador espanhol Vicente Yanez Pinzon entrou no delta do rio Amazonas, em janeiro de 1500 e sequestrou 36 indígenas communities⁴, o cerco da região amazônica por forças externas tem sido incansável, mas com pausas claras e baixas em intensidade. Nos próximos cinco séculos, essa vasta floresta tropical tem experimentado: (i) e executado inúmeras explorações de ouro, começando com o funcionamento da década de 1570 na bacia do alto rio Napo; (ii) instalação de um sistema cruel de escravidão indígena, realizado pelo portugueses, que durou um século e meio, (iii) a busca frenética de recursos naturais de grande valor econômico para o seu tempo, como no caso de quinino, agave, baunilha, castanha do Brasil, as peles, cacau, resinas e salsaparrilha; (iv) a expansão do mercado de borracha durante a segunda metade do século XIX, com o seu colapso estrondoso em 1912, (v) a expansão das fronteiras agrícolas nacionais, a partir da década de 1960 através do afluxo de colonos de outras partes de seus respectivos países; (vi) a entrada da

mineração industrial, iniciado com a abertura de mineração em grande escala de manganês no Amapá, Brasil, para Bethlehem Steel na década de 1940, e sua posterior expansão em toda a bacia para incluir bauxita, minério de ferro, caulim, cassiterita e, como sempre, ouro; (vii) booms na exploração e aproveitamento do petróleo e gás natural, começando com a primeira em 1960 e continuar com o atual boom ainda mais, (viii) o desmatamento de grandes áreas de floresta para madeira, com especial concentrar em madeiras de alto valor; (ix) a ocupação de grandes áreas desmatadas por grandes fazendas de gado; e (x) a rápida expansão da pesca industrial de água doce para atender a crescente demanda das cidades.

Como esta breve história mostra, o conceito de “fronteiras de expansão”⁵ é a chave para a compreensão da Amazônia. As múltiplas fronteiras de expansão da região têm experimentado nos últimos séculos tem sido o principal mecanismo de transformação socioeconômica e ambiental da Amazônia. As fronteiras de expansão tendem a gerar conflitos sociais agudos, decorrentes da invasão do território por grupos externos e disputas pelo acesso e aproveitamento dos recursos naturais. Muitas fronteiras de expansão surgem em áreas remotas, onde há uma fraca presença do Estado, levando à violência e miséria.

4 Hemming, John. (1978). *Red Gold: The conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*. Cambridge, MA: Harvard University Press, p. 83.

5 O uso aqui a palavra “fronteira” não se refere ao seu significado mais comum de “fronteira de um Estado”, mas refere-se ao avanço de certas atividades econômicas -juntamente com seus respectivos atores sociais- em uma região geográfica.

Os nativos compreendem entre os grupos que sofreram com essa expansão, em uma continuação dos processos históricos da invasão de terras e etnocídio.

Em vez de falar de uma fronteira amazônica, trabalhando aqui com a delimitação de diferentes fronteiras “micro-regionais” que se formaram em torno da exploração dos recursos naturais com diferentes local restrito dentro da bacia. Cada fronteira microrregional tem uma trajetória histórica própria, influenciado por flutuações da procura de matérias-primas e commodities da economia global. As fronteiras micro-regionais podem experimentar um boom na operação de um ou mais produtos, o que é seguido pela queda do interesse em explorar (muitas vezes devido ao esgotamento dos recursos) e, após um período de relativa calma (de duração variável), outra fronteira surge dentro da mesma micro-região com a pesquisa e extração de outro recurso que experimenta uma grande demanda global. Esta secular dinâmica é semelhante às ondas do mar, com seu incessante fluxo e refluxo, no que eu chamo de fenômeno das “fronteiras regionais perenes”⁶

1.2. As novas fronteiras amazônicas

A geração de uma grande quantidade de fronteira da Amazônia hoje é derivada da situação geopolítica global, em que a exploração de recursos naturais está entrando em uma nova fase. Com o esgotamento dos recursos naturais de fácil acesso, as grandes empresas multinacionais são forçados a procurar recursos naturais de difícil acesso, necessitando de novas tecnologias para a exploração e aproveitamento, e que os leva a lugares inóspitos, em um fenômeno classificado como o “tempo de recursos inacessíveis”⁷. A extração de petróleo das areias de alcatrão, das pedras ardósias, das águas geladas do mar ártico, de profundidade em alto mar sub-tropicais e as regiões mais remotas das florestas tropicais são indicações claras deste processo. O atual boom de gás natural é derivado de novas tecnologias de fratura o xisto através de injeções de água (hidro-fracking).

Outra mudança significativa refere-se à recente principais commodities globais, que sofreram um aumento de 147% no preço real desde o início do século XXI. Estima-se que o mundo pode ter até 3 bilhões de consumidores de classe média adicionais até 2030, muitos deles provenientes da China e da Índia. Quando encontro a essa demanda crescente com o nosso tempo de recursos de difícil acesso, está previsto que o atual boom das commodities, e os

impactos ambientais e sociais que ocorre, pode continuar e até piorar nas próximas duas décadas.⁸

Na Amazônia, a busca frenética mundial por commodities e fontes de energia está gerando uma rápida expansão no uso de terras agrícolas para a produção de grãos e biocombustíveis, na construção de grandes barragens hidrelétricas e atividades de mineração espalhados por toda a bacia Amazônica, transformando a região em uma nova fronteira global. Seguindo o padrão do passado, é expressa por um grande número de fronteiras regionais, cada um com foco na exploração de determinados recursos e cada um apoiado por seu próprio conjunto de atores econômicos e sociais. Uma rápida revisão das diferentes fronteiras regionais existentes na Amazônia teria que distinguir entre: a fronteira de hidrocarbonetos no Equador, Peru e Colômbia; a fronteira de ouro em Madre de Deus, Peru; na fronteira da soja em Mato Grosso, Brasil; a fronteira o palmeira dendezeiro no Estado do Pará, Brasil; a fronteira de carvão vegetal no Maranhão, no Brasil; e uma grande dispersão de fronteiras de mineração, agricultura, pecuária e pesca.

Apesar das semelhanças com a situação nas fronteiras anteriores, existem diferenças importantes desta “onda” das fronteiras amazônicas que precisam ser identificadas para ter uma visão mais abrangente da atual conjuntura amazônica. Uma das novidades mais importantes da atual onda de expansão da fronteira amazônica é de que as intervenções externas na Amazônia têm um grau de coordenação panamazônica que não era evidente antes, especialmente deles ligados à construção de megaprojetos. Recentemente, o mais alto nível de coordenação das atividades da Amazônia aconteceu nos planos nacionais de desenvolvimento das respectivas regiões amazônicas. Com o planejamento e a construção de megaprojetos na escala panamazônica, como no caso dos eixos interoceânicos do transporte e redes continentais de transmissão de energia elétrica, um nível de atuação público em si panamazônica emerge.

A nova ênfase na escala panamazônica não elimina a necessidade de ter uma perspectiva que inclui políticas nacionais de suas respectivas regiões amazônicas. A prática de “colonialismo interno”, por exemplo, em que as relações coloniais são internalizadas dentro de um país,⁹ permanecem em vigor sempre que a fronteira da Amazônia é tratada como um recurso para o desenvolvimento “nacional”

6 Little, Paul. (2001). *Amazonia: Territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

7 Klare, Michael. (2012). “The end of easy everything.” *Current History*, janeiro.

8 Dobbs, Richard et al. (2011). *Resource revolution: Meeting the world's energy, materials, food, and water needs*. McKinsey Global Institute.

9 Chaulot, Yves. (1978). Estado, acumulação e colonialismo interno. Petrópolis: Editora Vozes. Ver também: Whitten, Norman E. Jr. (1976). *Sacha Runa: Ethnicity and adaptation of Ecuadorian jungle Quichua*. Urbana: University of Illinois Press.

e obras de infraestrutura são concebidos dentro de quadros nacionais, e não com base nas necessidades das populações locais. Em geral, há uma ausência da voz e os interesses da população da Amazônia para fazer a maioria das grandes decisões de desenvolvimento que afetam a região.

Ribeiro identifica o “gigantismo”, como uma das principais características dos “projetos de grande escala” onde, por causa do tamanho dos investimentos, “as principais decisões são tomadas por gestores (decision-makers)”¹⁰. O gigantismo valoriza obras de grande escala, como um valor em si, que serve para justificar a elaboração de iniciativas e programas para a construção de uma infraestrutura enorme, que serve como um mecanismo que favorece as grandes empresas de construção civil, que influenciam fortemente dentro de seus respectivos governos. Também reforça a ideologia dominante de planejamento “de cima para baixo” que permeia a maioria dos governos da região, especialmente com referência às suas regiões amazônicas.¹¹

No espaço de poucos anos, uma obra de grandes proporções pode transformar a região demográfica, econômica e política. Com a construção de dezenas de grandes obras em diferentes partes da bacia amazônica, a magnitude dos impactos sociais e ambientais gerados pela megaprojetos é qualitativamente superior ao de ondas anteriores de fronteiras em expansão, devido ao tamanho e âmbito geográfico dos empreendimentos, o número de projetos que estão sendo construídas simultaneamente e a alta quantidade de capital injetado neles. Grandes hidrelétricas estão bloqueando o fluxo de grandes rios já represadas e mobilizando milhares de migrantes que construíram centros urbanos da Amazônia. As grandes minas industriais, para dar outro exemplo, exigem grandes quantidades de água que frequentemente estão muitas vezes sobre o controle da comunidade.

1.3. A integração sul-americana

Os impulsos em favor da “integração latino-americana” representam outro fator importante para compreender a situação da Amazônia, e levou à proliferação de propostas para a construção de megaprojetos em diferentes partes da bacia. O sonho da integração latino-americana remonta aos dias de Simon Bolívar e manifestou-se de várias maneiras. Na segunda metade do século XX, houve uma série de tentativas para alcançar a integração institucional, principalmente através de acordos comerciais. Entre as

entidades criadas nos últimos quarenta anos para esta finalidade podem citar (junto com o ano de sua criação): Comunidade Andina CAN (1969), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica OTCA (1978), a Associação Americana de Integração ALADI (1980), o Mercado comum do Sul Mercosul (1991), a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América ALBA (2004), a União das Nações Sul-Americanas UNASUL (2008) e da Comunidade de Estados da América Latina e Caribe CELAC (2010). Em geral, estas tentativas não alcançaram significância política devido ao recuso dos estados em ceder soberania sobre suas ações, mas será dada mais atenção à UNASUL na seção final deste estudo.

Outro tipo de integração que não depende de acordos formais entre governos e dado no campo da produção e comerciais interações não oficiais, no que chamamos de integração ilícita, que provou ser mais bem sucedido. Talvez o caso mais notório desse fenômeno seja a consolidação de uma rede de economia internacional em torno da produção e comercialização de cocaína (e, em menor medida, maconha e heroína). A rede de agentes envolvidos no tráfico de drogas tem todos os países amazônicos e tem mostrado notável nexos integrados que a matéria prima é produzida em alguns países, ele é transportado para outros países da região para o processamento, a ser transportado de volta para fora da região até chegar ao consumidor final. No processo, uma rede financeira intrincada de “lavagem” de dinheiro foi consolidada e envolve agentes econômicos importantes em todos os países da região e além. Em outras palavras, os traficantes de drogas têm alcançado uma integração comercial na área ilegal, algo que os governos oficiais falharam na esfera oficial.

A integração geofísica representa outro tipo de integração que está em curso. Um dos grandes desafios para as tentativas de integração comercial tem sido o estabelecimento de conectividade física entre o oceano Atlântico e oceano Pacífico por uma rede rodoviária integrada. A realização deste sonho enfrentou dois grandes obstáculos geográficos: atravessando a vasta selva amazônica e para cima e para baixo dos Andes. Depois de décadas de sonhos e inúmeras tentativas, essa conectividade está se tornando uma realidade. Neste quadro, a conclusão da Rodovia Interoceânica Sul, que passa por Brasil, Bolívia e Peru representa um marco importante, sendo a primeira ligação rodoviária pavimentada com unificação geofisicamente com os dois oceanos em latitudes tropicais.

10 Ribeiro, Gustavo Lins. (1987). “Quanto maior é melhor? “Projetos de grande escala: uma forma de produção ligada à expansão dos sistemas econômicos”. *Desenvolvimento Econômico - Revista de Ciências Sociais*, Vol. 27, No 105, p. 9.

11 Escobar é contundente em sua crítica do planejamento: “qualquer outro conceito foi tão insidioso, e nenhuma outra ideia tem sido tão pouco questionada, como o planejamento moderno”. Escobar, Arturo. (1995). *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, p. 194.

2. UMA TIPOLOGIA DOS MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA

Para fins analíticos, podemos agrupar os megaprojetos na Amazônia em dois tipos: os megaprojetos de infraestrutura e megaprojetos extrativistas. Embora os dois tipos de obedecer às mesmas forças macroestruturas descritas acima, encontramos diferenças importantes no seu financiamento e implementação justifica uma análise separada.

2.1. Os megaprojetos de infraestrutura

A grande obra de infraestrutura trabalha como o principal “facilitador” para todas as outras atividades de desenvolvimento econômico. Estados-nação utilizam a infraestrutura como um emblema nacional de desenvolvimento e práticas clientelistas para conseguir votos. A indústria de mineração depende de infraestrutura para consumir grandes quantidades de eletricidade e água, e uma rede de estradas para o escoamento da produção extrativista. A indústria do petróleo precisa de gasodutos de transporte de seus produtos para refino, exportação e consumo doméstico. Os novos proprietários do agronegócio se beneficiaram diretamente das estradas e hidrovias para o transporte de sua produção. Os colonizadores usaram as estradas para migrar para a Amazônia e assim ganhar acesso à terras para suas atividades da agricultura familiar. Cada um destes atores econômicos representa um ponto de pressão para a construção de infraestrutura, o que dificulta o trabalho dos grupos sociais que estão exigindo que a construção da infraestrutura cumpram estritamente as normas sociais e de consulta.

La construcción de obras de infraestructura forma parte integral de todos los gobiernos nacionales de la región, con los respectivos Ministerios de Obras Públicas (o de Transportes) y de Minas y Energía liderando el proceso. Sin embargo, el planeamiento y construcción de megaproyectos de infraestructura generalmente requiere la participación de financiadores internacionales y de grandes empresas multinacionales de construcción.

Os acordos binacionais para obras específicas são o principal enquadramento político em que são propostos estes megaprojetos, financiado e construído, como o acordo entre Equador e China para o financiamento e construção da Barragem de Coca-Coda Sinclair na bacia do rio Coca. Nos últimos anos, o Contrato de Energia Peru -

Brasil se tornou o quadro mais ambicioso e abrangente para este tipo de acordo, pois inclui o financiamento para um corpo de trabalho, ao invés de um único trabalho, e fornece vários anos de operação. Até agora, este tipo de acordo é a exceção, embora possa servir de modelo para outros no futuro.

O financiamento de os megaprojetos de infraestrutura vem principalmente de fontes públicas, seja por meio de bancos nacionais de desenvolvimento, ou ainda por parte dos bancos multilaterais de crédito. A maior parte deste financiamento é na forma de empréstimos para o governo, o que significa que a taxa para o pagamento de juros incide sobre a despesa pública nos países receptores, aumentando assim o valor da dívida externa, que em muitos casos já é elevada. Ao mesmo tempo, o fato de que eles são fontes públicas de financiamento significa que existem (em teoria) mais possibilidades de influenciar os processos de tomada de decisão sobre eles em espaços de debate público.

Os megaprojetos de infraestrutura estão concentrados em dois setores: setor de transporte e de energia elétrica.

2.1.1. O setor dos transportes

A construção de estradas na Amazônia pelos governos regionais ou nacionais tem sido e continua a ser uma das principais forças que facilitam a destruição da floresta tropical e a invasão dos territórios indígenas e, como tal, precisa ser parte de qualquer esforço destinado a proteger a floresta e seus povos. No entanto, como o tema desta seção são os megaprojetos de infraestrutura, de modo que o foco temático será limitado a grandes projetos de escopo que conectam dois ou mais países, como é o caso da estrada interoceânicas.

A partir do ano 2000, iniciou uma nova fase de integração geofísico da América do Sul, com o lançamento da Iniciativa para a Integração Sul-americana IIRSA coordenado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID e financiamento externo da mesma e da Corporação Andina de Fomento CAF. Após dez anos de operação, a IIRSA tinha uma carteira de 531 projetos de integração dividido em oito eixos geográficos de integração e com um valor total de US \$ 116 bilhões.¹²

Com a transferência da IIRSA da União Sul-Americana de Nações UNASUR em 2010, os países membros assumiram a carteira de projetos e designar o Conselho Sul-Americano

12 McElhinny, Vince. (2012). “Análise das oportunidades de participação nas políticas e programas da UNASUL: Elementos de uma proposta (Discussion Paper)”, apresentado no Seminário Estratégias de Influência da Sociedade Civil na UNASUL e BNDES, Bogotá, Colômbia, novembro de 2012.

de Infraestrutura e Planejamento COSIPLAN de administrar. Com essa nova configuração, o Brasil consolidou seu papel de financiador do portfólio de coordenação e principal. Novas estradas oferecem outra avenida para a expansão do capital brasileiro, juntamente com as suas empresas em crescimento.

Em 2011, a IIRSA desenvolveu um Calendário de Projetos Prioritários de Integração API, que foi aprovado pelo Comitê de Coordenação COSIPLAN. A API é composta de 31 projetos como prioritários, com um valor total de US \$ 13,7 bilhões (ver Tabela 1).¹³ Os projetos mostram uma

clara priorização do sector dos transportes e da maioria dos eixos funcionar em certo sentido, esse a oeste, ao invés de norte a sul, dando ênfase na construção de estradas interoceânicas. Na última atualização do Calendário de Projetos Prioritários de Integração são 544 projetos somam investimentos estimados em 130 bilhões de dólares. Além das estradas, a lista de projetos prioritários dá espaço para as hidrovias, portos e ferrovias. No que diz respeito às políticas de transportes públicos, sem grandes inovações, desde a tendência dos governos é replicar modelos já existentes e expandir a matriz de estrada existente.

Tabela 1

Lista dos 31 projetos de Agenda de Projetos Prioritários de Integração – API

Nº	Eixo	Nome do Projeto API	Países do projeto	Valor (em milhões de USD)
1	AMA	ESTRADA DO EIXO PAITA – TARAPOTO – YURIMAGUAS, PORTOS, CENTROS LOGÍSTICOS E HIDROVIAS	PE	568,9
2	AMA	ESTRADA DO EIXO CALLAO – LA OROYA – PUCALLPA, PORTOS, CENTROS LOGÍSTICOS E HIDROVIAS	PE	2.529,4
3	AMA	ACCESO NORDESTE PARA O RIO AMAZONAS	BR/CO/EC/PE	105,5
4	AND	CORREDOR RODOVIARIO CARACAS – BOGOTÁ – BUENAVENTURA / QUITO	CO/EC/VE	3.350,0
5	AND	INTERLIGACAO DE FRONTEIRA COLOMBIA - EQUADOR	CO/EC	223,6
6	AND	SISTEMA DE CONECTIVIDADE DE PASSOS DE FRONTEIRA COLOMBIA - VENEZUELA	CO/VE	5,0
7	AND	CENTRO BINACIONAL DE ATENCAO DE FRONTEIRA (CEBAF)	BO/PE	4,0
8	AND	AUTOPISTA DO SOL: MELHORIA Y REHABILITACAO DO TRECHO SULLANA – AGUAS VERDES (INCLUI A ROTA DE EVASAO DE TUMBES)	PE	90,3
9	CAP	CONSTRUCAO DA PONTE BINACIONAL SALVADOR MAZZA – YACUIBA E CENTRO DE FRONTEIRA	AR/BO	23,0
10	CAP	CONEXAO OESTE ARGENTINA - BOLIVIA	AR/BO	227,0
11	CAP	CORREDOR FERROVIARIA BIOCEÁNICO PARANAGUÁ – ANTOFAGASTA	AR/BR/CH/PA	944,6
12	CAP	CONEXAO VIAL FOZ – CIUDAD DEL ESTE – ASSUNCAO- CLORINDA	AR/BR/PA	316,0
13	CAP	LINHA DE TRANSMISSAO 500 KV (ITAPÚ – ASSUNCAO- YACYRETA)	PA	255,0
14	GUI	REABILITACAO DA ESTRADA CARACAS - MANAUS	BR/VE	480,0
15	GUI	ROTA BOA VISTA – BONFIM – LETHEM – LINDEN – GEORGETOWN	BR/GU	250,0
16	GUI	CAMINHOS DE CONEXAO ENTRE VENEZUELA (CIDADE GUYANA) – GUYANA (GEORGETOWN) – SURINAME (SOUTH DRAIN – APURA – ZANDERU – MOENGO – ALBINA), INCLUINDO A CONSTRUCAO DA PONTE SOBRE O RÍO CORENTINE	GU/SU/VE	300,8

13 IIRSA. (2011). API – Calendário de Projetos Prioritários de Integração. Comitê de Coordenação Técnica, a IIRSA.

Nº	Eixo	Nome do Projeto API	Países do projeto	Valor (em milhões de USD)
17	HPP	MELHORIA DA NAVEGABILIDADE DOS RIOS DA BACIA DE PLATA	AR/BO/BR/PA/UR	854,8
18	HPP	INTERCONEXAO FERROVIARIA PARAGUAI – ARGENTINA – URUGUAI	AR/PA/UR	268,0
19	HPP	REHABILITACAO DA LINHA FERROVIARIA CHAMBERLAIN FRAY BENTOS	UR	100,0
20	HPP	ANEL VIARIO DE NOVA PALMIRA E SISTEMA DE ACESSOS TERRESTRES AO PORTO	UR	8,0
21	IOC	AEROPORTO DISTRIBUIDOR DE CARGA E DE PASSAGEIROS PARA A AMÉRICA DO SUL (HUB AEROPORTO INTERNATIONAL VIRU VIRU, SANTA CRUZ)	BO	20,0
22	IOC	MELHORIA DA CONECTIVIDADE DA ESTRADA EM EIXO INTEROCEANICO CENTRAL	BO/BR	383,0
23	IOC	PASSAGEM DE FRONTEIRA INFANTE RIVAROLA – CAÑADA OROURO	BO/PA	2,0
24	IOC	CORREDOR FERROVIARIO BIOCEANICO CENTRAL (SECAO BOLIVIANO)	BO	6,7
25	MCC	GASODUTO DO NORDESTE ARGENTINO	AR/BO	1.000,0
26	MCC	CONSTRUCAO DA PONTE INTERNATIONAL JAGUARÃO – RIO BRANCO BR/UR USD 65,0 CONSTRUCAO DA PONTE INTERNATIONAL JAGUARÃO – RIO BRANCO	BR/UR	65,0
27	MCC	TRANSPORTE MULTIMODAL EM SISTEMA DA LAGOA MERÍN E LAGOA DOS PATOS	BR/UR	100,0
28	MCC	CORREDOR FERROVIARIO MONTEVIDEU - CACEQUÍ	BR/UR	196,0
29	MCC	OTIMIZACAO DO SISTEMA PASSO DE FRONTEIRA CRISTO REDENTOR	AR/CH	7,0
30	MCC	TÚNEL BINACIONAL AGUA PRETA	AR/CH	850,0
31	PBB	CONEXAO PORTO VELHO – COSTA PERUANA	BR/PE	119,0

Eixos: AMA (Amazônia); AND (Andino); CAP (Capricórnio); GUI (Escudo das Guianas); HPP (Canal Paraguai-Paraná); IOC (Interoceânico Central); MCC (Mercosul-Chile); PBB (Peru-Brasil-Bolívia)

A abertura da rodovia Interoceânica Sul em 2011, com uma extensão de 5.404 km, oferece uma oportunidade para estudar os impactos em um esforço para entender por que o sistema falhou em fornecer para o planejamento de uma série de grandes impactos sociais e ambientais diretos causados pela estrada. No centro deste longo percurso são as três principais cidades da tríplice fronteira: Porto Maldonado, Peru; Cobija, Bolívia; e Rio Branco, Brasil. Embora os laços comerciais oficiais ainda são pequenos, abrindo a estrada facilitou o crescimento do tráfico de seres humanos e tráfico ilícito de drogas. A corrida do ouro em Madre de Deus mobilizou dezenas de milhares de mineiros, criando situações de ocupação ilegal de terras e sonegação de impostos pela produção de contrabando. Eles são apoiados por uma rede ilegal do capital derivado da venda ilegal de ouro, criando uma rede ilícita poderoso do triplo fronteira¹⁴.

A primeira tentativa do governo peruano para ordenar o caos em Madre de Deus explodiu em confrontos violentos que deixaram três mineiros mortos em 2011. A mineração generalizada e desordenada neste departamento produzido impactos devastadores da poluição ambiental e desmatamento. Porto Maldonado, por sua vez, não foi preparado para o rápido crescimento que o fez chegar a 200.000 pessoas a esta cidade, que nasceu de seu comércio do rio, tornou-se um alvo de transporte terrestre. Embora esses impactos planejadores classificados como “indireta”, na verdade derivada diretamente da ação social facilitada pela construção da estrada e, como tal, deve ser integrado em qualquer sistema de planejamento. Além disso, muitos desses impactos são facilmente “previsíveis” se usado ferramentas das ciências sociais no seu processo de planejamento. Além, o planejamento ficou gravemente viciada por superestimar a quantidade de comércio iria gerar.

14 Estado de São Paulo. (2012). “Rota de pacífico traz negócios y devastação.” São Paulo: 14 de outubro.

Mapa Nº 1: Estradas na Amazônia



- Carreteras existentes**
- situación
 - - - en obras de pavimentación
 - no pavimentada
 - pavimentada
 - sin información
- Proyectos**
- planificada en los planes nacionales
 - eje de IRSA

- **Área Natural Protegida**
(Independiente de su categoría y tipo de uso)
- **Territorio Indígena**
(Independiente de su categoría y grado de reconocimiento oficial)

- Capitales**
- capital de Estado/Departamento
 - ★ capital de País
- Límites referenciales**
- estado/departamental/provincial
 - internacional
 - - - en disputa/límite
 - Amazonia

octubre de 2012

Fuentes cartográficas del tema Carreteras: • BOLIVIA: FAN, 2009 • BRASIL: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Malha Municipal 1:1.000.000, 2005 • COLOMBIA: Fundación Puerto Rastrojo (Atlas de la Amazonia Colombiana), 2001, IGAC, 2010 • ECUADOR: Ministerio de Transporte y Obras Públicas, 2005 • PERU: Ministerio de Transporte y Comunicaciones - MTC, 2008 • SURINAME: Digital Chart of World, 1993 • VENEZUELA: Instituto Geográfico de Venezuela Simón Bolívar, 2003, Océano y relieve: World Physical Map, U.S. National Park Service, in ArcGIS Online Services

2.1.2. O setor elétrico

A rápida expansão da economia brasileira tem gerado uma demanda doméstica crescente por eletricidade. A matriz de energia elétrica no Brasil é baseada em hidrelétricas, decorrente 77,3% da eletricidade utilizada no país.¹⁵ Desse total, 46% é usado pela indústria nacional, com o restante dividido entre os usos residenciais, comerciais, públicos, agricultura, energia e mineração.¹⁶ Diante da crescente demanda, o governo brasileiro iniciou um ambicioso programa de construção de usinas hidrelétricas, com particular ênfase na Amazônia. Os países andinos também adotaram a estratégia de aumentar a geração de energia elétrica através da construção de usinas hidrelétricas, e esta política tem atraído o interesse de investidores estrangeiros, principalmente do Brasil e da China.

Tomadas em conjunto, essas políticas têm gerado propostas para uma expansão sem precedentes da produção de eletricidade através da construção de grandes barragens hidrelétricas em toda a bacia amazônica. Para os países andinos, Finer e Jenkins identificaram 151 propostas de construção de hidrelétricas nos países andinos, o que representa um aumento de mais de 300% no número de barragens existentes (48). A maioria (81) dos projetos estão localizadas na bacia do rio Maranhão (incluindo afluentes do Huallaga, Pastaza e Zamora). O estudo avaliou os potenciais impactos ambientais de cada proposta utilizando uma metodologia que analisou cinco fatores: a fragmentação hidrológica, a conectividade entre os Andes e as terras baixas da Amazônia; a construção de uma nova estrada; instalação de linhas de transmissão de energia elétrica; e os danos ambientais significativos,

útil para a qualificação de todos os potenciais impactos globais de cada projeto. 47% foram classificados como de alto impacto, 34% como médio impacto e apenas 19% como baixo impacto.¹⁷

O Acordo de Energia Peru - Brasil assinado pelos respectivos presidentes, em 2010 propôs a produção de até 7.000 MW de energia hidrelétrica para o consumo nacional e sua exportação para o Brasil nos próximos 50 anos. O Acordo ainda não entrou em vigor por falta de aprovação formal pelos respectivos congressos. Se ele alcança sua implementação, este acordo vai resultar na construção de 15 barragens nas cabeceiras do rio Amazonas, com graves consequências para água da bacia flui como um todo.¹⁸ Muitos grupos da sociedade civil criticaram o acordo para a sua falta de transparência e grande potencial de impactos negativos sobre as comunidades da Amazônia sobre a floresta e os rios.

O Mapa Nº 2 mostra as prioridades para a construção de novas hidrelétricas na Amazônia brasileira, divididos em três categorias: em operação, em construção, no planejamento. Uma análise do mapa revela a estratégia de construção de várias barragens na mesma bacia hidrográfica e, portanto, controlar o fluxo de água do rio desde a sua nascente até à foz. Com esse controle, as empresas de energia têm a capacidade de manipular o fluxo de água em sua conveniência para gerar energia a nível mundial: ou seja, uma barragem a montante poderia vender água de uma barragem a jusante para compensar uma situação de baixo de água. E controle fluxos de uma bacia hidrográfica seria reduzir o fluxo de alta e baixa do rio entre a estação chuvosa e menos estação de chuvas.

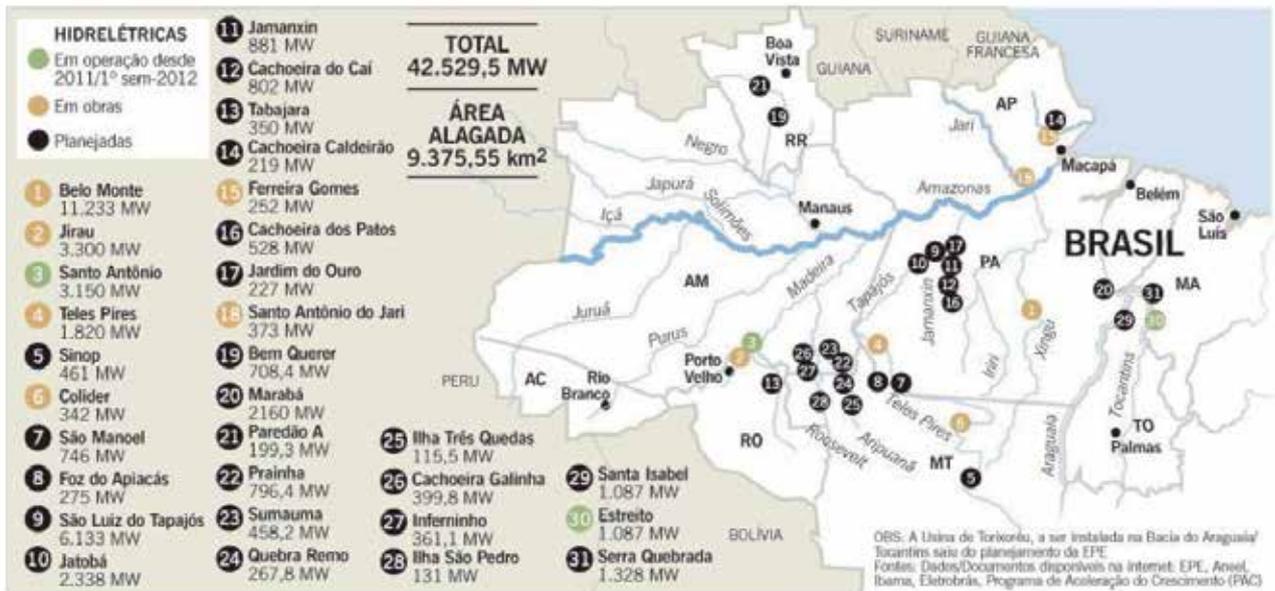
15 Berman, Célio. (2012) "O setor elétrico brasileiro no século 21: Cenário atual e desafios." En: *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21, 2ª edição*. Brasília: International Rivers Network – Brasil, p. 18.

16 Berman, Célio. (2012) "O setor de eletro-intensivos." En: *Ibid.*, p.29.

17 Finer, Matt, y Clinton N. Jenkins. (2012). "Proliferation of hydroelectric dams in the Andean Amazon and implications for Andes-Amazon connectivity." *PLoS ONE* 7(4): e35126. doi:10.1371/journal.pone.0035126

18 O nome oficial do Acordo é instrutivo: "Acordo entre o Governo da República do Peru e Governo da República Federativa do Brasil para o fornecimento de eletricidade para Peru e Exportação de excesso para o Brasil" (ver DAR, 2011).

Mapa Nº 2: Hidrelétrico em construção ou planejadas: Amazônia brasileira



Fontes usadas: EPE; Anel; Ibama; Eletrobrás; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Quando os projetos previstos para a região amazônica dos países andinos, juntamente com os projetos previstos para a Amazônia brasileira, a magnitude e alcance das transformações propostas tornam-se evidente. A Tabela Nº 2 apresenta uma lista das 17 barragens com mais de 1.500 MW de potência, apontando seu nome, seu país, sua capacidade, sua sub-bacia e seu estado atual.

Tabela Nº 2**Grandes hidrelétricas na Amazônia (> 1500 MW)**

Nome	Capacidade (MW)	País	Subcuenca	Estado actual
Belo Monte	11.233	Brasil	Xingú	Em construção
Guri	10.325	Venezuela	Caroní	Em operação
Tucurí I y II	8.370	Brasil	Tocantins	Em operação
Pongo de Manseriche	7.550	Peru	Maranhão	Projetada
Jirau	3.450	Brasil	Madeira	06/2013 (esperado)
São Antônio	3.150	Brasil	Madeira	Em operação
Rio Madeira	3.000	Bolívia	Mamoré	Projetada
Tocoma	2.260	Venezuela	Caroní	Em operação
Mocagua I	2.190	Venezuela	Caroní	Em operação
Caruachi	2.160	Venezuela	Caroní	Em operação
Marabá	2.160	Brasil	Tocantins	Projetada
Inambari	2.000	Peru	Madre de Deus	Projetada
Paquizapango	2.000	Peru	Tambo	Projetada
Teles Pires	1.820	Brasil	Teles Pires	Em operação
E Bala	1.600	Bolívia	Beni	Projetada
Rentema	1.525	Peru	Pastaza	Projetada
Coca Codo Sinclair	1.500	Equador	Napo	Em operação

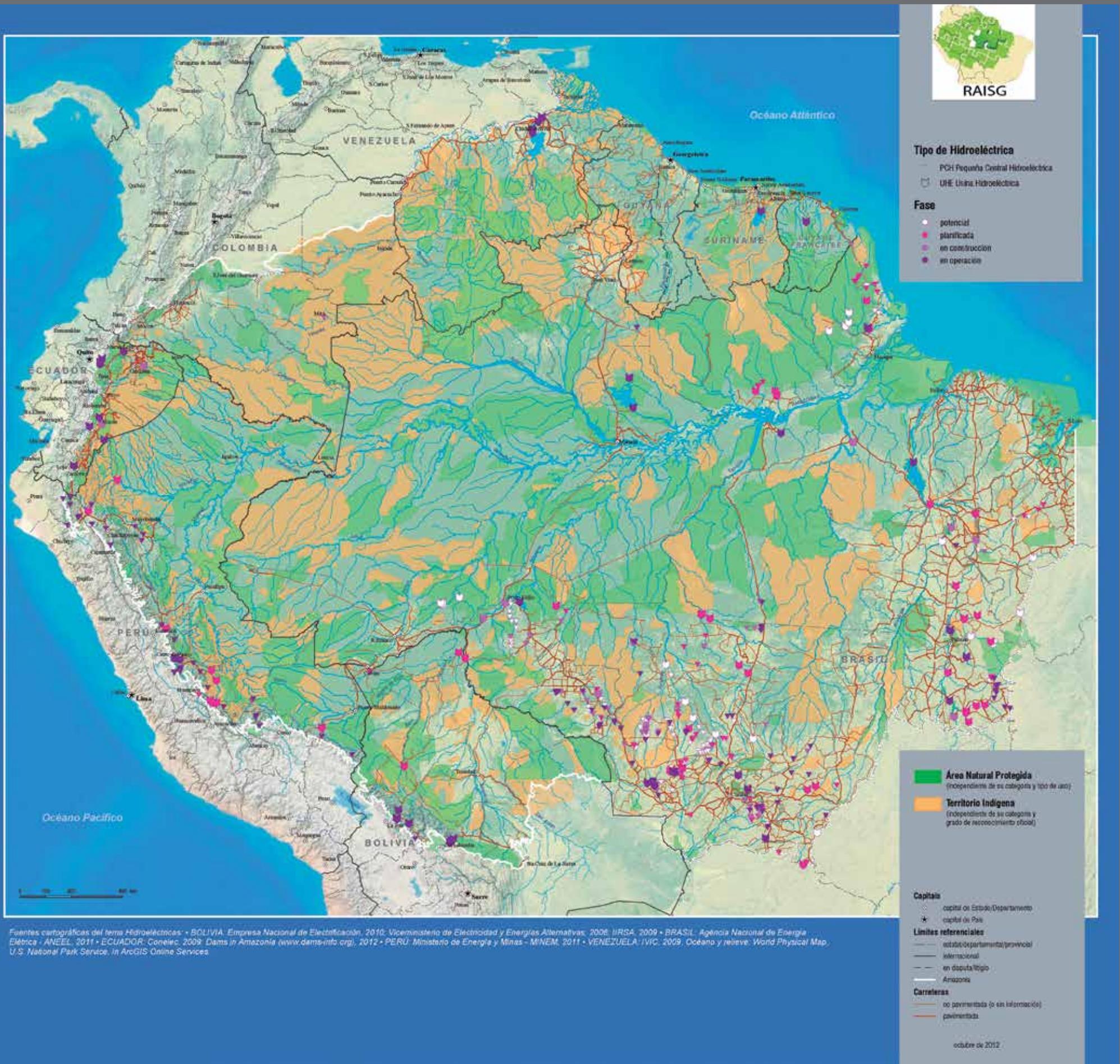
Fonte: RAISG - Amazônia Baixo Pressão

Até agora, o processo de planejamento não foi transparente e os análises de viabilidade privilegiam aspectos econômicos em detrimento dos aspectos sociais e ambientais. Um dos argumentos usados para justificar este crescimento do projeto é que a encosta oriental da Cordilheira dos Andes possui um enorme potencial de geração de energia não está sendo explorado, mas este argumento não leva em conta os potenciais impactos de forma adequada. Um desses efeitos é que grandes rios de fluxo livre estão agora represados pela primeira vez, causando interrupções no fluxo de água. Outro impacto resultante da construção de diversas barragens ao mesmo tempo, resultando em um grande experimento hidrológico de proporções continentais. Cientificamente, sabemos muito pouco sobre essas dinâmicas na escala panamazônica e menos ainda sobre o potencial ponto de colapso do ecossistema

(tipping points) que essas mudanças podem aumentar. Outro aspecto deste novo boom da construção hidrelétrica e que raramente figura nos cálculos de impacto refere-se à necessidade de construção de linhas de transmissão de energia elétrica por longas distâncias, onde eles podem passar por territórios indígenas e áreas protegidas.

Um excelente site interativo na internet, onde podem encontrar informações atuais em espanhol, português e inglês sobre hidrelétricas em todo o mundo, é: www.dams-info.org O site inclui um banco de dados do International Rivers em barragens da Amazônia, feito em conjunto com a Fundação Proteger da Argentina e ECOA do Brasil.

Mapa N° 3: Hidrelétricas na Amazônia



Fuentes cartográficas del tema Hidroeléctricas: • BOLIVIA: Empresa Nacional de Electrificación, 2010; Viceministerio de Electricidad y Energías Alternativas, 2006; IIRSA, 2009 • BRASIL: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, 2011 • ECUADOR: Conectec, 2009; Dams in Amazonia (www.dams-info.org), 2012 • PERU: Ministerio de Energía y Minas - MINEM, 2011 • VENEZUELA: IVIC, 2009; Océano y relieve: World Physical Map, U.S. National Park Service, in ArcGIS Online Services

2.2. Os megaprojetos extrativos

Os megaprojetos extrativos são financiados e construídos por grandes empresas privadas nacionais e multinacionais, fazem parte das políticas comerciais e de exportação dos países amazônicos e representam uma fonte cada vez mais importante de receita para os Estados. Esses projetos representam uma clara continuação do atual modelo de desenvolvimento baseado em uma política de exportação de matérias primas como a principal fonte de renda do Estado. Assim, o modelo funciona contra uma política de exportação de produtos manufaturados ligadas à políticas econômicas de industrialização do país (ou o mesmo substituição de importações que fazia parte da política da CEPAL durante a década 1950 e 1960). Em muitos casos, esta política envolve a chamada “maldição dos recursos”, que refere-se aos países ricos em recursos naturais, mas manter altas taxas de desigualdade econômica interna e que sofrem de situações de corrupção política relacionado com a utilização dos direitos da exportação de matérias primas.

Como esses megaprojetos fazem parte das políticas de exportação, são incorporados dentro das macro-políticas comerciais destes países, com os Acordos de Livre Comércio - como no caso de tratados do Peru e Colômbia com os Estados Unidos - o mais importante. Equador está negociando uma “associação comercial” com a União Europeia, embora haja uma forte crítica que a associação é realmente um acordo de livre comércio disfarçado.¹⁹ A iniciativa Trans-Pacífico (Trans-Pacífico Partnership), que inclui os Estados Unidos, Peru e outros sete países do Pacífico (excluindo China), está sendo promovido pelos Estados Unidos e representa uma das prioridades comerciais da administração Obama nos Estados Unidos, que se auto-emerge, como o “primeiro presidente do Pacífico” dos Estados Unidos²⁰.

O problema desses tratados, a partir da perspectiva do controle público sobre o investimento nos seus países, é que dá grandes benefícios para os investidores privados e, em caso de conflitos sobre o investimento, fornece sistemas de resolução extra-estaduais onde predominam os interesses comerciais sobre os interesses da população local. Talvez o mais preocupante destes tratados são os chamados “direitos dos investidores” que permitem que as empresas podem apresentar queixas (em casos extra-estaduais mencionados acima) cada vez que eles consideram que salvaguardas sociais e ambientais

interferem com sua direito comercial. As proteções de que gozam os investimentos em acordos comerciais também servem para restringir as ações da defesa. Muitos megaprojetos extrativistas não têm financiamento público e dependem do investimento das próprias empresas privadas de capital. Em geral, é mais difícil de influenciar o financiamento privado, devido à dificuldade de acesso a política interna da empresa.

Os megaprojetos extrativos estão concentrados em dois setores: petróleo e de mineração, sendo que ambos estão enfrentando situações de rápida expansão na Amazônia.

2.2.1. O setor de hidrocarbonetos

A expansão do setor de hidrocarbonetos na Amazônia está concentrada nos países andinos, onde há 263 dos 327 (o equivalente a 80%) de concessões de petróleo existentes na bacia amazônica. Para medir o estado atual dessa expansão, é necessário distinguir entre as quatro fases distintas da atividade de petróleo e gás: potencial (potenciais áreas de reserva); pedido (procedimento administrativo), exploração (prospecção) e utilização (extração). Dos 327 lotes, apenas 25% deles estão atualmente em fase de exploração, o que indica que o potencial de expansão desta atividade é inmenso.²¹

Há cerca de 70 empresas petrolíferas presentes na Amazônia, a partir de diferentes partes do mundo, e incluem as empresas estatais e empresas multinacionais privadas. As quatro principais empresas de utilização de petróleo hoje são Pluspetrol da Argentina, Petroamazonas EP do Equador, Perenco do Grã-Bretanha-França e Petrooriental do China. As empresas com a maior área geográfica na fase de exploração são Petrobras do Brasil (61.487 km²), Talisman Energy do Canadá (30.491 km²), OGX Petróleo e Gás Ltda Brasil (28.744 km²) e Burlington dos Estados Unidos (27.197 km²),²²

A utilização de petróleo na Amazônia hoje se concentra sobre o Equador, uma atividade que começou em 1967 com a perfuração do Poço Lago Agrio I pelo consórcio Texaco-Gulf. Com as primeiras exportações de petróleo, em 1972, os sucessivos governos militares usaram a exportação do petróleo como base de planos nacionais de desenvolvimento e que o país aderiu à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). No entanto, apesar da criação de uma empresa estatal de petróleo, não houve cuidado na forma de exploração e utilização

19 Vista: Equador Decide. (2012). A reconquista europeia: um TLC disfarçado do Acordo de Associação! Quito.

20 Barack Obama nasceu no estado do Havá e viveu durante vários anos na Indonésia.

21 RAISG - Rede do Amazônia de Informação Socioambiental Georreferenciadas. (2012). *Amazônia Baixo Pressão*. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 26.

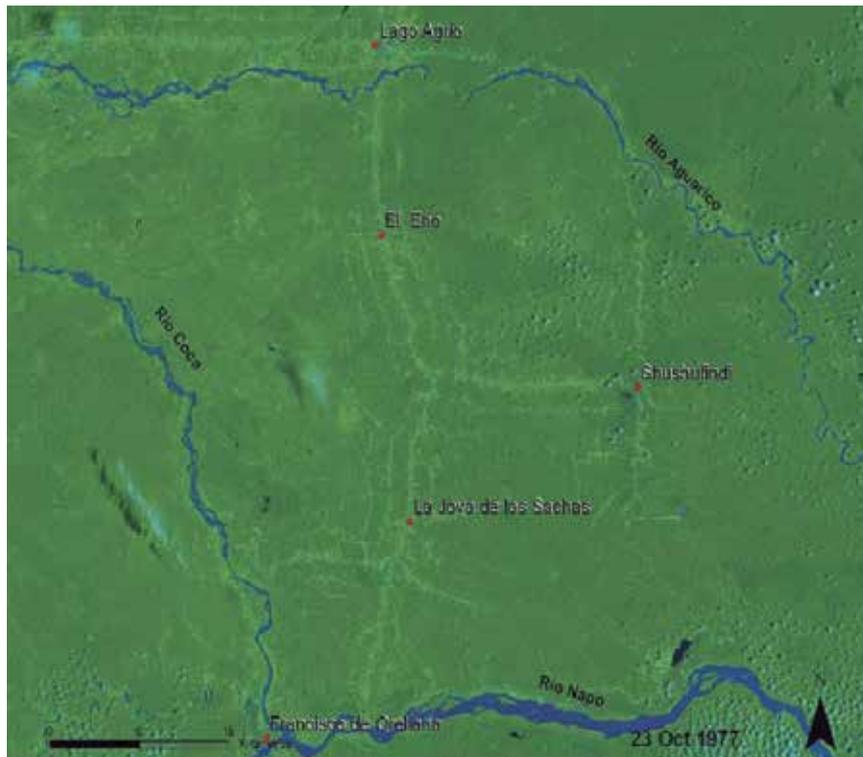
22 Ibid., P. 26.

de petróleo. A prática de estradas abertas às centenas de poços instalados e construção de gasoduto facilitou o afluxo de colonos, a invasão das terras ancestrais dos povos indígenas e as altas taxas de desmatamento na região.

Através de uma comparação de imagens Nº 1 e 2 abaixo pode ser visto que o rápido desmatamento de lá região nordeste da Amazônia equatoriana experimentado em um período de 25 anos.

Imagem Nº 1

Desmatamento em Sucumbíos/Orellana, Equador - 1977

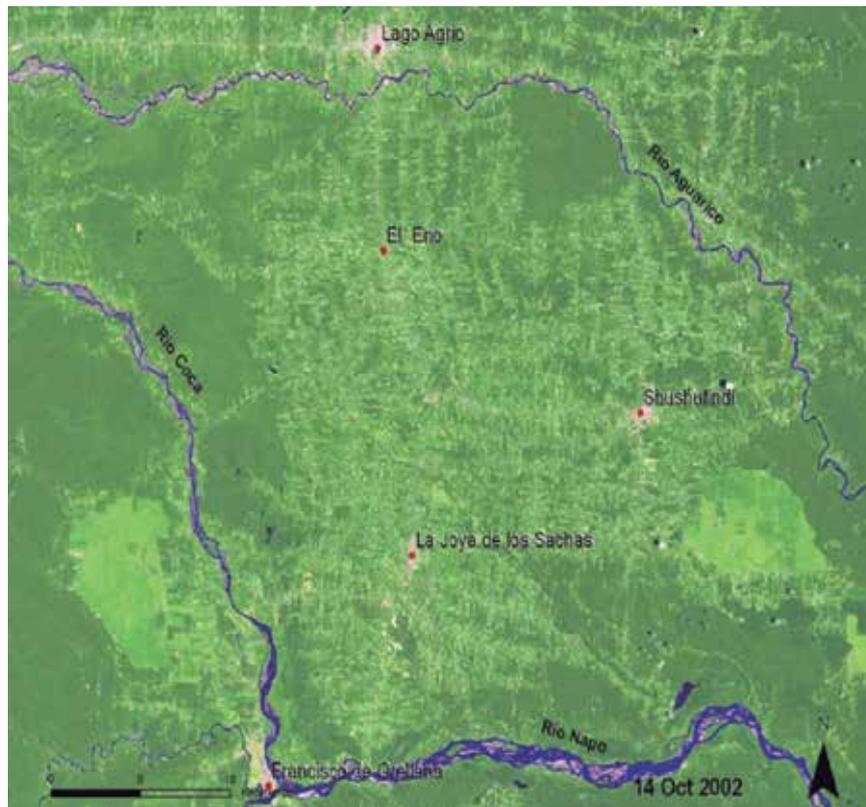


Fonte: Landsat

Na Imagem Nº 1, tomadas de satélite em 1977, podem ver as estradas (em verde claro) recém-construídos que ligava os centros urbanos emergentes do Lago Azedo, A Eno, Shushufindi, A Joia dos Sachas e Francisco de Orellana.

Imagem Nº 2

Desmatamento em Sucumbíos/Orellana, Equador – 2002



Fonte: Landsat

Na Imagem Nº 2 tomadas de satélite em 2002, as áreas verdes claras mostram o rápido avanço de áreas desmatadas e rápido crescimento dos centros urbanos. Uma análise da imagem do rio Napo, localizado na parte inferior das imagens revela a grande quantidade de sedimento no rio em 2002, quando comparada com a imagem 1977.

O caso do Equador oferece algumas lições sobre o comportamento das companhias petrolíferas contra as tentativas de obter um reembolso dos danos causados por ações judiciais. O caso contra a companhia petrolífera Chevron (originalmente contra a Texaco, que posteriormente foi comprada pela Chevron) foi criado inicialmente nos Estados Unidos em 1993 pelos demandantes representando 30 mil equatorianos que exigiram a limpeza de áreas contaminadas e compensação por danos. Depois de vários anos, o caso foi devolvido pelo Poder Judiciário dos Estados Unidos para a justiça equatoriana e, após vários anos, foi decidido em favor dos demandantes em 2011, exigindo que a Chevron pague um total de US \$ 19 bilhões em compensação. A Chevron,

por sua vez, desafiou pagamento e processos instaurados contra os demandantes, alegando que eles estavam cometendo uma fraude organizada (racketeering). Depois de vinte anos de processos judiciais, a população local continua a viver em áreas contaminadas, sem receber nada da empresa. As lições dessas experiências, no entanto, não parece ter tido um efeito sobre a política do governo. Em novembro de 2012, o governo do Equador lançou sua XI rodada de petróleo através do qual procura licitações para blocos de petróleo no Sul Central Amazônia equatoriana. Estes planos vão afetar mais de 3 milhões de hectares de floresta tropical e 7 nacionalidades indígenas.

É no Peru que sofreu uma rápida expansão das concessões de petróleo e onde as empresas estão apostando que seria mais bem sucedido. Entre 2004 e 2009, a área da Amazônia peruana baixa concessão triplicou para cobrir 659 937 km², o equivalente a 84% da Amazônia peruana. No Departamento de Loreto, que é o centro de exploração de novos campos de petróleo no país, setores da sociedade civil lançaram propostas para a exploração do petróleo tipo “alto mar” que não utiliza estradas, o que reduziria significativamente a impactos sobre a floresta. Outra proposta é para a “perfuração de alcance estendido” (extendedreach drilling ou ERD) que pode ser aplicado tanto em projetos de exploração como e projetos da produção. Usando ERD permite grande separação entre plataformas de perfuração/produção de 15 km ou más.²³ Colômbia, por sua vez, licitou 193.414 km² (equivalente a 40% da Amazônia) para a exploração de petróleo, embora a maioria desta expansão está em fase de exploração .

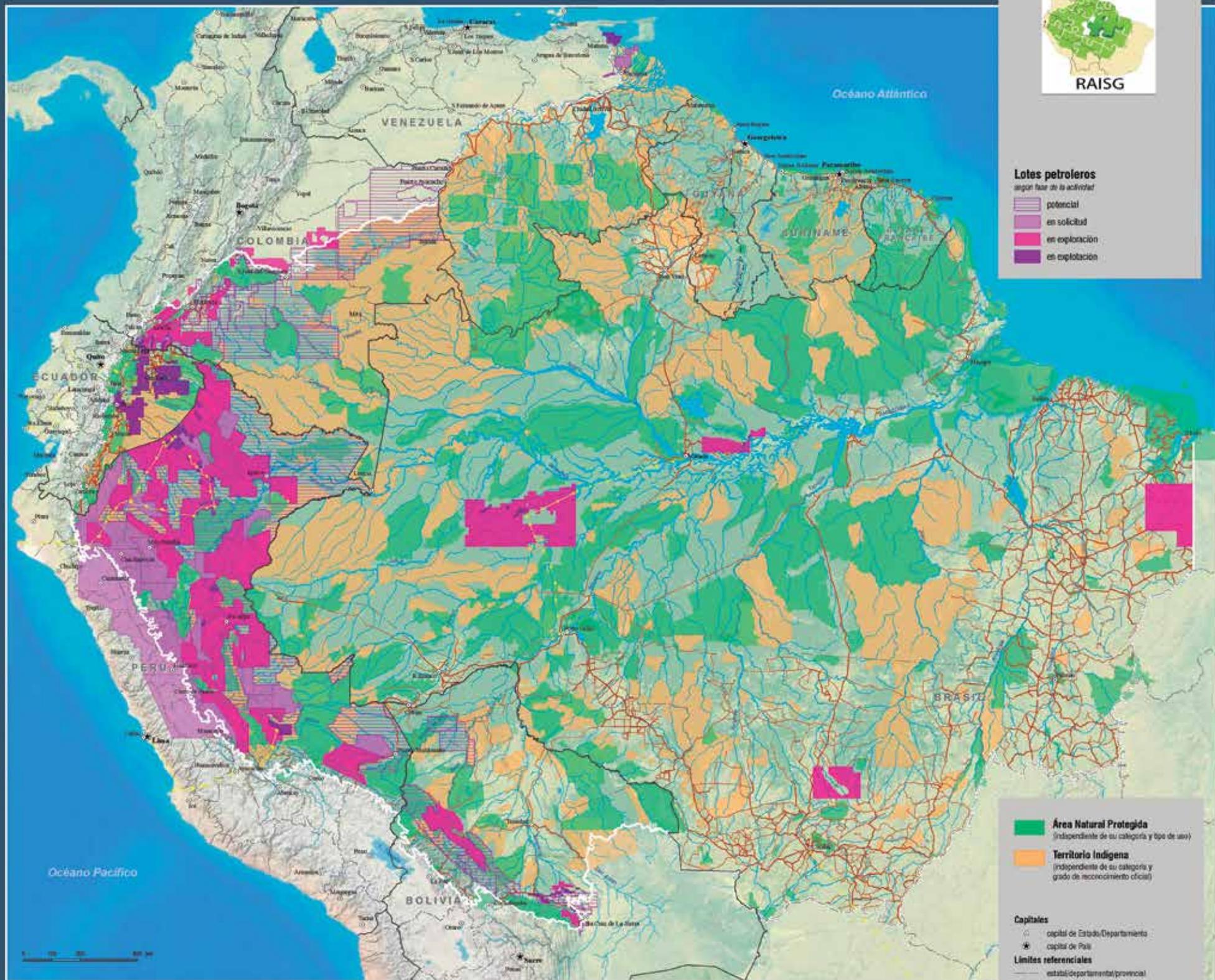
Os novos processos de petróleo e gás natural requerem uma construção de oleodutos e gasoduto para transportar o produto e eles gerados, dependendo das rotas selecionadas, pode passar por terras indígenas e criar situações de risco de contaminação de derrames. Outro

aspecto importante do boom do petróleo atual é que ele mostra que a matriz de energia continua a ser dependente dos combustíveis fósseis. Em meio a intensas negociações globais sobre mudanças climáticas e suas consequências para o mundo, incluindo, é claro, a Amazônia, vemos o uso continuado de petróleo e gás está a agravar uma situação já crítica.

OilWatch, com base no Equador, foi uma das primeiras redes latino-americanas da sociedade civil para investigar os impactos negativos, tanto em termos sociais, ambientais, causados pela exploração de petróleo nas florestas tropicais e seu trabalho era inovador para estabelecer a rede Sul-Sul de comunicação e ação. A organização Amazon Watch, com sede nos Estados Unidos, organizou várias campanhas internacionais contra empresas de petróleo que poluiu na Amazônia e 2012 alcançaram o que as empresas Talisman Energy e ConocoPhillips decidiram sair de suas operações no Peru e o desafio da Suprema Corte dos Estados Unidos em conformidade com o apelo da sentença contra a Chevron.

23 Powers, Bill. (2012). “As melhores práticas no desenvolvimento de projetos de petróleo na selva”. E-Tech International: www.etechninternational.org

Mapa N° 4: Petróleo e Gás na Amazônia



Lotes petroleros
según fase de la actividad

- potencial
- en solicitud
- en explotación
- en explotación

Área Natural Protegida
(independiente de su categoría y tipo de uso)

Territorio Indígena
(independiente de su categoría y grado de reconocimiento oficial)

Capitales

- capital de Estado/Departamento
- capital de País

Límites referenciales

- estatal/departamental/provincial
- internacional
- en disputa/légitimo
- Amazonia

Ductos (óleo, gas o poliducto)

- en operación
- proyecto

Carreteras

- no pavimentada (o sin información)
- pavimentada

octubre de 2012

Fuentes cartográficas del tema Petróleo y Gas: • BOLIVIA: Decreto Supremo 0676/2010 (Gaceta Oficial de Bolivia 183NEC); YPRB, 2007 • BRASIL: Agência Nacional do Petróleo-ANP, Banco de Dados de Exploração e Produção-BDEP, 2010 • COLOMBIA: Agência Nacional de Hidrocarburos-ANH, 2011 • ECUADOR: Mapa Catastral Petrolero Ecuatoriano, 2010 • PERU: Ministerio de Energía y Minas - MINEM, 2011 • VENEZUELA: Ministerio de Energía y Petróleo, 2009. Océano y relieve: World Physical Map, U.S. National Park Service, in ArcGIS Online Services.

2.2.2. O setor de mineração

A expansão do setor de mineração tem sido ainda mais rápido do que o setor de petróleo e apresenta problemas semelhantes, embora com algumas nuances. O setor de mineração é dominado por um pequeno número de grandes empresas multinacionais, quase todas controladas por capital privado. Estas empresas de mineração tendem a ser altamente relutantes em salvaguardas ambientais, apesar do fato de que a implementação de megaprojetos de mineração pode causar sérios danos ambientais, como a poluição da água, do ar e do solo por substâncias tóxicas. O caso mais notório de toxicidade na Amazônia é a poluição por mercúrio, o processo tóxico que deixa vestígios que duram décadas e, em alguns casos, séculos sem remédio.

Além dos processos de poluição, outra série de impactos está ligada às grandes quantidades de água e energia elétrica necessários para a operação dos megaprojetos de mineração, gerando impactos ambientais negativos comunidades amazônicas localizadas em sua vizinhança. Os megaprojetos de mineração produzem impactos sociais tais como os rápidos e desordenados processos de urbanização, com altos índices de marginalização econômica e insalubridade.

Uma das principais diferenças entre o setor de petróleo e o setor de mineração se localiza em o número de recursos naturais que esta segunda explora. Enquanto a atividade econômica do setor de hidrocarbonetos está concentrada em dois recursos naturais -o petróleo e gás natural- o setor de mineração trabalha com múltiplos recursos minerais, cada um dos quais tem um local específico dentro da bacia do Amazonas. A lista mínima de produtos minerais extraídos da Amazônia inclui ouro, prata, minério de ferro, cobre, bauxita, estanho, titânio, vanádio e caulim. Em

termos geográficos, o setor de mineração é muito mais disperso do que o setor de hidrocarbonetos, que cria foco mais regional do impacto e o que requerem mais lugares para o trabalho de incidência.

No total, há 52.974 áreas de mineração na região amazônica que cobre 1.628.850 km² ou 21% da superfície da bacia.²⁴ Desse total, o Brasil detém cerca de 80% deles, e Peru, em segundo lugar, com 11%. No entanto, é importante notar que esta situação pode alterar-se rapidamente com a descoberta de novos depósitos. Atualmente, o Equador está passando por um processo de crescimento rápido nas atividades mineiras e este setor tem sido priorizado pelo governo como um importante mecanismo de geração de renda para o Estado. O Congresso Nacional do Brasil, entretanto, está na fase final do tratamento de uma nova lei que permitiria a mineração em Terras Indígenas, que abriria vastas áreas para explorar novo mineral.

Apesar da grande dispersão geográfica das áreas de mineração, sempre que é descoberto grandes depósitos de minerais, gera uma fronteira regional de mineração específico onde se acumula impactos negativos na região e introduziu uma série de novos atores, alguns com grande poder econômico. Em a atualidade se podem identificar, pelo menos, seis grandes fronteiras de mineração que estão transformando as regiões onde eles estão localizados: a Grande Carajás (minério de ferro) no Pará, no Brasil, uma concessão da empresa Vale; Mina Pitinga (estanho) no Amazonas, Brasil, operado pela empresa Taboca; projeto Juruti (bauxita), no Pará, no Brasil, controlada pela empresa Alcoa; a extração de bauxita na Guiana pela empresa Bosai; mineração, nas províncias de Morona Santiago e Zamora Chinchipe no Equador com projetos de Fruta del Norte e Mirador, e a mineração artesanal de ouro em Madre de Deus, Peru.²⁵

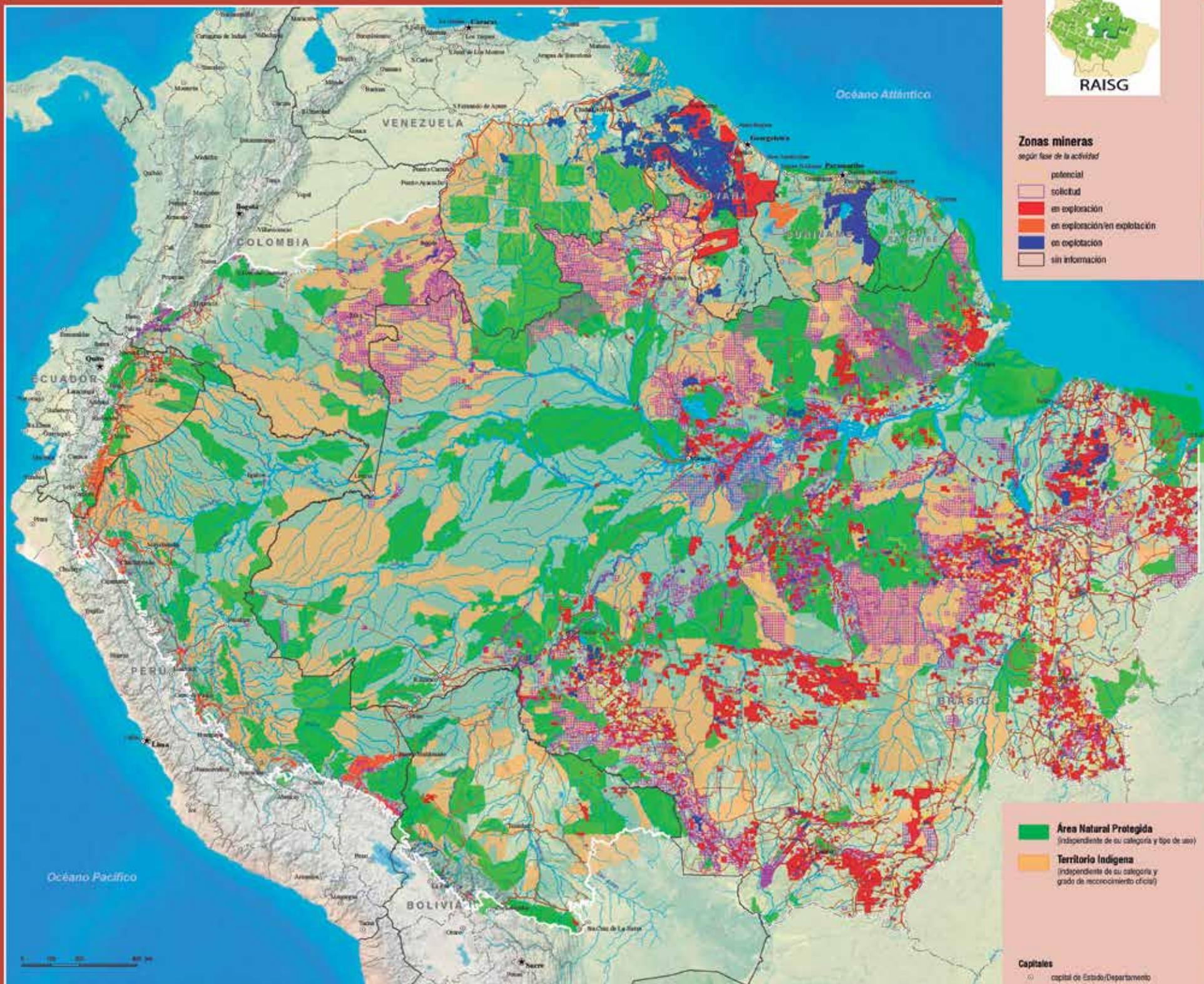
24 RAISG, Op cit., p. 32-33.

25 RAISG, Op cit., p. 32.

Aqui é necessário distinguir entre a mineração industrial e de mineração artesanal. Embora ambos os tipos de atividade produzam grandes impactos, a mineração industrial opera dentro do quadro jurídico das concessões, enquanto a maioria de natureza artesanal tende a ser ilegal. Assim, a mineração legal oferece maiores oportunidades de supervisão pública através do processo de outorgamento de concessões e à criação de padrões e salvaguardas para as concessões dentro deles. Um bom exemplo disso é a declaração na Colômbia para uma moratória sobre as atividades de mineração na região amazônica, como

uma aplicação do princípio da precaução. No entanto, devido à grande quantidade de dinheiro de projetos de mineração industriais que podem gerar para o Estado, esses mecanismos não são devidamente utilizados pelos governos, deixando para as organizações da sociedade civil o trabalho da pressão a os governantes para cumprir seu dever de fiscalização. O poder judiciário dos países da Amazônia representa mais um espaço para garantir que os projetos de mineração dos passivos ambientais e sociais de os empreendimentos mineiros sejam abordados de uma forma justa e equitativa.

Mapa N° 5: Mineração na Amazônia



Zonas mineras
según fase de la actividad

- potencial
- busqueda
- en exploración
- en explotación/en explotación
- en explotación
- sin información

Área Natural Protegida
(independiente de su categoría y tipo de uso)

Territorio Indígena
(independiente de su categoría y grado de reconocimiento oficial)

Capitales

- capital de Estado/Departamento
- capital de País

Límites referenciales

- estatal/departamental/provincial
- internacional
- en disputa/litigio
- Amazônia

Carreteras

- no pavimentada (o sin información)
- pavimentada

octubre de 2012

Fuentes cartográficas del tema Minería: • Bolivia: SERGEOTECMIN 2005 • Brasil: Departamento Nacional da Produção Mineral-DNPM, 2011 • Colombia: Catastro Minero Colombiano, 2010 (<http://www.cmc.gov.co/8060/CmcFrontEnd/consulta/index.cmc>) • Ecuador: Ministerio de Recursos Naturales no Renovables, 2010 • Guyana: Guyana Geology and Mines Commission, 2009 • Perú: MINEM, 2011 • Surinam: Natural Resource and Environmental Assessment-NARENA • Venezuela: Ministerio de Energía y Minas, 2006. Océano y relieve: World Physical Map, U.S. National Park Service, in ArcGIS Online Services.

2.3. Uma tabela comparativa

Como já vimos, embora os megaprojetos guardem entre si certas características em comum, existem diferenças marcantes entre os megaprojetos de infraestrutura e os de extração de recursos. Na Tabela Nº 3, uma visão comparativa entre estes dois tipos de megaprojetos serve para destacar as principais diferenças e seus pontos de alavancagem.

Tabela Nº 3

Principais características dos dois tipos de megaprojetos

	Megaprojetos de Infraestrutura	Megaprojetos extrativista
Marcos legais	Acordos binacionais	Acordos de Livre Comércio
Políticas públicas	Políticas nacionais de desenvolvimento econômico	Políticas econômicas de exportações
Financiamento	Público	Privado
Tipos de Obras	Estado	Privado
Fonte de renda para o Estado	Venda de Serviços	Royalties
Setores Predominantes	Transportes e Electricidade	Hidrocarbonetos e Mineração
Principal ponto de "alavancagem"	Processos de tomada de decisão	Os processos concessionários e contratuais
Potencial de expansão do sector no futuro	Grande	Grande

Embora as políticas setoriais representem um espaço público para influenciar em os megaprojetos, esta tabela mostra que existe um nível superior –o de as políticas globais de desenvolvimento e de comércio– que também podem ser um foco de interesse. Os projetos megaprojetos de infraestrutura, por exemplo, trabalham principalmente com capital público, enquanto o megaprojetos extrativistas tendem a operar dentro da esfera do capital privado. Os megaprojetos de infraestrutura, por exemplo, operam principalmente com capital público, enquanto que os megaprojetos extrativistas tendem a trabalhar dentro da esfera de capital privado. Os principais espaços públicos para influenciar a os megaprojetos de infraestrutura são os processos de tomada de decisão, enquanto que as principais "alavancas" para os megaprojetos extrativistas residem em processos concessionários e contratuais. Com relação às ferramentas legais, os acordos bilaterais entre os países são os principais quadros políticos para projetos de infraestrutura, enquanto que os projetos extrativistas são voltados mais para os tratados e acordos de livre comércio. Apesar destas diferenças, ambos os tipos de megaprojetos estão em uma fase de plena expansão e não há nenhuma indicação de que irá desacelerar nos próximos anos.

3. O FINANCIAMENTO DO MEGAPROJETOS

3.1. Brasil, China e o novo cenário financeiro mundial

Em 1990, em uma reunião do Grupo dos Sete Países Industrializados (G-7)²⁶ de Houston, Texas, o Chanceler Alemão Helmut Kohl propôs para o grupo propôs a criação e financiamento de um programa para a proteção das florestas tropicais da América, o que veio a ser o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Neste momento, a hegemonia econômica dos sete países no cenário mundial era inquestionável: suas decisões guiaram os rolamentos da economia global devido ao seu poder econômico. E estes mesmos países emergiram como os "protetores" da floresta amazônica, que com seu apoio financeiro, poderia mudar os rumos da atual desenvolvimento nesta região do mundo.

Se voltarmos no tempo a 2003, e analisamos a quinta reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio OMC, realizada em Cancun, no México, vê que o cenário financeiro mundial tivesse mudado. Foi nessa reunião que o Grupo dos 20 países em desenvolvimento, liderado por Brasil, Índia e África do Sul, formou uma negociação em bloco e se recusou a aceitar a proposta dos países industrializados em matéria de políticas de comércio agrícola, a partir deste momento impediu a conclusão da Rodada de Doha das negociações da OMC. A partir daí, houve o processo paralelo de formação de um Grupo dos 20 Países Industrializados e Emergentes (G-20) e, em poucos anos mudou-se para o G-7 como o principal fórum de discussão sobre a economia global. Essas mudanças não necessariamente encaminham para um sistema financeiro mais justo ou menos dominante. Essencialmente, o que está acontecendo é que o núcleo

26 Alemanha, Canadá, França, Inglaterra, Itália, Japão e Estados Unidos.

Imagem Nº 3

Os Chefes de Estado da Índia, Rússia, China e Brasil (reunião BRICS)



Fonte: Internet

duro de países hegemônicos da economia global está dando entrada de alguns países emergentes (ou melhor, emergidos) dentro dele, sem que as estruturas de dominação atuais sejam modificadas em forma radical.

Este bloco dos chamados “países emergentes”, continuou com altas taxas de crescimento econômico e ganhou ainda mais poder no âmbito da economia global, criando assim um novo cenário financeiro global. China assumiu um lugar de destaque neste cenário devido às suas altas taxas anuais de crescimento e se tornou a segunda maior economia em termos de Produto Bruto Interno, superando a Alemanha e Japão. Neste mesmo período, o crescimento contínuo da economia brasileira colocou como a sexta maior economia do mundo, superando o Reino Unido.

Quatro destes países emergentes formarão um grupo informal, conhecido como os países BRIC, sigla formada pela primeira letra de seu nome: Brasil, Rússia, Índia, China. Posteriormente, a África do Sul foi incluída no grupo, transformando a S maiúscula por a s minúscula. Os países BRICS não têm estrutura formal, mas em seu V Cúpula (Durban, 2013) aprovou a criação de um Banco de Desenvolvimento próprio que vai financiar projetos em bloco, com o possível uso de uma moeda interna. Tomados em conjunto, os países BRICS produzem (em 2012) e 21% do produto interno bruto mundial e dispõem e 42% da população do mundo e cerca de 45% da força de trabalho do planeta.

A Tabela Nº 4 mostra o tamanho das economias dos países do BRICS -medido por seu Produto Bruto Interno (PBI)- em comparação com os países do antigo G-7. O ranking dos países do mundo está em parênteses.

Tabela Nº4

O PIB de 2011 para os países “BRICS” e os países da antiga G-7

Países “BRICS”	PIB – 2011 (US\$)	Países antigos G-7	PIB – 2011 (US\$)
China (2)	7,298 bilhões	Estados Unidos (1)	15,075 bilhões
Brasil (6)	2,492 bilhões	Japão (3)	5,866 bilhões
Rússia (9)	1,850 bilhões	Alemanha (4)	3,607 bilhões
Índia (10)	1,826 bilhões	França (5)	2,778 bilhões
África do Sul (24)	408 mil milhões	Reino Unido (7)	2,431 bilhões
		Itália (8)	2,198 bilhões
		Canadá (11)	1,738 bilhões

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Uma consequência desse cenário geopolítico diferente é o surgimento de um novo tipo de “regionalismo” com base em outra correlação de forças. O caso da Amazônia é ilustrativo. Os Estados Unidos, o país que dominou as economias sul-americanas para a maior parte do século XX, reduziu significativamente a sua presença política e econômica na região desde 2001, em grande parte devido à sua intensa preocupação com o Oriente Médio, incluindo duas guerras de longa duração no Iraque e no Afeganistão. Neste intervalo, o Brasil tem tomado o lugar do motor econômico para a região com planos claros para expandir seu capital para os países vizinhos e, no processo, tornou-se a nova hegemonia na região. Durante este mesmo tempo, a China entrou a região amazônica com investimentos pesados, transformando-o em outro país com pretensões hegemônicas. Embora alguns analistas classifiquem a situação como um “regionalismo pós-hegemônico”²⁷, outros consideram que mostra mais características de um “sub-imperialismo regional”.

Desde que a crise financeira global de 2008 e a subsequente crise do Euro, as economias dos países industrializados estagnado, causando uma redução do capital disponível para investimentos em projetos de desenvolvimento. Enquanto isso, a economia dos países BRICS continuou crescendo nos anos após a crise, embora com taxas de crescimento mais baixas do que em anos anteriores. Se antes da crise econômica, o financiamento externo de projetos de desenvolvimento na Amazônia veio principalmente de agências multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Andina de Fomento, mais tarde a ela os bancos nacionais do Brasil e China rapidamente ocuparam o nicho dos principais investidores e credores, gerando uma reestruturação significativa do financiamento de projetos de desenvolvimento na Amazônia.

Neste novo cenário de financiamento, a questão das salvaguardas, que a nível multilateral foi o resultado de trinta anos de lutas e de progresso, teve que reiniciar no novo nível binacional contra dois países, Brasil e China, que não têm mostrado maior interesse na instalação de salvaguardas relacionadas com seus investimentos. Por outro lado, têm usado seu poder crescente dentro de bancos multilaterais para pressionar por um enfraquecimento de aqueles como parte da lógica do investimento destinado a reforçar suas economias nacionais através da internacionalização de suas empresas. Também é adequado para compreender a relação direta cada vez mais estreita entre estas duas economias. Em 2010, a China ultrapassou a os Estados

Unidos como o primeiro mercado externo do Brasil, colocando o destino das duas economias em uma fase de aproximação. Em 2013, os bancos centrais do Brasil e da China estabeleceu acordo bilateral de usar suas moedas nacionais nas transações comerciais internacionais para o equivalente a até US \$ 30 bilhões por ano durante três anos, evitando assim o uso do dólar como sua troca de moeda.

Para melhor compreender a natureza destas mudanças, uma breve análise dos casos do Brasil e da China (e seus respectivos bancos) é necessária.

3.2. BRASIL

3.2.1. A nova estratégia de desenvolvimento econômico do Brasil

Na última década, a economia brasileira tem experimentado taxas de crescimento econômico sustentado liderado por um boom de commodities como a exportação de soja, carne, minérios e etanol que geraram altos índices de desmatamento na região amazônica. Como uma parte crescente da sua produção é destinada para mercados asiáticos (China em primeiro lugar) tem gerado dentro do Brasil um forte interesse comercial na criação de eixos de transporte direto da Amazônia brasileira para os portos do Pacífico dos países andinos.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I 2007-2010) foi lançado no início do segundo mandato de Lula, com Dilma Rousseff, atual presidenta e ex-ministra de Energia e Minas, sendo a autora intelectual do programa, com investimentos totais de R\$ 657 mil milhões de reais (US\$ 313 mil milhões de dólares americanos). O PAC II (2011-2014), lançado pela Presidente Dilma com uma previsão de investimentos de R\$ 955 mil milhões de reais (US\$ 455 mil milhões de dólares), representando a maior prioridade da sua governo.²⁸ O PAC II está focada em os preparativos para dois megaeventos desportivos importantes -a Copa Mundial do Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016- ambos de os quais exigem a construção ou renovação de vários megaprojetos de infraestrutura localizados em diferentes partes do país.

Este novo quadro econômico tem gerado uma crescente demanda interna no Brasil por energia elétrica, que se baseia uma expansão sem precedentes na construção de grandes hidrelétricas. Outra transformação do quadro energético brasileiro é devido à descoberta de grandes

27 Riggiozzi, Pía y Diane Tussie, eds. (2012). *The rise of post-hegemonic regionalism: The case of Latin America*. United Nations University Series on Regionalism, Vol. 4.

28 Verdum, Ricardo. (2012). “As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira.” Brasília: INESC, p. 6.

campos de petróleo sob uma espessa camada de sal no fundo do Atlântico, conhecido no Brasil como os depósitos de “pré-sal”. Com plena produção desses depósitos previstos para o final desta década, o Brasil está projetado para ser um grande produtor de petróleo e exportador na economia global.

A construção de megaprojetos é a peça central de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico do Brasil, que é, pelo menos, em três pilares básicos. O primeiro pilar refere-se à promoção direta as empresas nacionais, com foco em empresas de construção e extração de recursos naturais. Durante as duas últimas décadas, isso foi conseguido através de contratos para a construção de grandes projetos nacionais. Agora, esta prática tem sido complementada com uma rápida expansão do financiamento de projetos internacionais onde estas mesmas empresas recebem os contratos como condições de empréstimo. Entre as empresas mais favorecidas por esta política pode mencionar Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão (construtoras), Petrobras (petróleo) e Vale (mineração). Tanto em obras nacionais e internacionais, há uma transferência maciça de capital da origem público para o setor privado. Além disso, quem carrega o peso da dívida em empréstimos internacionais não são as empresas privadas contratadas para construir as obras, mas os governos assinaram os acordos.

Um segundo pilar desta estratégia é a utilização de mão de obra barato. Muitos dos megaprojetos na Amazônia são construídos em locais remotos onde não há trabalhadores locais suficientes a serem contratados, criando a necessidade de importar trabalhadores de outras partes do país ou, em outros casos, o país de origem da empresa construtora. Se o concessionário da obra é um enclave, a empresa controla quase toda a vida dos trabalhadores (moradia, alimentação, transporte, etc.), colocando-os em uma posição subserviente contra seu empregador. A mão de obra migrante não tem uma rede de apoio social como os trabalhadores urbanos por não estar perto de suas famílias ou redes comunitárias. A maioria desses trabalhadores não é sindicalizada, o que limita ainda mais a sua capacidade de pressionar o seu empregador.

Um terceiro pilar desta estratégia é a construção de espaços hegemônicos regionais, descritos acima, em que o capital nacional ocupa um lugar de destaque e orienta o processo de desenvolvimento de uma região em base nas necessidades e interesses do investidor ou credor e não em base a os interesses daqueles que recebem investimento.

3.2.2. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Económico y Social BNDES foi fundada em 1952 durante o governo de Getúlio Vargas como parte de uma campanha do governo para a industrialização do país em tempo da pós-Segunda Guerra Mundial. No ano seguinte, o petróleo do Brasil foi nacionalizado e a empresa estatal, a Petrobras, foi fundada como outro principal executor no setor de hidrocarbonetos.

O BNDES é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e com seu patrimônio próprio. O Banco opera de acordo com suas próprias regras e modos de gestão interna, embora nominalmente baixo a supervisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Como uma empresa pública, o BNDES tem a obrigação de atuar a favor no interesse público e seu desempenho é monitorado pelo Tribunal de Contas da União, a entidade federal de auditoria.

Desde a sua fundação, o BNDES tem sido o principal financiador de grandes projetos de desenvolvimento no país e tem operado de forma contínua tanto na ditadura militar, como dentro dos governos democráticos da direita e esquerda. Desde o início do século XXI, o crescimento de BNDES foi rápido. A quantidade de ativos de BNDES no final de 2010 foi de R\$ 549 mil milhões de reais brasileiros (cerca de US \$ 275 mil milhões), mais do que o total de ativos do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Andina de Fomento e, durante este período, passou por um crescimento médio de 19% ao ano sobre o valor de seus ativos. A quantidade dos desembolsos anuais também tem experimentado um crescimento correspondente como a Tabela Nº 5 indica:

Tabela Nº5**Desembolsos anuais do BNDES**

Ano	Valores (em mil milhões de reais brasileiros)	Câmbio sobre o valor de 2003
2003	35,1	--
2004	40,0	+ 13,9%
2005	47,1	+ 34,2%
2006	52,3	+ 49,0%
2007	64,9	+ 84,9%
2008	92,2	+ 162,7%
2009	137,4	+ 291,5%
2010	168,4	+ 379,8%
2011	139,7	+ 298,0%
2012	156,0	+ 344,4%

Fonte: www.bndes.gov.br

Uma média de 75% dos desembolsos na última década foi para as empresas do nível “médio-grande” (definida como empresas com Pressuposto Operacional Anual - POA mais de R\$ 90 milhões) e “grande” (POA mais de R\$ 300 milhões), com os restantes 25% para as empresas de menor porte (micro, pequenas e médias). Neste mesmo período, uma média de 46% dos gastos foi dirigida para a indústria, com 35% para infraestrutura e os restantes 19% divididos quase igualmente entre o setor agrícola e o setor comercial e de serviços.²⁹ Esta correlação interna deve mudar nos próximos anos, como o BNDES anunciou em 2011 que até e 2014 pretende dedicar 60% de seus investimentos para o setor de infraestrutura, com prioridade para a geração de energia elétrica e, em segundo lugar, para a preparação da Copa Mundial de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

Como uma manifestação direta dessas novas prioridades, em novembro de 2012, o BNDES anunciou um empréstimo de R\$ 22,5 mil milhões (US\$ 11,25 mil milhões), com prazo de 30 anos, para o consórcio Norte Energia SA para a construção da hidrelétrica de Belo Monte. É o maior empréstimo da história do banco e superou por mais de duas vezes o seu segundo maior empréstimo (R\$ 9,9 mil milhões) para a Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, Brasil, em 2009. Anteriormente, o BNDES havia concedido empréstimos a outras duas hidrelétricas em Rondônia, Brasil -Santo Antônio de R\$ 6,1 mil milhões e Jirau de R\$ 9,5 mil milhões- e para a construção da usina nuclear Angra III de R\$ 6,1 mil milhões. Juntos, esses cinco projetos de energia, no espaço de apenas quatro anos, recebeu mais de R\$ 54 mil milhões.

Outra das novidades de lá atuação do BNDES ao longo da última década tem sido o forte de internacionalização de seus investimentos, com foco especial em projetos de infraestrutura. Investimentos em países sul-americanos levam essa expansão e tem financiamento (atual ou proposta) em: Argentina (hidroelétrica, gasodutos, mineração); Bolívia (estrada); Chile (metrô); Colômbia (transporte urbano); Equador (hidroelétrica); Guiana (estrada, porto, hidroelétrica); Paraguai (linhas de transmissão); Peru (estradas, hidroelétricas) Suriname (porto); Uruguai (termoelétrico, gasoduto); e Venezuela (metrô, hidroelétrica, indústria de aço). Outra área de expansão para o investimento do BNDES é a África, que tem demonstrado interesse no setor de petróleo e gás na Nigéria, Angola e Argélia e tem incentivado a expansão dos biocombustíveis em diferentes partes do continente. O Brasil é o país latino-americano com mais investimentos na África e atualmente mantém relações comerciais em valor de US\$ 25 mil milhões.³⁰

Estes dados revelam que o BNDES é o principal motor da nova estratégia de desenvolvimento do país, descrito na seção anterior. Um problema que tem sido levantada por vários setores da sociedade civil e os organismos de defesa dos direitos humanos, como o Ministério Público (que funciona a nível federal e a nível dos estados brasileiros), é a falta de implementação de salvaguardas sociais e ambientais para esses investimentos, a falta de transparência na tomada de decisões e falta de divulgação de informações para a sociedade.

29 Los dados presentados vienen del sitio de Web del BNDES: www.bndes.gov.br

30 WRI - World Resources Institute. (2012). “Emerging actors in development finance: A closer look at China’s overseas investment.” Presentación de PowerPoint. Washington: World Resources Institute – WRI.

A promulgação da Lei de Transparência e Acesso à Informação pelo Congresso Nacional em maio de 2012 pode ajudar em o processo a estabelecer uma maior transparência interna do BNDES, com a ressalva de que essa lei não se aplica aos investimentos internacionais. Em relação à primeira questão, o BNDES criou uma Política de Responsabilidade Social e Ambiental em novembro de 2010 reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.³¹ No entanto, não houve a participação do público na formulação dessa política e sem mecanismos adequados para o controle da sua aplicação, em especial no seu financiamentos internacionais.

Outra incursão do BNDES na questão ambiental é a sua administração do Fundo Amazônia, que emergiu a oferta do governo norueguês para doar US\$ 1 mil milhões o Brasil para atividades de contenção do desmatamento, para ser entregue nas parcelas após a confirmação da redução das taxas de desmatamento. O Fundo Amazônia, criado em 2008 (Decreto Federal 6527/2008), tem como objetivo: a redução das taxas de desmatamento, a conservação e uso sustentável da floresta amazônica, e investimentos em novas tecnologias de monitoramento. Para fechar o ano de 2012, o BNDES aprovou 36 projetos, totalizando 439,8 milhões de reais, divididos nas seguintes quatro categorias: atividades produtivas sustentáveis (R\$ 134,7 milhões), desenvolvimento institucional de órgãos ambientais (R\$ 154,6 milhões), a regulamentação ambiental e fundiária (R\$ 45,8); e desenvolvimento científico e tecnológico (R\$ 104,8).³² Em junho de 2012, a Noruega lançou uma segunda parte, US\$ 178 milhões, e este teria entregue cerca de US\$ 650 milhões.

Ao contrário de outros fundos geridos pelo BNDES, criou um Comitê de Orientação Fundo Amazônia COFA composto por representantes de governo, setor empresarial e organizações da sociedade civil. Apesar desta inovação, COFA não teve um bom funcionamento, até agora, um processo que está bem documentado no site “De Olho no Fundo Amazônia” (<http://deolhonofundoamazonia.ning.com>). Houve críticas sobre a falta de transparência no processo de avaliação das propostas e pouca divulgação de informações. E, embora o Fundo Amazônia está autorizado a conceder até 20% de seus recursos para organizações não-brasileiras, até o momento nenhuma organização fora do Brasil tem sido capaz de beneficiar desta cláusula. Para obter uma lista de todos os projetos aprovados pelo Fundo, pode consultar o Web site: www.fundoamazonia.gov.br

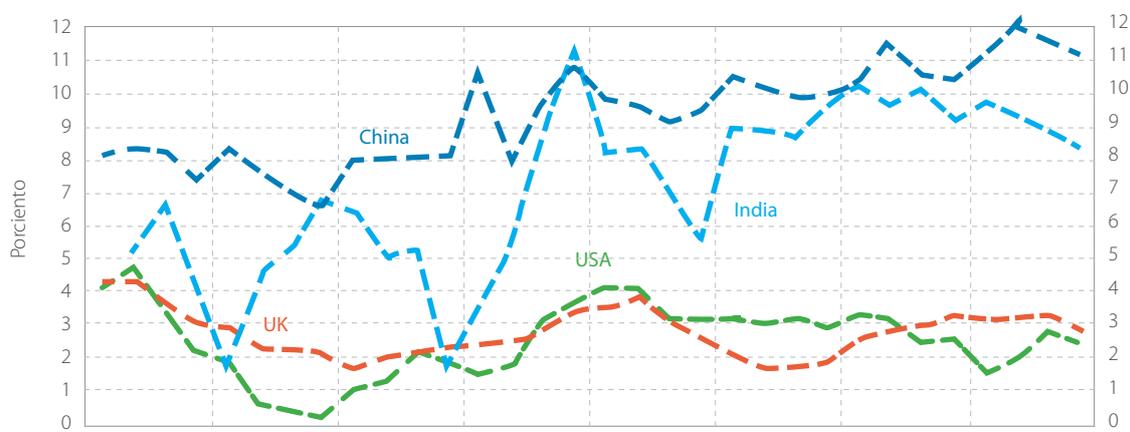
3.3. CHINA

3.3.1. A nova estratégia de desenvolvimento económico da China

O rápido crescimento da economia da China desde os anos noventa, com taxas consistentemente acima de 8% anual -e começar a passar para 11% nos anos antes da crise econômica global- catapultou-a a ser a segunda maior economia do mundo, em termos de PBI, superando o Japão e a Alemanha. O Gráfico Nº 1 mostra a disparidade entre suas taxas de crescimento e os Estados Unidos e do Reino Unido. Embora a Índia experimentou taxas elevadas em alguns anos, ele não tinha a consistência de crescimento experimentado pela China.

Gráfico Nº 1

O crescimento económico em os EUA, Reino Unido, Índia e China - 1999-2008



Fonte: Reuters EcoWin

31 Widmer, Roland. (2012). “The Brazilian Safeguard Regime, its application, and recommendations for the future”. One Advisory.

32 Valor Econômico. (2013). “Fundo Amazônia aprovou 36 projetos”. 14 de março, p. A3.

China tem prosseguido uma estratégia de desenvolvimento nacional que tem algumas semelhanças com a estratégia do Brasil. Primeiro, houve uma política de internacionalização das empresas chinesas através de uma política, lançado em 2001 como parte do 10º Plano Quinquenal (2001-2005), as empresas chinesas globalizar suas operações para ganhar um melhor acesso aos recursos naturais, incentivar as exportações e crescer suas empresas multinacionais. Um elemento crítico dessa política foi e conceder baixos custos de empréstimos. Além disso, o governo chinês colaborou com apoio diplomático, com pagamentos de seguros para as empresas e com deduções em suas deduções fiscais³³.

Dez Anos de crescentes inversões aumentou significativamente a importância da China no quadro do comércio mundial. Os investimentos chineses tomaram proporções globais para estar presente em todos os continentes. O comércio entre a China e países de América Latina e do Caribe entre 2000-2010 experimentou dez anos de crescimento constante em ambas as direções, como mostrado no Gráfico Nº 2. No entanto, este crescimento não foi igual, como a percentagem de comércio que a China é dos países latino-americanos (10%) é quase o dobro (5,5%) da participação do comércio que estes países ocupam na China.

Gráfico Nº 2

Comércio entre China e os países do América Latina e Caribe 1995-2010



O aumento do comércio chinês é acompanhado por uma rápida expansão dos investimentos chineses em todo o mundo. A Tabela Nº 6 apresenta os investimentos da China nos países amazônicos justapostos com investimentos dos países amazônicos em China. O montante de investimento chinês em países da América Latina e Caribe é quase três vezes a quantidade de investimentos na direção oposta.

Fonte: IDB/INT y COMTRADE - [LAC = países América Latina e do Caribe]

Tabela Nº 6

Quantidade de inversões de capital entre China e os países amazônicos - 2006-2010 (em milhões de US\$)

Brasil a China	234,83	607,92	China a Brasil
Venezuela a China	10,45	228,34	China a Venezuela
Peru a China	8,73	191,47	China a Peru
Bolívia a China	11,65	46,01	China a Bolívia
Equador a China	3,85	14,58	China a Equador
Colômbia a China	0,64	12,23	China a Colômbia
América Latina/Caribe a China	584,00	1.440,23	China a América Latina/Caribe

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento

33 WRI - World Resources Institute. (2012). "Emerging actors in development finance: A closer look at China's overseas investment." Presentación de PowerPoint. Washington: WRI.

3.3.2. Os bancos chineses

Os dois maiores bancos chineses responsáveis pelo financiamento de megaprojetos na América Latina e no mundo são chineses o Banco Chinês de Exportações-Importações (China Exim Bank) e o Banco Chinês de Desenvolvimento. A China Exim Bank foi criado em 1994, no início do processo de rápida expansão do investimento chinês no mundo. O banco, que é controlado pelo Conselho de Estado, é a agência do governo chinês para o financiamento externo de projetos e a maior agência global de crédito para exportações, proporcionando US\$ 70 mil milhões em empréstimos em 2.009.³⁴ No início de 2013, o Banco Interamericano de Desenvolvimento anunciou que a China vai fornecer US\$ 2 mil milhões a Fundo Chinês de Co-financiamento para a América Latina e o Caribe para complementar o financiamento de grandes projetos de desenvolvimento no setor público e privado.³⁵

O Banco Chinês de Desenvolvimento financia projetos nacionais e internacionais que estão alinhados com as metas oficiais de desenvolvimento, especialmente na área de energia e extração de recursos naturais. Este banco foi fundamental no financiamento da controversa barragem das Três Gargantas na China, a maior do mundo, e seu total de US\$ 810 mil milhões em ativos, dedicam 84% de seus investimentos para o desenvolvimento nacional e o restante para inversões internacionais. Em 2011, levou a US\$ 74.6 mil milhões de investimentos diretos em outros países.

Um mecanismo utilizado pelos bancos chineses são empréstimos feitos em troca de garantia de venda futura garantida de recursos naturais como o petróleo, bauxita, cromo e minério de ferro³⁶. Em muitos casos, há uma mistura de vários tipos de financiamento. No Equador, um contrato de empréstimo de US\$ 2 mil milhões para a construção de quatro usinas hidroelétricas por empresas chinesas, é garantir a US\$ 680 milhões desse montante é pago pela venda direta de petróleo para a China. Em um acordo deste tipo, diferentes tipos de relações econômicas estão presentes: os empréstimos financeiros, garantias comerciais de vendas de petróleo, a expansão internacional das empresas chinesas e de ajuda bilateral para o desenvolvimento.³⁷

Além desses dois bancos “políticos”, que funcionam como instrumentos diretos de governo, há os bancos

“comerciais” dedicados a empresas: Banco da China, Banco de Construção, Banco Agrícola e do Banco Industrial e Comercial. Muitas informações internas do governo sobre o desempenho desses bancos não está disponível para o público, o que torna difícil analisar a estrutura do seu financiamento. É difícil, por exemplo, distinguir claramente entre o financiamento que se enquadram na categoria de ajuda bilateral e na categoria de investimentos patrocinados pelo Estado.

4. OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DOS MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA

A análise de investimentos de capital em megaprojetos na Amazônia e sua “justificação” oficial dentro da ideologia dominante do desenvolvimentismo e gigantismo precisam ser complementadas com uma análise dos impactos socioambientais que os megaprojetos gerar, juntamente com um esboço da principais grupos ou povos que sofrem o peso da mesma. Para realizar esta análise, duas escalas de impacto são usadas –a escala pan-amazônica e a escala micro-regional- cada uma com diferentes impactos. Quando contextualizar os megaprojetos o início deste estudo, verificou-se que a atual onda de megaprojetos difere de outras ondas de fronteiras em expansão, devido ao grande alcance geográfico dos impactos, sua magnitude e a velocidade com que estão acontecendo. A análise de conteúdo específico desses impactos nos dará um quadro para compreender como e por que a situação é única e ver quais são os mecanismos disponíveis para medir esses impactos.

4.1. Principais impactos na escala pan-amazônica

Para uma visão abrangente dos impactos escala pan-amazônicos usaremos uma abordagem ecológica em que a bacia amazônica, como um todo,³⁸ é a principal unidade ambiental de análise e as intervenções humanas será entendido como uma forma de adaptação a floresta amazônica e seus ecossistemas associados. Dentro deste quadro ecológico, os megaprojetos representam um modo específico de adaptação humana a um conjunto específico de alterações ambientais, que, por sua vez, exigem novas respostas humanas, completando o ciclo ecológico de relações recíprocas e interdependentes, identificado quatro

34 *Ibid.*

35 *A República*. (2013). “A China vai fornecer US\$ 2.000 milhões a fundo do BID para a América Latina”. Lima, 17 de marco.

36 WRI. Op cit., 2012.

37 International Rivers. (2012). *The new great walls: A guide to China's overseas dam industry (second edition)*. Berkeley, CA: International Rivers.

38 O Atlas *Amazônia Baixo Pressão* (RAISG, 2012) descreve três maneiras de definir a bacia amazônica: como bacia hidrográfica; como bioma biofísico; e como área administrativa. Usamos aqui a delimitação da bacia hidrográfica.

principais impactos socioambientais que o megaprojetos já estão gerando, a uma escala geográfica pan-amazônica, impactos que agravar ainda mais se continuar a construí-los em um ritmo rápido.

4.1.1. Industrialização forçada da selva

Durante séculos o modo de adaptação utilizada pelos povos indígenas e outros grupos amazônicos foi baseada em um conjunto de atividades inter-relacionadas que incluíram a agricultura itinerante em pequena escala, a caça, a pesca e coleta de frutos. Este modo de adaptação, que tem sido amplamente documentado pela antropologia ecológica,³⁹ mostra que cada povo organizado este conjunto de atividades de uma forma única. Ao contrário de algumas visões idílicas deste modo de adaptação, que postulava que produz um equilíbrio ecológico perfeito, os povos indígenas sim gerados impactos sobre a floresta, ambos prejudiciais e beneficiadores. Balée estimada de 12% da floresta amazônica foi antrópica a chegada dos primeiros europeus cinco séculos atrás.⁴⁰ Estudos recentes indicam que as práticas de adaptação dos povos indígenas foram responsáveis pela criação de “terras pretas do índio” terra fértil para a agricultura. Há também evidências de uma relação direta entre altas taxas de biodiversidade e adaptação de práticas indígenas⁴¹.

O princípio que levou quase todas estas práticas de adaptação era manter a floresta em pé. Quando um povo chegava cerca dos limites ambientais de uma determinada região, seja pela diminuição da fertilidade do solo, seja pela limitada caça e pesca, o grupo relocava para permitir que a floresta e os ciclos se regenerem, evitando assim o esgotamento dos recursos florestais. Sponsel refuta críticos que afirmam que os povos indígenas pode ser tão destrutores para a floresta como os colonos ou outros grupos que entram na Amazônia em lá atualidade com um fato revelador: os povos indígenas viviam na floresta amazônica por milênios de forma sustentável sem aproximar situações de colapso ambiental.⁴²

Os megaprojetos extrativistas e infraestrutura fazem parte de outro modo de adaptação do ser humano: a industrialização. Os megaprojetos requerem grande quantidade de energia, milhares de pessoas dependem para a sua construção, receber altas quantias de capital financeiro

e tecnológico e transformam a paisagem da floresta e dos fluxos hidrológicos onde eles estão localizados. Em suma, a megaprojetos transformar a forma de adaptação à floresta, uma mudança que parece ser particularmente acentuada nas áreas rurais, onde as formas tradicionais de adaptação ainda estão em curso.

Historicamente, o processo de industrialização de uma região de décadas (por exemplo, o processo de industrialização da Inglaterra) e as mudanças que causou foram internalizadas por diferentes gerações gradualmente e de maneiras diferentes. No caso dos megaprojetos amazônicos, estamos diante de processo de industrialização extremamente rápido em que áreas rurais tornam-se áreas urbanizadas no espaço de poucos anos. A velocidade da industrialização é acompanhada pela aparência do imposto. Sem consulta a povos locais antes da instalação do megaprojeto da “industrialização” de seus territórios e as mudanças no seu modo de adaptação. Por isso, eles são processos forçados de industrialização da floresta. Para agravar ainda mais esse quadro, é difícil voltar a modos tradicionais de adaptação, uma vez que a industrialização chega, devido a mudanças ambientais e sociais que ocorrem.

4.1.2. A reorganização territorial da Amazônia

A industrialização, como um modo específico de adaptação, gera uma reorganização territorial das regiões onde está instalada. A principal transformação territorial encontra-se na rápida urbanização da selva. Com a instalação e crescimento das cidades, a composição e a densidade da população amazônica mudam. Com a migração de novas pessoas, a grande maioria imigrante de outras regiões do país, o quadro político muda já que estes novos moradores ganham poder político através do peso do seu voto e abrem espaço para práticas clientelistas de captura dos votos. A lista de reivindicações da Amazônia também sofrem mudanças repentinas. Se os povos cujo modo de adaptação está ligado à floresta reivindicam políticas de proteção de seus territórios e uso sustentável da floresta, os novos imigrantes levantar reivindicações tipicamente urbanas, tal como mais empregos e habitação, melhores serviços de educação e saúde e mais projetos de saneamento e esgoto.

Junto com a urbanização, outra reorganização territorial está ligada a redes de transporte rodoviário. O modo tradicional

39 Para uma introdução a essa literatura, o leitor pode consultar as seguintes obras: Meggers (1971), Hames e Vickers (1983) Posey e Balée (1990); e Redford e Padoch (1992).

40 Balée, William. (1992). “People of the fallow: A historical ecology of foraging in lowland South America”. En: *Conservation of neotropical forests*, Redford, K. y C. Padoch, eds. Nueva York: Columbia University Press, p. 35-57.

41 Bensusan, Nurit y André Lima. (2003). *Quem Cala Consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais (Documentos ISA nº 8)*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

42 Sponsel, Leslie E. (1995). “Relationships among the world system, indigenous peoples, and ecological anthropology in the endangered Amazon”. En: *Indigenous Peoples and the Future of Amazonia*, L.E. Sponsel, ed., pp. 264-293. Tucson: University of Arizona Press.

de adaptação para a floresta baseou-se na utilização dos rios como principal meio de organização de transporte e organização territorial. Através da conectividade fluvial, serão construídas redes sociais é construída e organizada a produção. A principal matriz de transportes para a urbanização é terrestre e sua modalidade privilegiada são as estradas. A construção de estradas na floresta reestrutura do fluxo de pessoas e produtos de forma que a conectividade fluvial perdeu em importância. Cada vez que uma nova estrada é construída na Amazônia, aumenta as invasões da floresta e acelera os processos de urbanização, e ambos fenômenos servem para aumentar a demanda para a construção de mais estradas. Assim, o segundo fator importante na reorganização territorial da Amazônia é a passagem de uma matriz baseada na conectividade fluvial para outra fundamentada com base em a conectividade terrestre.

4.1.3. Perda de biodiversidade e degradação florestal

O rápido desmatamento da Amazônia está contribuindo para a extinção de espécies endêmicas da flora e fauna e uma grande diminuição da diversidade biológica das florestas, o produto de milhões de anos de evolução. As altas taxas de extinção de espécies biológicas fazem que os cientistas apontem para hoje como a sexta era de extinção em massa da história do planeta, a única causada pela ação antrópica.⁴³ Para a comunidade científica mundial, essa onda de extinções está destruindo o patrimônio genético da humanidade antes que a ciência tem a chance de conhecer cientificamente. Em muitos casos, as florestas de diversidade biológica estão sendo substituídas por vastas monoculturas de soja, óleo de palma, cana-de-açúcar ou outros cultivos destinados para os mercados nacionais e internacionais ou por grandes extensões de pastagem de gado para abastecer os mercados distantes.

A construção de hidrelétricas pode facilitar a destruição das florestas através de um processo diferente de desmatamento: a secagem de terras húmidas. Investigações pioneiras por um equipe de cientistas liderado por Michael Goulding indica que a construção de uma série de usinas hidroelétricas nas cabeceiras da bacia amazônica teria um forte impacto sobre os fluxos de água dentro da bacia, com um alto risco de secagem, temporária ou permanentemente, grandes áreas de floresta inundadas. Estas interrupções nos fluxos pode causar a morte no sitio de milhares de hectares de floresta sem cortá-las.⁴⁴ A possibilidade da ocorrência desse fenômeno, que precisa de um estudo mais aprofundado, raramente é levantada em estudos de impacto ambiental EIA das hidroelétricas, mas pode representar alguns de seus maiores impactos biofísicos.

4.1.4. O potencial colapso da função hidrológica da bacia

Os impactos biofísicos de megaprojetos não se limitam a degradação florestal. Os fluxos hídricos na Amazônia mais conhecidos são seus rios majestosos, os quais contêm 20% da água doce do planeta. Mas lá fluxos aquáticos subterrâneos e aéreos: pesquisadores do Observatório Nacional do Brasil recentemente encontraram evidências de um rio subterrâneo de 6 mil quilômetros de extensão, que corre abaixo do rio Amazonas; os fluxos atmosféricos de humidade e vapor de água são, em um sentido este-oeste até que colidirem com a altura dos Andes e, em seguida, ser encaminhado para o sul, onde beneficia as terras agrícolas no Brasil e Argentina.⁴⁵

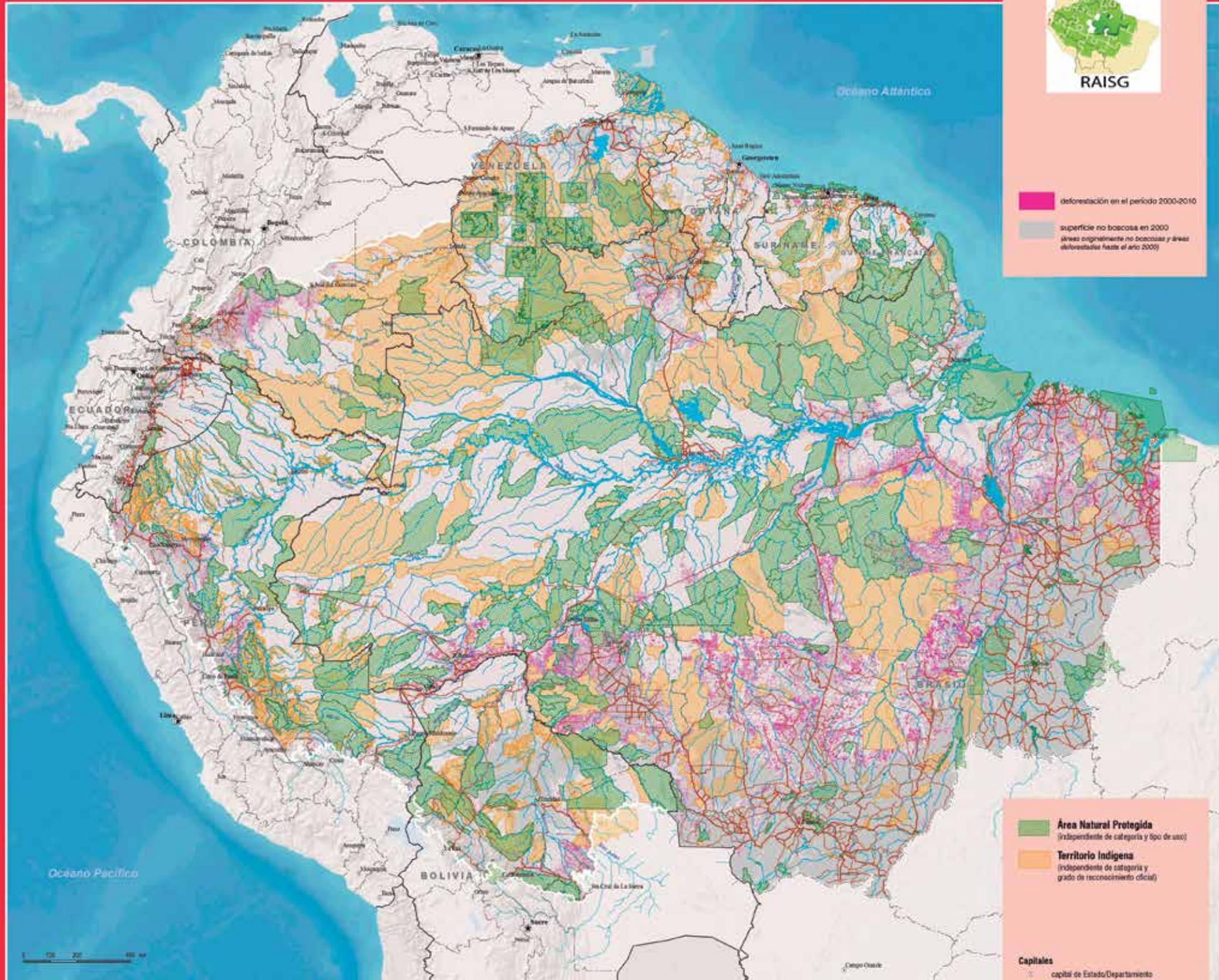
Outra preocupação ambiental é que as altas taxas de desmatamento e mudanças no uso da terra que acompanha liberando os gases de efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono, mas também o metano (associadas a práticas pecuárias) e fuligem (associado com a produção de carvão vegetal). Estima-se que entre 15 a 20% dos gases de efeito estufa no mundo provêm de desmatamento das florestas tropicais.

43 Morell, Virginia. (1999). "The sixth extinction". National Geographic 195(2): 42-59.

44 Goulding, Michael et al. (2010). *A Bacia do rio Inambari: Ambientes aquáticos, biodiversidade e barragens*. Lima: WCS.

45 Moss, Margi y Gerard Moss. (2012). "Rios Voadores". Projeto Rios Voadores. [www.riosvoadores.com.br].

Mapa N° 6: Desflorestação na Amazônia



deforestación en el período 2000-2010

superficie no boscosa en 2000
(áreas originalmente no boscosas y áreas deforestadas hasta el año 2000)

Área Natural Protegida
(Independiente de categoría y tipo de uso)

Territorio Indígena
(Independiente de categoría y grado de reconocimiento oficial)

Capitales
 ○ capital de Estado/Departamento
 ★ capital de País

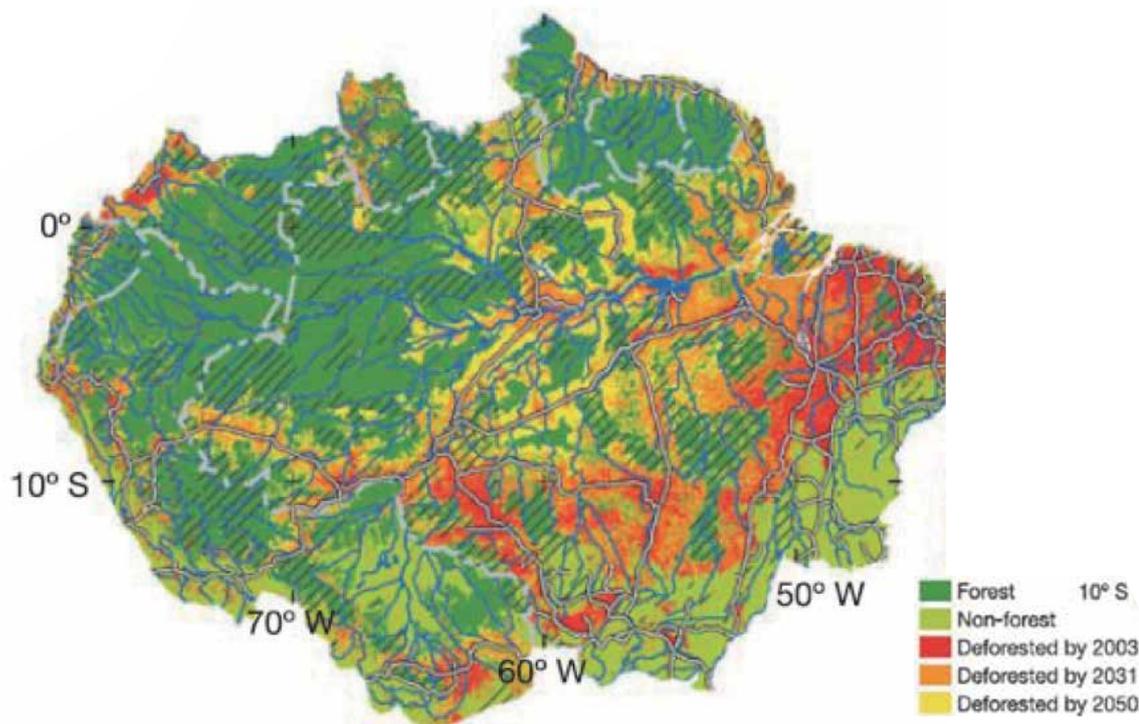
Límites referenciales
 - - - - - estatal/departamental/provincial
 - - - - - internacional
 - - - - - en disputa/litigio
 - - - - - Amazonia

Carreteras
 - - - - - no pavimentada (o sin lit.)
 - - - - - pavimentada

agosto de 2012

Fuentes cartográficas del tema Deforestación: • Para todos los países excepto Brasil: RAISG, 2012 • Brasil: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, 2011 (<http://www.obt.inpe.br/prodesdigital>).
 Océano y relieve: World Physical Map, U.S. National Park Service, in ArcGIS Online Services.

Mapa Nº 7: Sim Amazônia 2006 - Simulação do Desmatamento



Fonte: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia- IPAM

O escopo biogeográfico e magnitude das mudanças ambientais que a Amazônia está enfrentando atualmente encaminham as dinâmicas ecológicas a um colapso do ecossistema da floresta, o que quebraria com as condições hidrológicas e climáticas que atendam a escala do bioma amazônico. O fenômeno da “Amazon dieback”, identificado pela primeira vez pelo climatologista brasileiro Carlos Nobre, no início da década de 1990, refere-se a uma redução significativa na biomassa (carbono) da floresta amazônica, como resultado das mudanças climáticas em curso, como parte de uma transição a ecossistemas sabana.⁴⁶ Diante desse risco, cientistas interessados da conservação das florestas calcularam que o tipping point em relação ao desmatamento acumulado foi de cerca de 70% da cobertura original da floresta amazônica.⁴⁷ Com 18% da cobertura florestal destruída atualmente, sim se manterem as atuais taxas de desmatamento teria um 30% do desmatamento da Amazônia em poucos anos, e pôr em perigo de crise o ecossistema. O aumento nos últimos anos de eventos climáticos extremos na Amazônia - as secas graves em 2005 e 2010; o recorde de precipitação anual em 2009 com grandes inundações - são indícios de que mudanças mais severas podem fazer parte de um futuro próximo.

4.2. Medindo e projetando os impactos à escala pan-amazônica

Os primeiros modelamentos computadorizados que simulavam diferentes taxas de desmatamento em cenários futuros desempenhou um papel fundamental na adoção de uma visão pan-amazônica sobre o problema da perda de floresta tropical. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia IPAM articulou um modelo que projetava cartograficamente os possíveis locais de futuro desmatamento, com base em um conjunto complexo de variáveis. A primeira iteração do modelo, lançado em 2006 (ver Mapa Nº 7), permitiu que nossa compreensão atual do desmatamento pode ser complementada com uma visão prospectiva de futuro desmatamento. As variáveis utilizadas para simular o desmatamento futuro precisam ser renovadas constantemente por causa da velocidade das mudanças que a Amazônia está enfrentando. As projeções de desmatamento para os anos de 2031 e 2050, feitas no mapa de 2006 agora tem que incorporar o funcionamento do novo cenário geopolítico, a construção de vários megaprojetos e a flutuante demanda mundial por incontáveis commodities.

46 O Banco Mundial realizou um estudo abrangente sobre este assunto. Pode acessar os resultados em: Vergara, Walter e Sebastian M. Scholtz. (2010). *Assessment of the Risk of Amazon Dieback*. Washington: World Bank Studies.

47 Cálculo utilizado como linha de base na cobertura florestal da Amazônia na época da chegada dos europeus no início do século XVI.

A rápida proliferação de novas tecnologias de georreferenciamento para organizações da sociedade civil em todos os países amazônicos ha gerado sistemas próprios de monitoramento do desmatamento na Amazônia, fornecendo uma fonte alternativa de dados às taxas oficiais dos governos. Em muitos casos, os dados e os mapas contidos nas bases de dados das organizações da sociedade civil são melhores do que os dados nacionais.

O trabalho cartográfico do Instituto Socioambiental ISA no Brasil durante os últimos trinta anos (incluindo o trabalho de suas organizações precursoras) gerou o melhor e mais acessível registro de terras indígenas e áreas protegidas do Brasil, tornando-se em referência para toda a Amazonia.⁴⁸

A conformação da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada RAISG a partir de 2007, e hoje tem 11 organizações membros, representou um marco importante tanto para o fortalecimento e coordenação entre as organizações da sociedade civil dos países da Amazônia como para a qualidade técnica de seus trabalhos. O Atlas Amazônia Baixo Pressão, lançado em dezembro de 2012 mostra mapas e estatísticas atuais sobre as estradas, petróleo e gás, mineração, hidroelétricas, as fontes de calor e o desmatamento serve como uma fonte de informação fundamental para os trabalhos de incidência socioambiental.

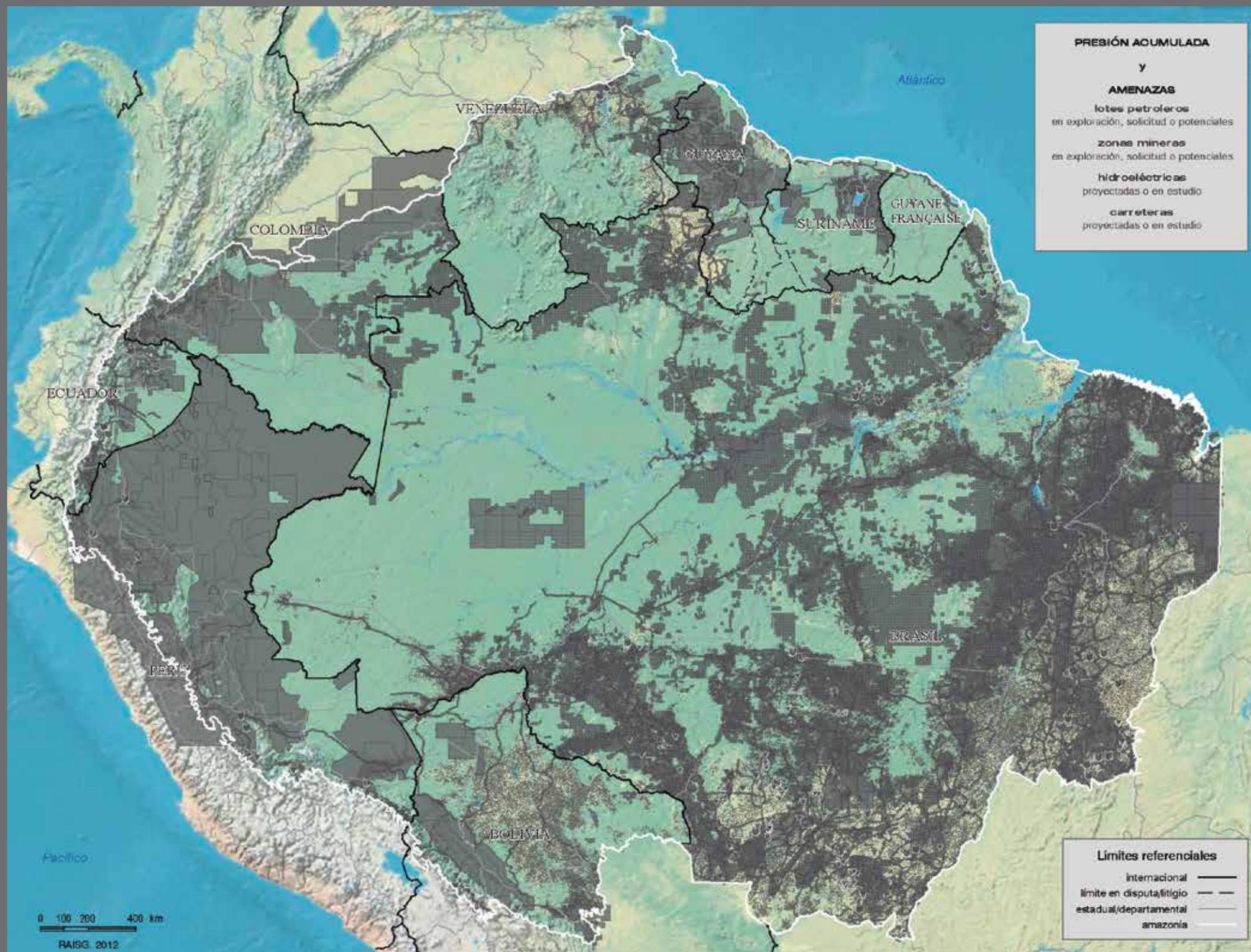
48 A publicação ISA cada cinco anos de um volume enciclopédico dos povos indígenas brasileiros é uma fonte indispensável para quem trabalha com estes povos. Ver: Ricardo, Beto e Fany Ricardo, eds. (2011) Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental.

Mapa Nº 8: Amazônia :Pressão Acumulada



Fonte RAISG

Mapa Nº 9: Amazônia: Pressão Acumulada e ameaças



Fonte RAISG

4.3. Principais impactos na escala microrregional

Subdividir a Amazônia em várias regiões é uma tarefa difícil. A polissemia do termo “região” permite que existam muitas maneiras de aplicá-lo para a Amazônia: regiões subnacionais (por exemplo, Amazônia equatoriana), ecorregiões da Natureza (WWF) regiões caudilhistas (cada um com suas oligarquias regionais); regiões metropolitanas (Manaus, Belém, Iquitos); regiões hidrográficas (Alto Amazonas); regiões etnográficas (Melatti⁴⁹); e muitos mais, dependendo dos critérios utilizados. Para fins metodológicos se utilizam aqui a categoria de “micro-região” para se referir às “fronteiras regionais”: uma área geográfica da Amazônia que está sendo transformado pela expansão da fronteira econômica específica, um processo que está sendo conduzido pela construção de os megaprojetos.

Identificamos três grandes impactos socioambientais dos megaprojetos que surgem na maioria das fronteiras regionais, mas com peculiaridades que precisam ser especificadas antes de qualquer trabalho de incidência.

4.3.1. Destruição dos meios de subsistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais

Desde a chegada dos europeus na Amazônia, a invasão dos territórios indígenas tem sido uma parte integral do fenômeno das fronteiras regionais, acompanhado pela introdução de novas doenças que dizimaram aldeias inteiras, transportando centenas deles a desaparecer como povos autônomos. Estas invasões produziu uma multiplicidade de migrações de povos indígenas –intensificando e complexizando as migrações precolombianas⁵⁰– e redesenhou o mapa etnográfico da Amazônia. Quando chegou a nova onda das fronteiras desenvolvedoras para meados do século XX, a opção de migrar para outras áreas de floresta foi drasticamente reduzido devido à presença maciça de novos grupos sociais em seus territórios: não havia grandes áreas disponíveis para onde ir. Do ponto de vista dos territórios indígenas, esta nova situação representa uma mudança significativa: o arredondamento dos povos indígenas em terras individuais, eliminando para sempre sua prática milenária de migração. Esse processo está chegando a sua conclusão com o arredondamento dos últimos povos que vivem em isolamento e contato inicial.

Enquanto isso, o desmatamento implacável comprometeu a subsistência de povos indígenas e outros grupos tradicionais. Os sistemas agroflorestais dependem de

ambientes biodiversos. A degradação e contaminação das florestas têm contribuído para situações de escassez de caça, pesca e coleta de frutos. Perante estas situações, um dos principais desafios para os povos indígenas tem sido a obter o reconhecimento oficial de seus territórios tradicionais (agora em seu novo formato “fixo”) por seus respectivos governos nacionais. A vindicação final foi a delimitação dos territórios e a defesa contra as invasões e degradação ambiental que a nova fronteira amazônica mundial estava causando. Uma vez que a integridade territorial está intacta, os povos indígenas podem continuar sua luta por uma vida digna e encontrar formas de garantir que seus territórios são economicamente e ambientalmente sustentáveis no novo contexto do capitalismo global, na qual eles estão inseridos.

4.3.2. O represamento dos rios e mudanças estruturais em os regimes hidrológicos que provoca

Para os grupos sociais amazônicos manter práticas tradicionais de adaptação –povos indígenas; ribeirinhos; seringueiros; palenques; entre outros– os rios formam uma parte central de sua vida e de seu território. O represamento de rios, é por barragens de grande ou de médio porte, provoca mudanças estruturais nos regimes hidrológicos com impactos drásticos ao estilo de vida fundado sobre o rio e seus fluxos. O impacto mais imediato é a inundação de terras mais férteis da região e a subsequente remoção forçada das pessoas que viviam lá. Outro impacto é o rompimento dos ciclos da migração e reprodutivos dos peixes, mais uma vez, com consequências negativas para os pescadores da região. A barragem interrompe o tráfico humano no rio onde se constroem laços de amizade e afinidade. Assim, as barragens aceleram a transição a uma matriz de transporte terrestre, para limitar o trânsito por rio, assim como e centro de convivência.

Um dos argumentos usados pelos desenvolvedores de usinas hidroelétricas é que a energia hidrelétrica é uma fonte de energia “limpa” de produção de eletricidade, sobretudo quando comparado com as usinas termoelétricas, sendo de baixo uso de combustíveis fósseis e por ser renováveis. A barragem proporciona a oportunidade de gerar créditos de carbono, se ele pode ser classificado como um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo MDL.

Esta visão foi refutada por pesquisadores que trabalham nas hidroelétricas. Fearnside e Millikan identificam vários impactos raramente reconhecidos em estudos de impacto ambiental de barragens, tais como: (i) o impacto rio abaixo

49 Melatti, Júlio César. 1995. “Áreas etnográficas da América do Sul.” Conferencia presentada al Seminário “Arqueologia - Tendências Atuais.” Universidade de Brasília.

50 Para uma excelente análise da diáspora arawak durante o último milênio, veja: Heckenberger, Michael J. (2005). *The ecology of power: Culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000*. Nueva York y Londres: Routledge.

(secagem de trechos do rio, redução do oxigênio na água que é mortal para os peixes; a falta de inundações estacionais sobre os terrenos aluviais); (ii) os impactos rio acima (interrupção das migrações dos peixes e dos fluxos de sedimentos, alteração na velocidade de rio); (iii) a concentração dos níveis de mercúrio nos reservatórios e ampliação a sua toxicidade através de processos de metilação (adição de CH₄), com a contaminação de peixes e humanos que os consomem; (iv) aumento da produção de metano, um potente gás de estufa, pela decomposição do material orgânico o espólio de reservatório.⁵¹

4.3.3. Crescimento urbano desarticulado que produz marginalização econômica e social

A rápida urbanização na Amazônia após a instalação de megaprojetos cria cidades crescentes com pouco planejamento para que a população cresça a uma taxa mais rápida do que a capacidade da administração pública para satisfazer as suas necessidades. Lo Browder e Godfrey classificam como “urbanização desarticulada”.⁵² O Brasil está liderando esse processo,

como mostram os seguintes dados: entre 2000-2010, dez cidades na Amazônia brasileira dobrou sua população; Manaus cresceu 23%, atingindo 1,7 milhões de pessoas; e grandes projetos de desenvolvimento (em vários setores econômicos) promoveu inchaço de cidades, como no caso de Porto Velho e Altamira (hidroeletricidade), Parauapebas (mineração), Sinop (agronegócios) e Paragominas (madeira).⁵³

Com a implantação de um megaprojeto, a empresa responsável pela construção construíram um complexo habitacional mínimo para acomodar o núcleo básico de engenheiros e operários. No entanto, como o afluxo de pessoas sempre extrapola o número de quartos e empregos, a população excedente é forçada a localizar-se extemporaneamente e surgem cidades pobres fora do enclave. Essas cidades não têm a maioria de serviços públicos básicos de saneamento, saúde, eletricidade e educação e são centros de informalidade da economia. A falta de aplicação da lei incentiva a instalação de atividades ilegais e situações de violência. Em suma, a cidade nasce dentro da marginalização econômica, política e social.

51 Fearnside, Philip y Brent Millikan. (2012). “Hidrelétricas na Amazônia: Fome de energia limpa?”. Em: *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21, 2ª edição*. Brasília: International Rivers Network – Brasil.

52 Browder, John y Brain J. Godfrey. (1997). *Rainforest cities: urbanization, development, and globalization*. Nueva York: Columbia University Press.

53 Romero, Simon. (2012). “Swelling rain forest cities surge in Amazon”. *New York Times*, 24 de novembro.

UMA AGENDA PAN-AMAZÔNIA PARA O DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO

1. AS AGENDAS DE DEFESA DA NATUREZA E DEREITOS

O peso dos impactos socioambientais descritos na seção anterior -tanto a escala pan-amazônica e microrregional- é distribuída de forma extremamente desigual. Quem tem a maioria dos benefícios derivados da implementação de os megaprojetos são forças econômicas e políticas externas da região, como as corporações multinacionais, o aparato administrativo do governo nacional que recebe uma parte substancial dos seus rendimentos provenientes da exploração e venda recursos da região e as instituições financeiras que ganham com o pagamento de juros sobre empréstimos ou receber garantias de rendimento mediante a venda futura de recursos ou serviços. Esses atores controlam os principais centros de poder econômico e político e fortalecem seu controle usando uma ideologia desenvolvimentista que promete melhores condições de vida para a população em geral. Assim, as forças por trás da crescente construção de megaprojetos na Amazônia representam o status quo.

Quem tem os impactos mais negativos desses mesmos megaprojetos são os povos indígenas, que sofrem com a invasão de suas terras e comunidades locais, experimentando uma rápida proliferação de problemas sociais e de saúde, criando situações graves. Para estes grupos, o status quo não é satisfatório e há uma necessidade urgente de uma mudança nas políticas de desenvolvimento. A floresta amazônica é também um perdedor líquido dos impactos

descritos acima, devido às altas taxas de desmatamento; a poluição dos solos e rios, com um subsequente impacto sobre a flora, a fauna e os seres humanos; aumentando os desastres ecológicos tais como secas prolongada e incêndios florestais; a transformação de paisagens de grande biodiversidade em vastas áreas de monoculturas de soja, óleo de palma, cana de açúcar e eucalipto; e um processo gradual de secas que transformam as florestas tropicais em cobertores.

As ações de diferentes grupos para mudar o status quo e rotar para uma sociedade mais justa e menos prejudicial levou a que eles constituir-se em sujeitos políticos e elaborar as respectivas agendas para a mudança. Identificou três agendas amazônicas para análise aqui: uma agenda ambiental, liderada por ambientalistas internacionais; uma agenda de direitos coletivos e territoriais, liderada pelos povos indígenas; e uma agenda de trabalho, liderado por sindicatos. Depois de uma breve descrição dessas agendas, as inter-relações históricas entre cada uma serão analisadas para prosseguir com o esboço de uma teoria da mudança capaz de dirigir essas agendas para uma proposta de desenvolvimento alternativo para a Amazônia.

1.1. A agenda ambiental

Dos três agendas a serem discutidos aqui, a agenda ambiental é o mais conhecido. A partir da década de 1980, o movimento ambientalista internacional identificou a Amazônia como um lugar privilegiado para a sua

atenção. Foi nesta década que cientistas da recentemente criada “biologia da conservação” cunhou o conceito de “biodiversidade” para se referir ao número de diferentes espécies de flora e fauna que um ecossistema particular continha⁵⁴. As florestas tropicais que ficam as mais altas taxas de biodiversidade do mundo e da Amazônia, como a maior floresta tropical, tomou uma posição de destaque na luta para conservar a biodiversidade, agora re-significado como patrimônio genético da humanidade.

A principal política ambiental utilizada para garantir a conservação da biodiversidade até agora tem sido o estabelecimento de áreas protegidas. Na década de 1980, os países amazônicos criaram grandes áreas protegidas na Amazônia, a maioria dos quais eram os Parques Nacionais e outras áreas de “proteção integral” que proíbem os seres humanos a viver dentro deles. Por trás dessa expansão da rede de áreas protegidas foi estabelecida uma agenda política voltada para a conservação das florestas tropicais formadas por organizações ambientais não-governamentais (liderada por instituições internacionais como Worldwide Fund for Nature WWF; Conservation Internacional CI; The Nature Conservancy TNC; e Wildlife Conservation Society WCS), os biólogos de várias especializações (botânicos, zoólogos, ictiologistas, etc); os ministérios e agências ambientais dos governos nacionais e departamentais; fundações filantrópicas (como Moore; Ford; Packard; MacArthur; Mott) e agências de cooperação internacional de países europeus e dos Estados Unidos, em que se encontra o atual corrente conservacionista de movimento ambientalista.⁵⁵

Esta corrente experimentou um tempo de estrondo com a Cúpula da Terra,⁵⁶ realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, onde a Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada por mais de cem países. O Programa Piloto ambicioso para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), financiado conjuntamente pelo Grupo dos Sete Países Industrializados e do governo brasileiro, foi uma das iniciativas internacionais de maior importância para esta corrente.

O outro documento importante aprovado na Cúpula da Terra foi a Convenção sobre Mudança do Clima, cujo principal objetivo é a estabilização dos gases de efeito estufa para evitar mudanças perigosas no sistema climático global. O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, estabeleceu obrigações para os países industrializados a reduzir as emissões industriais desses gases. A partir do século XXI,

houve intensificação das negociações internacionais em torno da Convenção. A inclusão das florestas tropicais nesta nova corrente foi focada no atual papel como sequestradores de carbono. O programa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental REDD, agora REDD+ para incluir mudanças no uso da terra, foi incorporada nas negociações globais sobre mudanças climáticas na 13ª Conferência das Partes em Bali em 2007, mas seis anos depois, a implementação de um sistema de créditos com base nos princípios de REDD+ continua em uma fase incipiente.

Outra linha de ação da agenda ambiental tem incidido sobre o ciclo hidrológico e da importância da água como um articulador biofísico e humano. Se a abordagem de a biodiversidade produziu o conceito de ecoregions e a abordagem das alterações climáticas produziu o conceito de carbono sequestrado, uma abordagem dos fluxos hídricos é baseada no conceito de bacia hidrográfica como uma unidade ambiental de análise. A interconectividade dos rios amazônicos, junto com o fenômeno geográfico inter-escala das bacias, em que pequenas bacias se unem para formar macro-bacias, que se juntam para formar a bacia amazônica de proporções continentais, permite visualizar diferentes escalas para análise social e ação política.

As atuais disputas por usinas hidroelétricas tornaram e ponto neológico do sistema hídrico por mudar rápida e dramaticamente, os fluxos hidrológicos, ecossistemas aquáticos e os meios de subsistência dos povos da Amazônia. O relatório da Comissão Mundial de Barragens, intitulado Barragens e Desenvolvimento: Um novo modelo para tomada de Decisões (2000), foi escrito por um comitê de especialistas internacionais depois de amplas consultas com os grupos sociais de todos os continentes e se tornou em referência internacional de excelência para uma nova política de barragens, que inclui uma visão múltipla de desenvolvimento hídrico e humano. As prioridades estratégicas propostas no relatório terminam com o número sete, que expõe a sua visão: “Compartilhando rios para a paz, desenvolvimento e segurança”

Outra consequência das grandes barragens é que colocaram os fluxos hídricos de quase toda a bacia baixa o regime técnico da geração de eletricidade para centros metropolitanos distantes, o que dificulta a realização de uma proposta alternativa de desenvolvimento amazônico. O Plano 2020 para a Amazônia de Internacional

54 Takas apresenta uma interessante leitura do processo da “invenção” científica da biodiversidade: Takas, David. (1996). *The idea of biodiversity: philosophies of paradise*. Baltimore y Londres: John Hopkins University Press.

55 Para uma análise detalhada das várias correntes do movimento ambientalista, veja: Little, Paul E. (2004). “Ambientalismo e Amazônia: Encontros e desencontros.” Em: *Amazônia: Cenários e cenários*, D. Sayago, J-F. Tourrand; M. Bursztyn, eds., pp. 321-344. Brasília: Editora UnB.

56 Seu nome oficial era “A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente”, e foi acompanhado pela realização de um Fórum Global, que foi assistido por milhares de organizações da sociedade civil.

Rivers⁵⁷ integra três elementos importantes em seus cálculos sobre a importância dos rios: o valor de sua biodiversidade (incluindo fauna de peixes); a proteção dos direitos coletivos das comunidades ribeirinhas, e os serviços ecossistêmicos que os rios de fluxo livremente fornecem.

1.2. A agenda dos direitos dos povos

Ao longo dos últimos dois séculos as sociedades nacionais de ocidente ter experimentado um processo gradual, embora inexorável, de ampliação dos direitos que desfrutaram seus cidadãos. A introdução de noções de direitos civis no século XVIII, após as revoluções francesa e americana abriu um novo espaço público de discussão e resolução de conflitos que hoje chamamos de sociedade civil. No pós-Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos ganharam um grande impulso com a promulgação, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. A turva década de 1960 coloca as questões dos direitos ambientais e das mulheres na agenda política dos direitos internacionais, mas com grandes diferenças na sua aplicação em diferentes regiões do mundo.

Na década de 1980, a questão dos direitos dos povos indígenas ganhou força no âmbito da Maciões Unidas, com a criação do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas e, em 1989, a Organização Internacional do Trabalho aprovou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e tribais em Países Independentes, criando um espaço político internacional para a promoção e defesa dos direitos indígenas. A Convenção 169 representou uma grande mudança de foco da Convenção 107 de 1957, que promoveu um projeto assimilacionista.

Um conjunto de movimentos sociais, associações e federações indígenas; organizações que promovem a sobrevivência cultural (por exemplo, Cultural Survival; Survival International; Internacional Work Group for indigenous Affairs IWGIA); as redes de antropólogos e advogados; organizações trabalhistas (como a OIT), movimentos sociais de justiça ambiental têm trabalhado na construção de uma agenda política para a proteção dos direitos coletivos e territoriais, conhecida como os direitos dos povos. Os povos indígenas lideram este processo e encontraram nas Nações Unidas um espaço para promover suas reivindicações como grupos sociais não-nacionais com direitos coletivos, social e culturalmente existentes. A criação do Fórum Permanente dos Povos Indígenas em 2000 abriu um novo espaço onde os povos indígenas de todos os continentes tiveram a oportunidade, por meio de suas reuniões internacionais

biensais, para conhecer-se e elaborar suas próprias propostas. Em 2007, após de vinte e cinco anos de discussão, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas.

Os direitos territoriais contam como os mais importantes dos direitos coletivos, como a terra de cada povo é central à sua identidade cultural e serve como fonte de sua subsistência. Neste sentido, a implementação de megaprojetos, e as mobilizações migratórias que engendrem, é apresentado como a principal ameaça à integridade territorial dos povos indígenas. É nacionalmente que a maioria das decisões sobre os povos indígenas são tomadas e que os problemas de execução e fiscalização das leis ocorrem continuamente. A primeira responsabilidade dos governos nacionais contra os povos indígenas que se encontram dentro de suas fronteiras é o reconhecimento formal de seus territórios dentro de normas que garantam o seu mandato coletivo.

Esta longa batalha ganhou força com a nova onda de Constituições Nacionais do final de 1980 e início de 1990. A Constituição Federal do Brasil (1988) reconheceu, pela primeira vez em sua história, os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e garantir aos cidadãos o direito a um meio ambiente equilibrado. A Constituição da Colômbia (1991), garantiu os direitos territoriais dos povos indígenas, indicando que as terras indígenas são regidas por conselhos formados e regulados de acordo com os usos e costumes de suas comunidades. As constituições mais recentes têm avançado mais na proteção dos direitos coletivos. A Constituição do Equador (2008) instala o direito à boa vida e direitos de natureza. A Constituição Política da Bolívia (2009) introduz o conceito de um estado plurinacional, com um modelo de pluralismo legal igualitário e reconhece o direito à livre determinação e territorialidade.⁵⁸

Outra frente na luta pela agenda de direitos refere-se a expropriação mercantil dos conhecimentos tradicionais. Com a irrupção das novas biotecnologias desde cedo 1.980,⁵⁹ se ampliou as possibilidades de manipulação genética de genes da Amazônia previamente desconhecidos cientificamente e explodiu uma pesquisa global para o novo material genético, uma atividade conhecida como “bioprospecção”. Os bioprospectores rapidamente entenderam que o elevado número de espécies da floresta amazônica dificultava sua procura de substâncias com alto potencial para uso humano. O vasto acervo de conhecimentos tradicionais que os

57 International Rivers. (2012). *2020 Plan for the Amazon: A long-range strategy for protecting rivers and rights in the Amazon, from the Andes to the Atlantic*. Berkeley: International Rivers.

58 RAMA – Rede Jurídica Amazônica. (2012). *O direito à território e de autogoverno territorial dos povos indígenas na região Amazônica da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela*. Quito: Fundação Pachamama.

59 Para uma revisão deste novo momento no desenvolvimento das indústrias biotecnológicas e as implicações sociais desta, veja: Peritore, N. Patrick y Ana Karina Galve-Peritore, eds. (1995). *Biotechnology in Latin America: politics, impacts, and risks*. Wilmington: SR Books.

povos indígenas desenvolveram historicamente ofereceu-o lucrativos “atalhos” na procura de material com potencial utilização humana, através de acesso e posterior utilização dos conhecimentos tradicionais. No processo, existe um risco de expropriação mercantil do conhecimento indígena e sua transformação em propriedade privada por estranhos.

A nível Internacional, as organizações indígenas levantaram várias frentes de incidência sobre esta questão, com prioridade para a Convenção sobre Diversidade Biológica CBD (e seus artigos 8 (j) e 10 (c)), o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e da Agricultura, e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Com o Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios, aprovada na 10ª Conferência das Partes da CDB no Japão em 2010, existe o árduo trabalho regulatório de colocar em prática formas de proteção dos conhecimentos tradicionais e garantias de uma justa e equitativa repartição dos benefícios derivados da sua utilização.

1.3. Tensões e sinergias entre as duas agendas

Os atores sociais que promovem a agenda ambiental mantiveram extensas relações com os povos indígenas e os outros atores da agenda dos direitos dos povos que flutuam entre alianças políticas, por um lado, e conflitos abertos, por outro. Uma breve revisão da história dessas relações durante as últimas três décadas, ajudaria a identificar seus pontos mais polêmicos para depois procurar formas de superar essas tensões e construir uma agenda comum.

A década de 1980 foi um tempo de crescimento na colaboração entre ambientalistas e povos indígenas e comunidades tradicionais, com a formação de várias alianças políticas para a proteção das florestas tropicais. A aproximação entre o movimento sindical dos seringueiros brasileiros e do movimento conservacionista internacional gerou um novo tipo de área protegida – a Reserva Extrativista – cujos moradores, organizados em Associações Agro-extrativistas, desfrutaram do usufruto coletivo da reserva através de Planos de Uso. No entanto, o assassinato de Chico Mendes, o líder visionário dos seringueiros, em sua casa em 1988 por pistoleiros, mostra que os oligarcas regionais da Amazônia, que haviam dominado as economias amazônicas regionais durante a maior parte do século XX, não iam a desistir facilmente.

Outro destaque da colaboração entre as duas agendas foi a campanha contra a construção da barragem de Kararã – nome de uma música de guerra kayapó – no rio Xingu. Em 1989 houve uma reunião em Altamira, Brasil, com representantes da Eletronorte, a empresa estatal responsável pela barragem, assistido por mais de 600 guerreiros Kayapó, por membros do movimento ambientalista internacional, pela imprensa nacional e internacional e por várias “estrelas” como o cantor de rock, Sting.⁶⁰ A força dos protestos e a publicidade negativa que o governo e financiadores recebeu ocorreu a cancelação de financiamento do projeto pelo Banco Mundial e a postergação indefinida da construção da barragem por parte do governo em uma clara vitória para a aliança indígena-ambiental.

Na década de 1990, esta aliança experimentou um momento difícil com o embate entre as diversas alegações das partes. Um dos principais pontos de tensão resultou da sobreposição entre as terras indígenas e áreas de proteção integral, não permitindo pessoas dentro de seus limites. No Brasil, a promulgação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, após dez anos de intenso debate entre ambientalistas e os povos indígenas, estabeleceu a nova categoria de “área de uso sustentável”, mas deixou os conflitos territoriais existentes sem mecanismos de solução.⁶¹ Em 2010, a União Internacional para a Conservação da Natureza UICN publicou um estudo intitulado Sobreposição de territórios indígenas e áreas protegidas na América do Sul que concluiu que na América do Sul, das 802 áreas protegidas de caráter nacional, 220 (ou 27%) têm alguma sobreposição com territórios indígenas.⁶²

Na década de 2000, a questão das mudanças climáticas globais sobressaiu em a agenda ambiental e as florestas tropicais ingressaram nas negociações internacionais como potenciais geradores de créditos de carbono dentro do programa de REDD. Pero os formuladores ambientalistas do programa REDD+, para promover um sistema de créditos, não contemplavam adequadamente os direitos indígenas sobre o carbono sequestrado, ou seja, a sua floresta. Assim, com o lançamento de programas de REDD+, os movimentos indígenas das florestas tropicais estavam preocupados com e potencial enfraquecimento de seus direitos e acesso aos recursos naturais. Em uma reunião em 2009, organizada pela Internacional Fórum on Globalization IFG em Washington, DC, entre líderes indígenas internacionais e representantes das principais organizações ambientalistas, foi alcançado

60 Turner descreve o evento como sendo simultaneamente uma protesta vigorosa e um “circo da mídia internacional”, veja: Turner, Terence. (1993). “The role of indigenous people in the environmental crisis: The example of the Kayapó of the Brazilian Amazon”. *Perspectives in Biology and Medicine* 36(3): 526-545.

61 Ricardo, Fany, org. (2004). *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

62 Para uma perspectiva global e histórica desse fenômeno, veja: Dowie, Mark. (2009). *Conservation Refugees: The hundred-year conflict between global conservation and native peoples*. Cambridge, MA: MIT Press.

um acordo que ambas as agendas foram para apoiar a linguagem contida na Declaração de os Direitos dos Povos Indígenas como base para a formulação e implementação de programas de REDD+.⁶³

O saldo prático das obscuras relações entre as duas agendas é uma certa falta de confiança mútua entre as organizações ambientais indígenas.⁶⁴ Um ponto de tensão contínua encontra-se em suas diferentes abordagens para a negociação e resolução de conflitos. Entre a tecnocracia ambiental predomina e abordagem de negociação entre as partes envolvidas no conflito com a facilitação externa, vulgarmente conhecido em Inglês como o “stakeholder approach”. A palavra “stakeholder” significa um “depositário de uma aposta”⁶⁵ e foi originalmente cunhado na época de das corridas de ouro americanos: o “stake” de uma pessoa em um potencial minha referindo-se ao dinheiro que tinha investido no empreendimento. Na aplicação desta metodologia de resolução de conflitos, cada um dos stakeholders ganha um “assento” na mesa de negociações, apesar das grandes desigualdades na estrutura de poder.

Os movimentos indígenas e seus aliados tendem a usar uma abordagem baseada no respeito pelos direitos (“rights-based approach”). A partir desta perspectiva, antes de se sentar para negociar sobre o conteúdo específico do conflito, é necessário estabelecer o quadro de direitos coletivos sobre as quais as negociações possam prosseguir. Em o stakeholder approach a questão dos direitos coletivos ingressa como um assunto negociável, entretanto, o rights-based approach exige que o assunto dos direitos serão resolvidos de antemão. Para os povos indígenas, o depositário de uma aposta é diferente do depositário de um direito. No entanto, as duas abordagens não são mutuamente exclusivos e pode ser utilizado em diferentes momentos do processo de resolução de conflito de uma maneira coordenada.

1.4. A agenda de trabalho

As reivindicações dos ambientalistas e os povos indígenas têm dominado as agendas de mudanças na Amazônia, deixando a agenda de trabalho em um lugar periférico. O modelo de industrialização que os megaprojetos estão sendo implementadas na Amazônia só e efetiva com a força de trabalho de milhares de imigrantes (nacionais e internacionais) que trabalham em grandes enclaves onde o movimento sindical não tem uma forte presença. Entre os trabalhadores migrantes, que trabalham sobre

condições precárias, e as pessoas urbanas, que vivem em situações de trabalho informal e marginalidade social, existe a possibilidade de promover uma agenda de trabalho reivindicando seus direitos trabalhistas e melhorias sociais. Estas reivindicações ainda não conseguiram estabelecer todavia em uma força sindical pan-amazônica forte devido à sua alta dispersão e mobilidade constante.

As experiências de trabalho nos canteiros de obra das represas hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, as três primeiras grandes barragens brasileiras a atual onda de megaprojetos, foram submetidos a uma série de confrontos entre os trabalhadores e as empresas de construção, alguns dos eles marcado pela violência. Em 2010, por exemplo, os trabalhadores do enclave de Jirau se rebelaram contra as ruins condições de trabalho, queimando ônibus e destruindo edifícios. A resposta da empresa foi imediata: expulsaram 22,000 trabalhadores do local, deixando-os sem meios de subsistência em uma região longe de casa, entregando a carga social para que eles a os governos municipais e regionais que não estavam em condições de assumi-la. Nos dois primeiros anos de construção, a barragem de Belo Monte sofreu 18 ocupações lideradas por indígenas e ambientalistas, e 9 paralisações de os trabalhadores. Estima-se que, quando o processo de construção de Belo Monte alcance e tempo de mais estrondo, teria um total de 28,000 trabalhadores temporários.

As reivindicações destes trabalhadores para dignas condições e benefícios de trabalho representam uma clara agenda de demanda social Amazônica que é, até agora, completamente desligada das agendas ambientais e os direitos dos povos, já que os trabalhadores estão ligados, para o bem ou para o mal, com o mesmo trabalho que está causando devastação na região que essas agendas estão subindo.

Embora a presente pesquisa não trabalhe diretamente com a agenda de trabalho em sua proposta de mudança para estar fora de seu foco temático, foram identificados dois potenciais pontos de aproximação entre as três agendas que podem formar parte de uma proposta global de incidência:

1. Um dos pilares da luta pelo reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas é a Convenção 169 da OIT, justamente uma organização de trabalho. Os trabalhadores Amazônicos temporais dos megaprojetos

63 International Forum on Globalization. (2009). *Ensuring indigenous peoples' and forest-dependent communities' rights in REDD*. São Francisco: IFG.
64 O artigo de Chapin provocou uma grande controvérsia sobre essas relações. Veja: Chapin, Mac. (2004). “A challenge to conservationists”. *World Watch Magazine*, Vol. 17, No. 6. Por uma série de respostas com o artigo, veja: “Responses to ‘A challenge to conservationists’”. *World Watch Magazine*, Vol. 18, No. 2 (2005).
65 *Simon and Shuster's International Dictionary – English/Spanish, Spanish/English*.

devem receber apoio no mesmo OIT e das organizações sindicais. Assim, os povos indígenas e os trabalhadores da Amazônia podem atuar em um espaço alargado de direitos trabalhistas.

2. A aproximação entre a agenda de trabalho e a agenda ambiental pode passar através da busca de padrões globais de responsabilidade corporativa. Uma das mudanças mais significativas no trabalho dos grandes organizações de conservação e o lançamento de uma nova estratégia que tente mudar o comportamento econômico das grandes corporações para práticas mais amigáveis ambientalmente. Várias “mesas de trabalho” ambientais de negociação foram formadas em diferentes setores da economia –madeira; soja; carne; óleo de palma- com resultados mistos. Como são as grandes corporações que estão construindo megaprojetos, os trabalhadores e ambientalistas podem construir uma plataforma comum para a saúde humana e ambiental nas megaprojetos, como parte de uma campanha de responsabilidade corporativa.

2. A CONSTRUÇÃO DE REDES PAN-AMAZÔNICAS PARA A MUDANÇA

O esboço de uma teoria da mudança aqui tem o desejo de orientar a elaboração de estratégias e táticas capazes de defender os interesses e promover as reivindicações de grupos sociais que procuram modelos mais justos e menos prejudiciais do modelo de desenvolvimento. A análise utilizada nesta pesquisa trabalha com os preceitos da “ecologia política”. Seu ponto de partida é a dinâmica da expansão de fronteiras, explicada na primeira seção, que serve como um motor para a chegada das forças predatória e que gera conflitos socioambientais em torno da gestão e uso da terra, rios, subsolo e todos os recursos naturais. Visto desta forma, as questões ambientais na Amazônia são, invariavelmente assuntos políticos por involucrar as forças econômicas e políticas que tentam impor sua vontade sobre outras forças presentes na região.

O atual modelo de desenvolvimento, liderada pela instalação simultânea de dezenas de megaprojetos em vários países, está produzindo impactos socioambientais a escala pan-amazônica previamente identificados (industrialização, urbanização, desmatamento, crises do ecossistema). Duas das características mais importantes dos projetos de desenvolvimentos implementados na Amazônia nas últimas décadas é o seu planejamento por pessoas de

fora da região amazônica para atender a demanda externa e também a exclusão sistemática de povos amazônicos no planejamento e na tomada de decisões sobre sua implementação.

Uma proposta para um desenvolvimento alternativo pode surgir a partir de práticas e aprendizados dos povos da Amazônia para atender às suas necessidades e aspirações: em suma, um desenvolvimento amazônico. Para conseguir isso, precisamos de uma visão global e unir as reivindicações dispersas dos movimentos sociais em um movimento coeso. A construção de uma visão pan-amazônica endógena esta em fase incipiente. A carta de compromisso do Fórum Amazônia Sustentável, por exemplo, termina com a exortação aos 200 organizações signatárias para assumir a responsabilidade de unir forças para “mudar a história recente da Amazônia em harmoniosa integração com outras regiões.”⁶⁶ Em uma perspectiva mais acadêmica, Sachs sugere que a Amazônia pode ser um “laboratório das biocivilizações o futuro”, mas isso só é possível com a “reinvenção do Estado desenvolvimentista”⁶⁷ Seguindo o caminho definido pelo Fórum Social Mundial, podemos partir do afirmação de que “outra Amazônia é possível”.

Historicamente, as fronteiras em expansão foram marcadas por conflitos violentos e a ausência de regulamentação estadual, onde o espaço público é pouco formado e dominado por relações assimétricas de poder. A proposta política para estabelecer fóruns públicos gerais para discussão e ação, pode levantar e promover os interesses públicos e coletivos, enquanto que regulamenta a intervenção dos interesses privados, e oferece uma maneira mais democrática para resolver os conflitos de fronteira da Amazônia.

As redes de ativistas atuais fornecem a base sobre a qual serão construídas formas de uma maior coordenação e sintonia das ações entre os atores globalmente dispersos. Redes que permearam esta pesquisa -RAMA; RAISG; ARA; RLIE; BICECA; Plataforma BNDES; lista BNDES em Foco; OilWatch; International Rivers; entre outros- fazem trabalhos especiais de alta qualidade e formam o núcleo duro da estratégia de aproveitar com mais eficácia das redes e iniciativas já existentes. Um elemento deste aproveitamento é na área da informação. As organizações da sociedade civil gerenciam grandes quantidades de informações sobre a floresta amazônica, em projetos de desenvolvimento, sobre os povos indígenas. Ao mesmo tempo, estas mesmas

66 O Manifesto do IV Fórum Social Pan-Amazônica, realizado em Belém em 2009, anunciou que “sabemos que a Pan-Amazônia é um dos principais campos de batalha de bloqueio para salvar o planeta e a humanidade.”

67 Sachs, Ignacy. (2008). “Amazônia: laboratório das biocivilizações do futuro”. Territórios da Cidadania.

redes têm que trabalhar duro para ter acesso às instalações de tomada de decisões sobre os megaprojetos, seja nos círculos governamentais, seja no campo das empresas privadas.

Para aumentar a sua quota de poder na nova etapa financeira e de desenvolvimento, movimentos e organizações sociais precisam refinar sua estratégia política para canalizar melhor suas ações de participação e resistência. O elenco de táticas disponíveis para a implementação de uma estratégia é grande e a eleição de cada tática vai depender da situação e do momento conjuntural em que a ação é realizada. Nós delineamos um contínuo em que há, por um lado, ações colaborativas e de participação e, por outro lado, as ações de enfrentamento e resistência. Ambos os “estilos” de ação política têm o seu lugar e pode coexistir dentro do mesmo movimento, mas com as tensões e receios mútuos.

Um dos foros privilegiados para a participação é a formulação, negociação, implementação e fiscalização das políticas públicas, entendidas aqui como os padrões técnicos e sociais estabelecidos por uma coletividade pública, para ser usado na administração do domínio público. Para a construção de um espaço público democrático, então, não há a necessidade de um “empoderamento” (aumentar a quota de poder) dos grupos marginalizados e, portanto, criar um sistema mais equitativo para a construção em conjunto de novas políticas públicas. Outra via a participação do público são as práticas colaborativas de produção e gestão de conhecimentos, prática que confronta a tendência de privatização da informação e sua controle por empresas privadas. A terceira tática deste tipo de atividade política são as campanhas educativas que visam criar opinião pública favorável aos interesses dos povos da Amazônia. As campanhas Amo Amazônia no Peru e Equador têm feito um excelente trabalho nesse sentido.

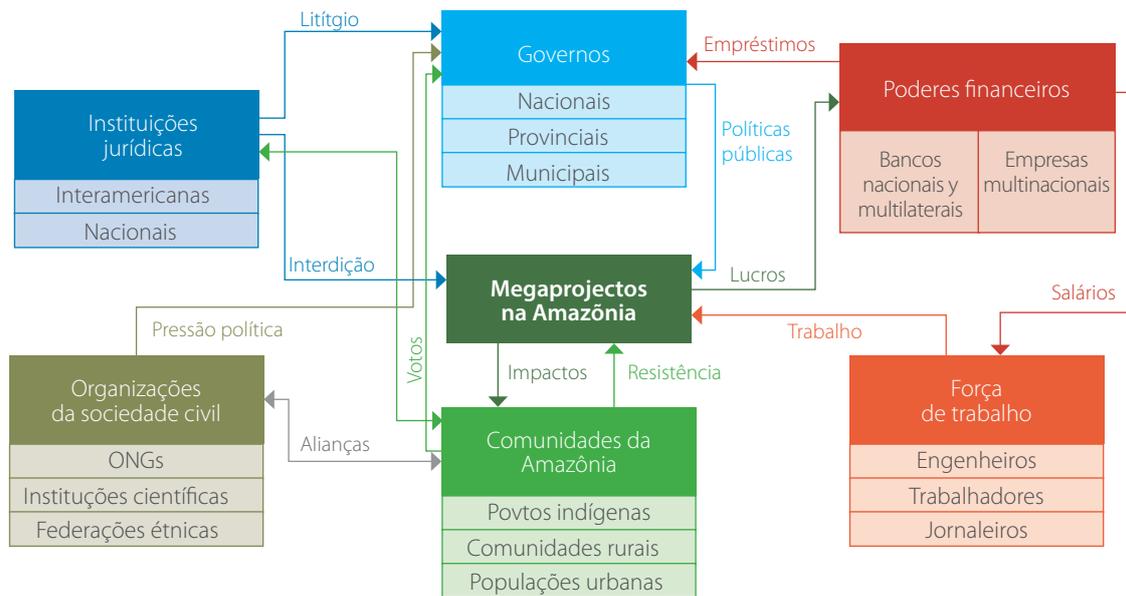
No que diz respeito às táticas de ação direta, os movimentos sociais são projetados para pressionar politicamente o poder centralizado e ganhar visibilidade e apoio de povo. Os casos da Marcha para o Direito à Água, no Peru, a Marcha pela Água, Terra e Dignidade no Equador e a Marcha em Defesa da Integridade do TIPNIS na Bolívia são três exemplos recentes de manifestações que foram capazes

de levantar uma resistência maior à políticas públicas impostas a lá Amazônia pelas autoridades nacionais. Os processos judiciais representam outra importante tática de demanda direta. Os processos realizados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso Sarayacu no Equador, o caso Belo Monte no Brasil e caso TIPNIS da Bolívia são exemplos recentes de exigências legais. As campanhas corporativas que exigem as empresas a respeitar os direitos dos povos são outra tática de ação direta. Campanhas contra três empresas petrolíferas com operações na Amazônia -Chevron, Occidental Petroleum e Talisman- ter dado resultados significativos, incluindo a retirada de Talisman e ConocoPhillips do Peru e sentença contra a Chevron no Poder Judicial do Equador. Uma melhor coordenação das ações e apoio mútuo para as campanhas e lutas afins serve para intensificar o impacto político das redes.

A utilização de um mapa conceitual das principais forças em torno dos megaprojetos pode servir para orientar a elaboração e a implementação de uma estratégia para a mudança. Na Gráfico N° 3, cada um dos nomes em negrito representa um espaço de atuação política e econômica. Abaixo destes nomes consistem os principais tipos de atores socioeconômicos que operam nesses espaços. Para cada um megaprojeto, teria que fazer um mapeamento básico dos principais atores específicos, usando este quadro para colocá-los em sua relação com os outros atores. As setas indicam os principais tipos de interação entre as diferentes esferas de poder.

A análise da correlação de poder entre esses diferentes espaços revela uma forte simbiose entre o espaço dos “governos” e “os poderes financeiros”, criando o status quo que está promovendo os megaprojetos. As três áreas de “as organizações da sociedade civil”, “as comunidades da Amazônia” e “as instituições jurídicas” tendem a formar alianças estratégicas para responder o status quo e demanda políticas de desenvolvimento mais justas que abordar as necessidades ambientais e sociais da Amazônia. O espaço da “força de trabalho” é um lugar incerto dentro desta dinâmica de poder, já que os trabalhadores são beneficiários de megaprojetos, ao mesmo tempo sofrem de muitos de seus impactos negativos.

Mapa conceitual das principais espaços/atores socioeconômicos



PROPOSTA DE TÓPICOS E AÇÕES PRIORITARIAS

A correlação de forças expressas no mapa conceitual serve para delimitar diferentes espaços sociopolíticos e legais para o trabalho de incidência. Para cada espaço, há que escolher ações prioritárias. A continuação, sugeriremos possíveis linhas de ação que farão o seguimento a os tópicos levantados pela análise global. Os critérios utilizados incluem trabalhos com atores principais, delimitação de “gargalos” nos processos ambientais, estabelecendo de precedentes para consulta pública e identificação de pontos nevrálgicos e dos pontos fracos das estruturas econômicas dominantes. Todos esses critérios têm que passar pelo crivo da sua viabilidade e sua urgência. Este delineamento serve como quadro referencial para a alocação de recursos (humanos e financeiros) e planejamento de ações.

2.1. Os direitos dos povos

A agenda para os direitos dos povos indígenas é o núcleo duro de sua agenda política. Um de seus princípios é o respeito pelos direitos coletivos e territoriais como uma pré-condição para as negociações políticas e econômicas. O uso tático de dispositivos legais e de direitos humanos é sua ferramenta mais importante. Identificou dois tópicos

prioritários para os trabalhos para lá incidência derivados da sua importância nos processos de limitar os impactos dos megaprojetos:

2.1.1. O direito a Consulta Prévia, Livre e Informada

A Convenção 169 da OIT continua a ser o principal quadro jurídico internacional para orientar o estabelecimento de normas para a Consulta Prévia, Livre e Informada. A normatividade dos Estados Nacionais também tem feito progressos, como a decisão do Tribunal Constitucional da Colômbia que a consulta prévia é um direito fundamental de obrigatório cumprimento para o Estado;⁶⁸ a promulgação da Lei de Consulta Prévia no Peru em setembro de 2011;⁶⁹ e o estabelecimento de regras para o acesso aos conhecimentos tradicionais pelo Conselho Nacional de Gestão do Patrimônio Genético CGEN em Brasil.

A seleção pelo Estado de um megaprojeto como prioridade tende a ganhar sobre o direito à consulta, tudo em nome do “interesse nacional”. A insistência do Estado Brasileiro para construir a barragem de Belo Monte e do Estado Boliviano em construir a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, ambos confrontados com uma forte resistência popular, são indicações dos limites da incidência em a tomada de decisões sobre megaprojetos.

68 CEDLA – Centro de Estudos para o Desenvolvimento de Trabalho e Agrário. (2012). *Direitos indígenas na Comunidade Andina de Nações/Memória do talher/com* CCPICAN. La Paz: CEDLA, p. 11.

69 Peru: *Relatório Alternativo 2012 – Sobre e cumprimento de Convenio 169 da OIT*. (2012). Lima: São imagens do Peru.

O caráter impositivo dos megaprojetos é um dos mais desastrosos para os povos indígenas. Na maioria dos casos, os povos indígenas só sabem de planos para a construção de um megaprojeto em sua região após que a proposta foi aprovada. Assim, o projeto chega ao conhecimento dos povos como um fato consumado, sobre a qual eles só podem negociar os termos de mitigação e compensação, mas sem ter espaço para questionar o empreendimento em sim.

Nisto reside a distinção entre os conceitos de “consulta” e “consentimento”. Um processo de consulta refere-se às ações de “conferir” com as partes envolvidas na proposta de construção. O respeito de consentimento é consideravelmente mais forte, já que envolve dando a os povos indígenas uma espécie de poder de veto sobre o empreendimento. Os Estados Nacionais e as grandes empresas privadas não querem ceder ao direito de consentimento, porque isso representaria uma poderosa ferramenta para os povos indígenas que criariam obstáculos a seus projetos de desenvolvimento nacionais.

É neste contexto que a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas ganham uma posição de destaque a ser mais exigente do que a Convenção 169 da OIT. A Declaração inclui linguagem em processos de consentimento e define o Direito à Autodeterminação. E, apesar de que uma declaração não é obrigatória, pode ser usado como um padrão básico para qualquer tipo de negociação. A proposta é privilegiar o trabalho em favor da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, sem deixar os trabalhos atuais em favor da Convenção 169.

2.1.2. Os novos direitos nas Constituições Nacionais

A promulgação de novas Constituições Nacionais dos países amazônicos ao longo dos últimos 25 anos mudou radicalmente seu panorama legal e abrem vários espaços para os direitos de cambio. Como e um documento jurídico fundamental y máximo de qualquer país, as Constituições fornecer uma importante autoridade para esses direitos. As constituições do Equador e da Bolívia, para o lançamento de novos direitos e conceitos, lideram este processo. O anúncio desses direitos e conceitos em as Constituições, no entanto, não garantiam uma plena implementação, o que exige a leis secundárias e trabalhos de base. Os maiores impactos gerados pelo megaprojetos apresentam uma serie de situações, para aplicar estes novos direitos e realizá-los. Foram identificados quatro temas principais para os trabalhos de incidência.

Direito de bem viver: Um tema que permeia esta pesquisa é a necessidade de idear um modelo alternativo para o desenvolvimento da Amazônia. O Direito do Bem Viver, que consta na Constituição equatoriana, serve como um excelente meio para promovê-lo, principalmente com os povos indígenas. O fortalecimento dos processos de gestão territorial e governança, a implementação de alternativas econômicas e seus sistemas monetários complementares e a promoção de programas básicos de saúde comunitária são alguns exemplos de como este direito pode ser realizado no âmbito dos direitos coletivos. A ideia de mudança deve basear-se na concepção dos povos e nacionalidades indígenas sobre sua relação com a natureza.

Direitos da Natureza: Equador é o primeiro país do mundo que reconhece os direitos da natureza em sua Constituição e agora resta o trabalho de desenvolver esses direitos nas leis secundárias. Os impactos ambientais provocados por os megaprojetos extrativistas e de infraestrutura podem formar a base para processos judiciais, levantadas por organizações de base e organizações não-governamentais, por violação desses direitos. Os desenvolvimentos desses processos têm o efeito de gerar interpretações mais claras sobre o significado e alcance dos direitos da natureza. Há uma frente internacional de promoção de esses direitos representados pela Aliança Global para os Direitos da Natureza (www.therightsofnature.org), uma rede global criada em Setembro de 2010, no Equador.

Direito à livre determinação: A autonomia indígena dentro dos Estados é um dos conceitos mais importantes que surgiu no âmbito das novas Constituições. Existem várias formas de autonomia e têm diferentes escopos atribuídos a ele. O autogoverno é, sem dúvida, um dos pilares da livre determinação e um de seus temas fundamentais é o controle, por parte dos povos indígenas, sobre seus territórios e sobre os recursos naturais que contêm. O autogoverno também pode incluir a construção de seus próprios sistemas de justiça, saúde e educação.

Direito de pluralismo legal igualitário: O reconhecimento do caráter plurinacional dos países representa um avanço significativo para os povos da Amazônia, particularmente quando se considera que apenas quarenta anos antes os governos militares dos países amazônicos promoveu uma política de “fronteiras vivas”, onde tentado colonizar as regiões das fronteiras do país com pessoas com fortes identidades “nacionais”, com a clara implicação de que os povos indígenas não eram verdadeiros cidadãos. Um dos elementos da plurinacionalidade mais difícil de implementar e um sistema de pluralismo legal igualitário que permite um

reconhecimento compartilhado de diferentes sistemas de justiça para a solução de conflitos em áreas transformadas por projetos de desenvolvimento. Para que isso seja eficaz, existe a necessidade de estabelecer articulações entre os sistemas de justiça ordinária e da justiça indígena, dentro de um quadro de diálogo intercultural.

2.2. Salvaguardas e controles ambientais

2.2.1. Foco prioritário nas BNDES e os bancos chineses

O novo cenário financeiro, que foi descrito na contextualização desta pesquisa requer novos tipos de propostas de melhoria, mas que vale a pena das experiências anteriores com as instituições financeiras internacionais. Durante um período de sete anos (2005-2012), o projeto BICECA (iniciais para Building Informed Civic Engagement for Conservation in the Andes-Amazon), liderada por organizações nos Estados Unidos (Bank Information Center BIC), Peru (Direito Ambiente e Recursos Naturais DAR), Colômbia (Instituto Latino-americano de Serviços Legais Alternativos ILSA) e Brasil (Amigos da Terra Brasil), funcionou como um importante centro de pesquisa e distribuição de informações sobre os principais projetos de infraestrutura na Amazônia, com foco no Banco Mundial, BID e outros instituições financeiras internacionais.

O desafio que enfrenta hoje é como aplicar as lições aprendidas com os trabalhos sobre estas instituições para bancos nacionais de desenvolvimento, como BNDES e do Banco de Desenvolvimento Chinês, particularmente quando eles não sentem a necessidade de seguir os parâmetros de salvaguardas internacionais que foram construídos com base nas pressões da sociedade civil global durante os últimos trinta anos. Devido à quantidade de recursos que esses novos atores financeiros estão investindo na Amazônia e a magnitude das transformações que estão ocorrendo, há uma crescente necessidade de influir em sua maneira de operar.

Se as organizações da sociedade civil não pode controlar a atuação desses bancos, teriam limitadas possibilidades para interromper os processos de destruição da floresta e dos povos que delas dependem.

Os esforços da sociedade civil para influenciar as decisões do BNDES estão em fase de franca expansão. Podemos

distinguir entre as redes sediadas no Brasil e as redes internacionais atuando fora do Brasil. Acreditamos que os trabalhos destes dois tipos de redes e atores são complementares e têm aportes particulares de contribuição para a construção de sinergias.

A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, que tem uma longa experiência com estas instituições internacionais, já tentou se concentrar no BNDES. Seu livro *Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das instituições financeiras*, organizado por João Roberto Lopes Pinto e cuja primeira edição foi publicada em 2012, apresenta diversas análises relevantes sobre o BNDES e serve como uma referência importante sobre o assunto. Outra rede importante é a Plataforma BNDES, criada em 2007, que trabalha em favor da democratização do banco e a redefinição do desenvolvimento nacional. Recentemente, esta rede tem experimentado diferenças entre algumas das suas organizações membros sobre a melhor maneira de realizar esses fins. Algumas dessas diferenças residem em diferentes teorias de mudança, em que Furtado e Strautman classificam como: (i) “a crítica reformista” que “consideram que as salvaguardas são um eficaz instrumento para a promoção de um desempenho ambientalmente responsável por parte dos bancos” sempre quando sejam aplicadas adequadamente⁷⁰; y (ii) a “crítica contestatária” que argumenta que “as instituições não podem ser reformadas e que as mudanças de discurso não se traduzem em mudanças na prática”.⁷¹

A partir de 2012 surge uma lista de interesse, conhecido como “Grupo BNDES no Foco”, composta principalmente por organizações da América Hispânica, mas em constante diálogo com seus colegas brasileiros, e está em processo de consolidação. A contribuição específica desta rede é que ela acrescenta uma dimensão internacional aos trabalhos de incidência sobre na atuação do BNDES, já que as organizações vêm de países onde o BNDES está produzindo, ou pode produzir, fortes impactos negativos. Seu argumento básico é que, se o BNDES atuará na arena internacional não pode simplesmente para esconder-se depois do discurso nacionalista, sim não que tenha a obrigação a cumprir os mais elevados padrões internacionais. A rede desenvolveu uma primeira versão de um Plano de Ação BNDES 2013 que define as tarefas, atividades e responsabilidades iniciais a serem realizados por os membros do grupo, necessárias para lograr alcançar

70 Furtado, Fabrina y Gabriel Strautman. “Ambientalização dos bancos: da crítica reformista à crítica contestatária”. Em *Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das Instituições Financeiras*. J.P. Lopes Pinto, org. 2012, p. 34.

71 *Ibid.*, p. 37.

a conformidade com o seguinte objetivo geral: “atingir para 2018, que no BNDES implemente salvaguardas sociais e ambientais que garantissem o respeito dos direitos ambientais e humanos das comunidades potencialmente afetadas pelos projetos que financia e a implementação de uma política de transparência e participação efetiva, que garantissem a abertura e informação relevante dos projetos que financia, fora e dentro do Brasil” (ênfase não original).⁷²

Um elemento transcendental no processo de construir governança nos BNDES tem sido a coordenação de diferentes atores e iniciativas que vão além das redes tradicionais. Vale ressaltar que o processo de diálogo com o BNDES está começando a desenvolver em função a coordenação e liderança do IBASE. Esta organização brasileira realizou um primeiro Seminário sobre BNDES e seus investimentos na América Latina em março de 2013 e que foi o início de um processo de diálogo entre o BNDES e organizações de adquirir conhecimento e considerar um plano de incidência real, concreto e em longo prazo. Direito Ambiente e Recursos Naturais, em coordenação com o IBASE, está fazendo um segundo seminário sobre a promoção da transparência no BNDES (melhorar o conhecimento e levantar uma “folha de rota” de mudanças de longo prazo), em junho de 2013; e em o segundo semestre INESC será a organização de um Terceiro Seminário em um processo de coordenação entre a sociedade civil no Brasil e na região, o que mostra uma hierarquia de priorização na busca de uma política e mecanismos de participação e de diálogo, transparência a fim de procurar as salvaguardas ambientais e sociais.

Estes reuniões proporcionam o conhecimento e a oportunidade de ter um diálogo direto com os funcionários do BNDES e do Governo Brasileiro, pois se realizam no Rio de Janeiro e Brasília e se coordena e diálogo anteriormente. Também é provável no curto período de tempo se estabeleça um mecanismo formal de diálogo por essa coordenação entre atores regionais com BNDES. Ao mesmo tempo, começou o longo processo de construção de uma base para os futuros trabalhos com os bancos chineses, mas requer outro conjunto de informações e capacidades técnicas e políticas para superar as barreiras linguísticas, geográficas e culturais. No

entanto, dada a crescente importância do investimento chinês na Amazônia, e na América Latina em geral, temos de começar a criar uma base de conhecimento e de um trabalho em longo prazo. Duas organizações que iniciaram essa árdua tarefa são International Rivers, que publico em 2012, uma excelente análise intitulada *The New Great Walls: A guide to China's Overseas Dam Industry*, e o World Resources Institute - WRI que há posto a disposição vários trabalhos sobre os bancos chinês no site www.slideshare.net/WorldResources.

2.2.2. Estudos de Avaliação Ambiental Estratégica

A realização dos estudos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um pré-requisito para a construção de grandes projetos de desenvolvimento, que começou há cerca de vinte anos na América Latina, representou um grande avanço para os grupos e as comunidades que seriam afetadas pela implantação de tais projetos. E, apesar de inúmeras falhas na aplicação deste instrumento -como a falta de adequados análises dos impactos sociais- os estudos de EIA continuar sendo uma ferramenta extremamente útil e necessária para dimensionar os potenciais impactos que os projetos podem causar e para lá elaboração de instancias de mitigação e compensação. No entanto, em contraste com a nova e massiva onda de megaprojetos que a Amazônia está experimentando hoje, este instrumento mostrou-se insuficiente para englobar os múltiplos impactos produzidos pela simultânea realização de muitos projetos.

Assim, surge a necessidade de um novo tipo de instrumento capaz de avaliar os impactos ambientais e sociais em escalas geográficas e temporais maiores e incorporar essas informações em um processo de planejamento regional. Durante os últimos dez anos, um novo tipo de estudo -Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)- surgiu no âmbito das instituições financeiras e de políticas públicas internacionais e passa a ser utilizada em diferentes regiões do mundo.⁷³

O principal avanço que uma AAE oferece em relação a um AIA é sua dimensão estratégica, no sentido de que está incorporado dentro de uma visão ampla do

72 A criação desta lista de interesse foi por iniciativa do Direito Ambiente e Recursos Naturais DAR do Peru e a Associação Interamericana de Defesa Ambiental AIDA. DAR indicou que a estratégia de gerar governança e elevar os padrões ambientais e sociais para projetos de infraestrutura na Amazônia são objetivos regionais que orientam este trabalho, que é realizado em coordenação com outras redes e atores como Articulação Regional Amazônica e Grupo de Infraestrutura ARA Regional, Rede Jurídica Amazônia RAMA, Latindad, RLIE, etc., permitindo uma maior articulação do que o típico trabalho de apropriação entre atores ou redes. A estratégia de buscar a governança (priorizar participação cidadania e melhorar a transparência dessas instituições), são passos necessários para o conhecimento e incidência de construir salvaguardas ambientais e sociais nestas instituições regionais.

73 Quatro dessas instituições são: International Association for Impact Assessment IAIA; Banco Mundial; OECD; e Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. Na literatura deste estudo, é possível encontrar as referências para cada um das AAE: IAIA (2002); Kulsum et al. (2005); IADB (2006); e OECD-DAC (2006).

desenvolvimento. Como tal, serve como subsídio para o planejamento, para os programas e as políticas públicas para uma região específica. Podemos identificar cinco elementos básicos que devem compor uma AAE e que a diferenciam de uma AIA.

- **Escala regional:** Uma AAE abrange uma área geográfica maior que a área de influência de um único projeto de desenvolvimento. Apesar de não existirem parâmetros fixos para determinar o tamanho da área, algumas possibilidades são uma bacia hidrográfica, um departamento ou uma província subnacional ou um ecossistema.

- **Multi-setorial:** Uma AIA está trabalhando em um único projeto que pertence a um sector económico. Uma AAE avalia os impactos produzidos pelos projetos em diversos setores da economia, que tem como objetivo desenvolver em uma região determinada: transportes (estradas, linhas ferroviárias), energia (petróleo, gás, hidroeletricidade), agricultura (soja, óleo de palma, o gado), floresta (madeira); mineração (ouro, prata, bauxita).

- **Longo prazo:** Uma AAE utiliza um período de tempo muito maior do que uma AIA. Ao incorporar os processos ecológicos em sua avaliação de impactos, precisam trabalhar com fatores que estão expressos em temporalidades de longo prazo como os ciclos hidrológicos, recuperação florestal, esgotamento dos recursos não renováveis e mudanças climáticas.

- **Impactos cumulativos e sinérgicos:** Talvez a inovação mais importante de uma AAE é procurar compreender os efeitos do acúmulo dos impactos procedentes da implementação dos projetos de vários sectores económicos e as interações sinérgicas entre eles sobre toda a região delimitada.

- **Alternativas:** A visão regional e multi-setorial de desenvolvimento que uma AAE comporta lê permita inventar possíveis alternativas de desenvolvimento para não estar comprometido com um tipo de projeto ou um setor específico, como é o caso de uma AIA. O esboço de alternativas serve como uma importante contribuição para os processos de planejamento e elaboração de um plano próprio de desenvolvimento com maiores possibilidades que seja sustentável.

A proposta é que o uso de algum tipo de AAE, o desenho e a metodologia deve ser ajustado às especificidades da região de estudo, deve ser um novo requisito para a sociedade civil como ferramenta integral dos processos de planejamento. Outra exigência é que as organizações

da sociedade civil e as comunidades locais têm espaços que permitem sua participação ativa na realização dos estudos. Finalmente, as informações produzidas devem ser facilmente acessíveis para a população e tem uma ampla divulgação.

2.3. Governança socioambiental

2.3.1. Incidência sobre a tomada de decisões em um megaprojeto

A ênfase no planejamento do desenvolvimento da Amazônia através da instalação de megaprojetos pode ser complementada com uma correspondente ênfase na sua implementação. Durante todas as fases da instalação de um megaprojeto -Planejamento e análise preliminar; Desenho; Construção; Monitoramento e fiscalização- existem vários assuntos básicos que devem ser abordadas. A lista mínima inclui:

- Análise de custo/benefício que utilizam fatores econômicos e sociais;
- Identificação das ameaças aos direitos coletivos e os direitos humanos;
- Avaliação e mitigação dos potenciais impactos sociais e ambientais;
- Desenvolvimento de um conjunto abrangente de salvaguardas sociais e ambientais;
- Estabelecimento de um quadro para a gestão integrada da bacia hidrográfica;
- Utilização de tecnologias de baixo impacto e de baixo carbono;
- Funcionamento de sistemas de monitoramento contínuo nos níveis local, regional e nacional;
- Fiscalização de governo consistente das leis, os regulamentos e as salvaguardas.

O cumprimento desta dimensão mais técnica depende diretamente ao processo de tomada de decisões sobre o megaprojeto. Para fazer parte de um debate verdadeiramente público, as decisões sobre o megaprojetos deve ser transparentes, com e fácil e amplo acesso a informações sobre o projeto. Há também grandes necessidades de formação para garantir o uso amplo e participativo das ferramentas de planejamento e análises. O processo de tomada de decisões, por sua vez, pode ser fundamentado no diálogo entre o setor privado, o governo e as organizações da sociedade civil, nos múltiplos espaços de atuação em torno do megaprojeto.

Dado o elevado número de megaprojetos que estão sendo construídos e em fase de planejamento na Amazônia atual, qualquer trabalho de incidência deve ter um

sistema para escolher qual megaprojetos devem receber atenção prioritária. Entre os critérios mais importantes são a magnitude, o extensão geográfica, a duração e a irreversibilidade dos potenciais impactos que o projeto poderia gerar. Em relação a os fatores sociais, pode-se citar o número de pessoas afetadas, a violação dos direitos dos povos, o promovendo invasões e desmatamento e o potencial para urbanização desenfreada.

Organizações da sociedade civil e cientistas desenvolveram ferramentas de avaliação de megaprojetos que podem ajudar o processo de priorização. A Conservation Strategy Fund CSF, com sede nos Estados Unidos, Brasil e Bolívia e ação em outros países amazônicos, desenvolveu duas ferramentas úteis: O Filtro das Estradas e do HidroCalculador. O Filtro das Estradas, um instrumento para a identificação de projetos de estradas de alto risco, foi aplicado a 36 projetos de construção e melhoramento das estradas em cinco países da região amazônica. O Filtro classifica os projetos selecionados de acordo com seu nível de risco ambiental, social, econômico e cultural (ou inversamente, por a capacidade de mudar os planos rodoviários podem alcançar impactos positivos em termos de conservação). O HidroCalculador, no entanto, é uma ferramenta interativa em que o usuário pode desenvolver um análise básico da viabilidade econômica para projetos hidrelétricos, e calcular alguns indicadores ambientais e sociais simples que podem ser comparados com os de outras barragens. Ambas ferramentas estão disponíveis em seu site: <http://conservationstrategy.org>

Trabalhando com megaprojetos individuais oferece diversas oportunidades para a incidência que extrapolam o raio de influência restrita do projeto em sim. Um trabalho exitoso de incidência pode ajudar a estabelecer precedentes que poderiam funcionar como padrões para a construção de futuros projetos. A negociação de salvaguardas e o estabelecimento de fundos de compensação e programas de desenvolvimento regional são exemplos de outros precedentes possíveis que possam surgir a partir destes trabalhos.

A organização de redes de apoio e de mobilizações coordenados contra a construção de megaprojetos particularmente prejudiciais, tais como Belo Monte e a estrada que cruzaria os TIPNIS, representam importantes mecanismos de organização.

O trabalho de incidência em torno de um megaprojeto individual também serve para a construção de alianças regionais, nacionais e internacionais, a fim de traçar estratégias comuns para mobilizar setores de base. Essas alianças podem durar além da construção do megaprojeto

específico e ser operado para trabalhos futuros. Ao mesmo tempo, uma campanha contra um megaprojeto pode gerar tensões -e até cisões- entre as organizações participantes sobre as estratégias e táticas a serem empregadas. A campanha na barragem de Belo Monte é instrutiva a este respeito, já que gerou tensões no movimento, entre os grupos que não aceitaram a construção da barragem sobre a suposição de que qualquer e sentia e os que consideravam que a barragem estava a ser construída e foi momento para negociar as melhores condições para os povos afetados.

2.3.2. Utilização de Hierarquia de Mitigação

Outra consideração importante é a necessidade de participar no ciclo de implementação de um megaprojeto desde o início, impedindo a entrada na cena política após terem sido tomadas decisões importantes. O princípio básico da incidência ao nível de megaprojeto individual é capaz de influenciar os processos de tomada de decisões, com o entendimento de que uma das primeiras e mais importantes decisões é se o projeto deve ser construído ou não. Quando entra em um diálogo donde a decisão de construir um projeto é um fato, o trabalho de incidência será sempre uma de retaguarda em qual será destinado para escolher entre os diversos “males menores” em vez de ter um papel de liderança desde o início.

Durante os últimos cinco anos, várias organizações ambientais não-governamentais e fundações privadas têm colaborado no elaboração de um protocolo mínimo para uso na tomada de decisões em megaprojetos na Amazônia, conhecido amplamente como a “hierarquia de mitigação”. Esta hierarquia lança três conjuntos de questões -evitar, mitigar e compensar- sendo que cada um deve ser respondido em forma sequencial. Apenas quando as distintas stakeholders envolvidas ou potencialmente afetadas pelo megaprojeto têm encontrado respostas satisfatórias a um conjunto de questões é que devemos passar o seguinte conjunto. Por exemplo, se as respostas do conjunto a “evitar” revelam que o projeto proposto não é viável, ou que certos grupos podem sofrer danos graves e irreversíveis, a aplicação de a hierarquia de mitigação pode-se concluir que o projeto não deve ser construído. No entanto, se os stakeholders determinam que essas perguntas fossem respondidas satisfatoriamente, a construção do projeto seria aprovada e passar no conjunto de “mitigar”.

Embora não existam perguntas fixas para cada conjunto, há um consenso geral sobre o conteúdo que estas questões devem cobrir. O que é apresentado abaixo é uma elaboração da hierarquia, que incorpora elementos propostos por várias organizações e fundações.

Evitar

- O projeto é econômica e ambientalmente viável?
- Ter sido considerados projetos alternativos para alcançar os mesmos objetivos?
- Ter identificado quem ganha e quem perde com a instalação do projeto?
- Houve efetiva participação efetiva de todos os atores nas etapas de planejamento e tomada de decisões?
- No final, o projeto deve ser construído?

Mitigar

- Os direitos e a forma de vida dos povos indígenas e das comunidades locais foram respeitados?
- Ter já avaliou os potenciais impactos ambientais e sociais do projeto e divulgados amplamente os resultados?
- Um plano para mitigar os impactos foram elaborados em colaboração com os grupos potencialmente afetados pela construção do projeto?
- O plano de mitigação tem fontes de financiamento que são suficientes para sua adequada implementação?
- Qual é a melhor localidade para a construção do projeto?
- Qual é a melhor tecnologia que pode ser usada?

Compensar

- Os impactos produzidos que não são mitigados foram devidamente compensados?
- Houve a participação da comunidade e o uso de critérios científicos no estabelecimento de compensação?
- O fundo de compensação tem fontes de financiamento que são suficientes para sua adequada execução?
- Existem mecanismos institucionais para administrar do fundo de compensação?
- Os benefícios de a compensação chegaram a os grupos mais afetados pelo projeto?

2.3.3. Políticas inovadoras de gestão dos recursos naturais

Embora as políticas nacionais representem um fórum privilegiado para a elaboração de novas políticas públicas devido ao seu grande alcance, a elaboração e a implementação de políticas públicas a nível subnacionais -departamentos, províncias, estados, municípios- oferece

muitas vantagens para os trabalhos de incidência em políticas públicas. Em primeiro lugar, os processos de elaboração de políticas públicas aos distintos níveis subnacionais ocorrem em espaços políticos que estão muito mais próximas às comunidades locais, dando-lhes mais oportunidades para sua participação. Ao tratar problemas vividos por eles, existe a possibilidade de uma melhor compreensão não só da política pública de discussão, sim não dos potenciais benefícios e impactos negativos que possam resultar da implementação da política.

Em segundo lugar, dado o grande número de entidades governamentais subnacionais, são mais propensos a experimentar com novos instrumentos e mecanismos públicos. Sua menor escopo geográfico e político facilita a construção de alianças sólidas e o surgimento de líderes comunitários capazes de atender às demandas populares. No entanto, a existência de tais oportunidades não garante que eles serão utilizados. O controle político que as oligarquias regionais amazônicas ham exercido historicamente sobre suas respectivas regiões é conhecido e representa um sério obstáculo para a formulação de políticas públicas inovadoras. Para tanto, os grupos interessados em trabalho de mudança para um modelo alternativo de desenvolvimento teriam que escolher as unidades governamentais subnacionais onde existem as melhores condições para esse tipo de trabalho.

Nós rapidamente mencionar dois casos: o estado do Acre no Brasil e na Região Loreto, no Peru. Com a eleição de Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores, como governador do Estado do Acre, em 1998, um novo grupo de líderes políticos e técnicos substituiu a tradicional oligarquia que dominou o Estado por décadas e uma nova visão de desenvolvimento foi implementado, conhecido amplamente como o "governo da floresta". Este grupo tem sido capaz de manter o controle do Estado, desde então, permitindo uma certa continuidade na implementação da visão e para a construção de projetos inovadores. Uma das realizações mais significativas foi a promulgação de uma lei estadual que estabelece um programa oficial REDD+, que serviu como uma alavanca para atrair recursos nacionais e internacionais para financiar o pagamento de créditos gerados pelas ações de controle do desmatamento.

Outro exemplo importante é a Região Loreto, no Peru. A eleição de Ivan Vasquez como Presidente do Governo Regional em 2007, e a posterior incorporação de muitos quadros da sociedade civil em seu governo, assumiu uma grande mudança na forma como o governo regional entendeu o desenvolvimento. O governo estabeleceu um programa inovador de áreas regionais de conservação dentro de uma filosofia que os moradores dessas áreas deve ganhar seu sustento por meio do uso sustentável da

floresta em pé, que foi chamado a conservação produtiva. No segundo mandato de Vasquez, esta região al norte da Amazônia Peruana enfrenta várias propostas para a expansão das atividades econômicas e infraestrutura de grande escala -exploração de petróleo, implementação de grandes projetos de dendê, a construção de novas estradas e hidroelétricas- e o governo, em colaboração com organizações da sociedade civil, iniciou um processo de compilação das bases cartográficas e informações sobre essas atividades e seus possíveis impactos para a subsequente realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica para a região. Para fazer isso, algumas organizações da sociedade civil peruana realizaram um estudo Loreto Sustentável 2021⁷⁴ –seguindo os passos do estudo Amazônia Peruana 2021 preparado por Marc Dourojeanni et al. em 2009-, que apresenta uma análise integral das políticas e investimentos em Loreto, bem como recomendações necessárias para melhorar sua gestão social e ambiental, conteúdo mínimo de uma futura Avaliação Ambiental Estratégica. Nesse sentido, a sociedade civil tem vindo colaborando com os governos nacionais e regionais para melhorar a governança na Amazônia.

2.4. Políticas de desenvolvimento e comércio

A incidência sobre as políticas de desenvolvimento e comércio ocorre em diferentes níveis de atuação e cada nível tem seus próprios instrumentos e atores sociopolíticos. Identificamos três níveis -nacional, binacional e continental- e para cada um deles serão priorizados apenas um tópico. O fio que tece entre os três níveis é a busca de um novo modelo de desenvolvimento.

2.4.1. Pesquisa de novas políticas de desenvolvimento amazônico

A nível nacional, foram identificados dois tipos de políticas que podem ser o foco do trabalho de incidência: as políticas de desenvolvimento amazônico e as políticas sectoriais. Com referência ao primeiro, vimos que um dos problemas mais graves com respeito às políticas nacionais dos países amazônicos frente a suas respectivas regiões amazônicas tem sido sua tendência a tratar a região como uma fronteira natural para promover o “desenvolvimento nacional”. Na prática, isso foi traduzido em situações de colonialismo interno onde os governos nacionais utilizam os recursos da Amazônia para financiar seus projetos de desenvolvimento e para gerar renda para a manutenção do Estado, deixando a maioria dos impactos ambientais

e sociais negativos para as populações amazônicas. Talvez o exemplo mais marcante a este respeito é o nordeste do Equador sofreu quarenta anos de contaminação de seu ambiente, com os correspondentes casos de doenças e problemas de saúde, como resultado da exploração de petróleo. E, apesar da última sentença judicial a seu favor no processo contra a Chevron, em defesa dos 30.000 habitantes da área, no qual a Chevron foi demandado a pagar US\$ 19 mil milhões em indenizações por danos e perdas, as populações locais continuam sofrendo sem receber compensação alguma.

Um dos mecanismos estabelecidos para corrigir esta situação é a transferência de uma parte dos royalties gerados pela extração de recursos, -comumente conhecido como “cânone”- para os governos regionais e municipais. Apesar de representar uma melhoria em relação ao status quo, a chegada desses fundos não necessariamente resolve estes problemas e, em alguns casos, os agravam. A entrega de grandes quantidades de dinheiro para os governos locais relacionados com as oligarquias regionais muitas vezes resulta em custos de projetos como novas estradas para facilitar a invasão de terras indígenas e aumentou as taxas de desmatamento. Assim, os povos da Amazônia sofrem duas vezes, primeiro quando o recurso é extraído e depois com gastos irresponsáveis dos royalties. Uma política que pode melhorar esta situação são os processos de planejamento comunitário do uso de recursos recebidos pelos distintos cânones.

Mas uma solução de fundo exige que os governos nacionais elaborem visões de desenvolvimento fundamentadas nas necessidades dos povos e comunidades amazônicas. Em outras palavras, os governos nacionais precisam ter propostas para um desenvolvimento propriamente amazônico. Neste sentido, as novas políticas públicas desenvolvidas e implementadas a os níveis subnacionais listados acima podem servir como um guia e incentivo para fazer os seus próprios planos de desenvolvimento amazônico.

No que se refere às políticas setoriais, há necessidade de trabalho de incidência nas políticas de energia e transportes para os megaprojetos de infraestrutura e em políticas de mineração e hidrocarbonetos para os megaprojetos extrativos. Não podemos listar um grande número de políticas que cada setor deve ter, mas podemos indicar rapidamente os parâmetros globais que devem dirigir a priorização de políticas a serem escolhidos para o trabalho de incidência, mantendo o foco aqui sobre a

74 Vejam: http://www.dar.org.pe/archivos/publicacion/loreto2021_final_re.pdf (Sumário Executivo) e http://www.dar.org.pe/archivos/publicacion/loreto2021_final.pdf (Obra completa). Este estudo é parte de um projeto para melhorar a governança na Amazônia, financiado pela Fundação Moore.

confeção de um modelo de desenvolvimento alternativo para lá Amazônia. Para as políticas de energia e transporte, as tarefas mais urgentes são a realização de avaliações críticas das políticas existentes sobre as fontes de energia e sobre alternativas às redes atuais de transporte. Para as políticas de mineração, petróleo e gás, as tarefas mais urgentes são a promulgação dos rigorosos controles ambientais, uma revisão dos processos de conferir dos direitos (concessões) e os planos participativos para uma melhor distribuição dos royalties (benefícios).

2.4.2. O Acordo Energético Peru – Brasil

Temos visto que nos últimos anos o modo bilateral tornou-se a forma predominante de financiamento dos megaprojetos de infraestrutura na Amazônia. Na maioria destes casos, cada projeto é o resultado de um acordo específico. A exceção a esta tendência é o Acordo Energético Peru - Brasil, que introduz várias novidades no processo de financiamento que, do ponto de vista ambiental e social, são extremamente preocupantes. Se este Acordo for aprovado e entrara em vigor, estabeleceria um precedente para toda a região amazônica e o espaço para a eventual formulação e execução de modelos alternativos de geração de energia elétrica seria severamente restrito. Como o acordo ainda não foi aprovado pelos respectivos congressos nacionais, ainda há espaço para a incidência e por isso, consideramos que a ação de incidência sobre o presente Acordo deve ser priorizada.

O Acordo prevê um prazo de 50 anos, a cometer formalmente um modelo específico de geração de energia elétrica para Peru e, como tal, limitando sua capacidade de mudar este modelo frente a novas situações durante as próximas cinco décadas. O exemplo do Acordo Binacional entre Brasil e Paraguai sobre a construção e operação da usina hidroelétrica de Itaipu na década de 1970 é instrutiva, porque 40 anos depois, o Paraguai está em uma situação econômica muito desfavorável contra o Brasil e teve grande dificuldade em renegociar o preço da energia exportada para o Brasil na última década.

O Acordo Energético Peru - Brasil define um limite de 7,200 MW (6,000 MW + 20% de tolerância) de capacidade instalada para exportações de eletricidade para o Brasil, capacidade que se traduz em a construção de, pelo menos cinco grandes hidroelétricas junto a suas respectivas linhas de transmissão. As concessões das barragens e linhas de

transmissão serão concedidas por um período de 30 anos e durante este tempo irá manter fixa a quantidade de energia de reserva tanto para o Peru e para o Brasil.⁷⁵ Este tipo de acordo ameaça a segurança energética nacional do Peru limitando a sua capacidade de conduzir a energia gerada em seu território com base suas necessidades futuras que são atualmente desconhecidos.

Outro conjunto de preocupações com este tipo de acordo se relaciona com salvaguardas sociais e ambientais e o respeito pelos direitos dos povos indígenas, especialmente o direito a consulta prévia, livre e informada e um forçado a deslocamento de suas terras comunais. Uma vez que um Acordo de longo prazo, seria mais difícil estabelecer padrões ambientais e sociais mais firmes que responderia às novas condições ambientais devido à mudança climática ou futuras catástrofes ambientais. Então, antes de ratificar um Acordo de longo prazo, é necessário para garantir uma capacidade institucional para poder lidar com situações de mudança.

2.4.3. Os novos espaços de participação na UNASUL

A União de Nações Sul-Americanas UNASUL é um organismo intergovernamental concebido como uma instância para o diálogo, acordos e cooperação entre os doze países da América do Sul y como tal não adquiriu uma institucionalidade supranacional, como foi o caso de blocos regionais comerciais. Sua instância máxima de decisão é o Conselho de Chefes de Estado. O artigo 18 do Tratado Constitutivo da UNASUL é a "Participação Cidadã" e, em teoria, abre-se um abanico de possibilidades para a participação de organizações da sociedade civil, povos indígenas, povos afro-descendentes e outros grupos. Podemos inferir que há uma oportunidade limitada para a sociedade civil de incidir em a instância máxima da UNASUL, ter pouco acesso direto aos Chefes de Estado. Revilla lança outra advertência com respeito a os trabalhos de incidência com as organizações internacionais, quando afirma que "os processos longos e caros não necessariamente se traduzem em mudanças tangíveis nas vidas dos setores sociais."⁷⁶

Entre os casos mais dinâmicos da UNASUL são os Conselhos Ministeriais, dos quais nove foram criados até agora, com o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento COSIPLAN um dos mais ativos, principalmente em termos de ser o lugar que tomou a responsabilidade para o

75 DAR - Direito Ambiente e Recursos Naturais. (2001). O Acordo Energético Peru – Brasil. Os casos de Inambari e Pakizapango. Lima: DAR.

76 Revilla, Carlos. (2012). "Documento de atualização sobre oferta de participação em UNASUL". La Paz: Centro de Estudos para e Desenvolvimento do Trabalho e Agrário, p. 35.

programa IIRSA. Mas, como COSIPLAN adotou o mesmo portfólio de projetos da IIRSA e lançou sua lista de projetos prioritários, parece haver pouca oportunidade de mudar essas decisões já feitas, deixando o trabalho de incidência para modificações futuras dessas prioridades. Além disso, há o problema que COSIPLAN parece ter adquirido alguns dos problemas encontrados na implementação da IIRSA, tais como um processo de tomada de decisões e uma forte ênfase na aplicação de um modelo comercial que exclui considerações sociais e ambientais.

Apesar da existência desses desincentivos à participação, a UNASUL oferece um espaço regional que pode influenciar sobre as ações dos países membros, em particular as políticas expansionistas do Brasil. Se a UNASUL estabelece normativas sociais e ambientais para financiamentos, todos os países teriam que segui-los, criando um novo ponto de pressão política sobre os governos nacionais. Nesse sentido, os trabalhos da incidência da UNASUL e os possíveis contatos de diálogo com esta instituição são claramente positivos e complementares aos trabalhos paralelos de incidência BNDES.

Foi renovado um interesse no tema da UNASUL com várias experiências promissoras que merecem menção aqui. Em novembro de 2012, foi realizada em Bogotá o Seminário-Talher "Para uma Estratégia de Incidência em UNASUL e BNDES", organizado conjuntamente pelo Instituto Latino-Americano de Serviços Legais Alternativos ILSA (com sede na Colômbia) e o Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Trabalho e Agrário (com sede na Bolívia) com a participação de representantes dos povos indígenas e grupos de afro-descendentes junto com membros de outros movimentos sociais e organizações não-governamentais. O documento final do evento, publicado em 2013 relativa à coordenação de Hector- Leon Moncayo, é intitulado UNASUL: opções de participação da sociedade civil e apresenta uma ampla gama de possibilidades para a participação. Ao mesmo tempo, o documento ressaltou que nestas discussões UNASUL precisa estabelecer um claro quadro de respeito aos direitos humanos antes de estabelecer qualquer definição de salvaguardas.

Outras ações recentes voltadas para a incidência sobre a UNASUL incluem dois seminários e um talher organizados pela Fundação Friedrich Ebert sobre segurança e inversões em conjunto com os órgãos da UNASUL; o pronunciamento apresentado pela Rede Latino-Americana de Indústrias

Extrativas RLIE, para a reunião de UNASUL em Lima (30 de novembro de 2012), a fim de influenciar a agenda de inversões da UNASUL, assim como lograr uma efetiva participação em seus órgãos sociais;⁷⁷ e o Talher organizado recentemente pelo Direito Ambiente e Recursos Naturais DAR (Lima, abril de 2013) com uma série de organizações na região, que tem elaborado um plano de trabalho para conseguir introduzir mecanismos de participação cidadã e transparência no processo de tomada de decisões de UNASUL e, especificamente do COSIPLAN, que agora decide a priorização dos projetos IIRSA.⁷⁸

77 ARA Articulação Regional Amazônica. (2012). "Apontes sobre UNASUL e COSIPLAN". Belém, p. 3.

78 Tem preparado um projeto de Carta que está sendo endossado por mais de 30 organizações da região com a finalidade de plantear pontos mínimos de participação cidadã em UNASUL/COSIPLAN.

BIBLIOGRAFIA

ARA – Articulação Regional Amazônica. (2012). “Notas sobre UNASUL e COSIPLAN”. Belém.

Balée, William. (1992). “People of the fallow: A historical ecology of foraging in lowland South America”. Em: Conservation of neotropical forests. Redford, K. y C. Padoch, eds. New York: Columbia University Press, p. 35-57.

Bensusan, Nurit y André Lima. (2003). Quem Cala Consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais (Documentos ISA nº 8). São Paulo: Instituto Socioambiental.

Berman, Célio. (2012). “O setor elétrico brasileiro no século 21: Cenário atual e desafios.” Em: O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21, 2ª edição. Brasília: International Rivers Network – Brasil.

Berman, Célio. (2012). “O setor de eletro-intensivos.” Em: O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21, 2ª edição. Brasília: International Rivers Network – Brasil.

Browder, John y Brain J. Godfrey. (1997). Rainforest cities: urbanization, development, and globalization. New York: Columbia University Press.

Bustillo, Inés. (2011). “Latin America and the Caribbean: Links with China and the global economy.” Apresentação de PowerPoint. Washington: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC).

Castro de la Mata, Gonzalo. (2011). “Seeking opportunities from new patterns in global trade.” Apresentação de PowerPoint. Washington: Interamerican Development Bank (IDB-TN-236).

CEDLA – Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Trabalho e Agrário. (2012). Direitos indígenas na Comunidade Andina de Nações/Memória do workshop/com e CCPICAN. La Paz.

Chapin, Mac. (2004). “A challenge to conservationists”. World Watch Magazine, Vol. 17, No. 6.

Chaulot, Yves. (1978). Estado, acumulação e colonialismo interno. Petrópolis: Editora Vozes.

Chávarry, Vanessa. (2012). “Análise comparativo dos regimes jurídicos da América Latina para o desenvolvimento de atividades extrativas”. Diploma em Indústrias Extrativas, Vigilância e Desenvolvimento Sustentável.

DAR – Direito Ambiente e Recursos Naturais. (2011). O Acordo de Energia Peru – Brasil: Os casos Inambari e Pakitzapango. Lima: DAR.

- Devlin, R., A. Estevadeordal, and A. Rodriguez-Clare, eds. *The Emergence of China: Opportunities and Challenges for Latin America and the Caribbean*. Washington: Inter-American Development Bank. 2006.
- Dobbs, Richard et al. (2011). *Resource revolution: Meeting the world's energy, materials, food, and water needs*. McKinsey Global Institute.
- Dourojeanni, M. et al. (2009). *Amazônia Peruana em 2021*. Lima: ProNatureza.
- Dowie, Mark. (2009). *Conservation Refugees: The hundred-year conflict between global conservation and native peoples*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Equador Decide. (2012). *A reconquista europeia: Um TLC disfarçada de Acordo de Associação!* Quito.
- Enrique Fernandez, Claudia. (2001). "Building governance in the area of influence in the Southern Interoceanic Highway in Peru." Lima: Direitos, Ambiente e Recursos Naturais – DAR.
- Enrique Fernández, Claudia y Vanesa Cueto La Rosa. (2010). *Propostas para a construção de governança na Amazônia por meio de transporte sustentável*. Lima: DAR.
- Escobar, Arturo. (1995). *Encountering Development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Estado de São Paulo. (2012). "Rota de pacífico traz negócios y devastação." São Paulo: 14 de outubro.
- Fearnside, Philip y Brent Millikan. (2012). "Hidroelétricas na Amazônia: Fonte de energia limpa?." Em: *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21*, 2ª edição. Brasília: International Rivers Network – Brasil.
- Finer, Matt, y Clinton N. Jenkins. (2012). "Proliferation of hydroelectric dams in the Andean Amazon and implications for Andes-Amazon connectivity." *PLoS ONE* 7(4): e35126.doi:10.1371/journal.pone.0035126.
- Fundação Construir. (2012). *Diálogo intercultural: Construindo a justiça plural – Manual de trabalho (segunda edição)*. La Paz: Fundação Construir.
- Gallagher, Kevin P. y Roberto Porzecanski. (2010). *The dragon in the room: China and the future of Latin American industrialization*. Palo Alto: Stanford University Press.
- Gamboa Balbín, César y Vanessa Cueto La Rosa. (2012). *Matriz energética no Peru e energia renovável. VI – Hidroelétricas e conflitos sociais: Recomendações para uma melhor gestão ambiental*. Lima: DAR.
- Goulding, Michael et al. (2010). *A Bacia do rio Inambari: Ambientes aquáticos, biodiversidade e barragens*. Lima: WCS.
- Hames, R. y W. T. Vickers, eds. (1983). *Adaptive responses of native Amazonians*. New York: Academic Press.
- Heckenberger, Michael J. (2005). *The ecology of power: Culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000*. New York and Londres: Routledge.
- Hemming, John. (1978). *Red Gold: The conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- IADB - Inter-American Development Bank. (2006). "Environment and Safeguards Compliance Policy," Washington: Inter-American Development Bank.
- IIRSA. (2011). *API – Agenda de Projetos Prioritários de Integração*. Comitê de Coordenação Técnica, IIRSA.
- International Association for Impact Assessment. (2002). "IAIA Strategic Environmental Assessment Criteria," Special Publications Series No. 1. Fargo: IAIA.
- International Forum on Globalization. (2009). *Ensuring indigenous peoples' and forest-dependent communities' rights in REDD*. San Francisco: IFG.
- International Rivers. (2012). *2020 Plan for the Amazon: A long-range strategy for protecting rivers and rights in the Amazon, from the Andes to the Atlantic*. Berkeley: IR.

- International Rivers. (2012). *The new great walls: A guide to China's overseas dam industry* (second edition). Berkeley: IR.
- Jenkins, Bruce. (2011). "Sustainable finance and emerging financial actors." Washington: World Resources Institute.
- Klare, Michael. (2012). "The end of easy everything." *Current History*, enero.
- Kulsum, Ahmed, Jean Roger Mercier y Rob Verheem. (2005). "Strategic Environmental Assessment—Concept and Practice," *Environmental Strategy* No. 14. Washington, DC: World Bank.
- A República. (2013). "China vai fornecer US\$ 2.000 milhões a fundo do BID para América Latina". Lima, 17 de março.
- Little, Paul E. (2001). *Amazonia: Territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Little, Paul E. (2004). "Ambientalismo e Amazônia: Encontros e desencontros." Em: *Amazônia: Cenas e cenários*, D. Sayago, J-F. Tourrand; M. Bursztyn, eds., pp. 321-344. Brasília: Editora UnB.
- McElhinny, Vince. (2012). "Análise das oportunidades de participação nas políticas e programas da UNASUL: Elementos de uma proposta (Documento de discussão)." Apresentado no Seminário Estratégias de Incidência da Sociedade Civil em UNASUL e BNDES, Bogotá, Colômbia, novembro.
- Meggers, Betty. (1971). *Amazonia: Man and culture in a counterfeit paradise*. Chicago: Aldine Atherton Inc.
- Melatti, Júlio César. 1995. "Áreas etnográficas da América do Sul." Conferencia apresentada no Seminário "Arqueologia – Tendências Atuais." Universidade de Brasília.
- Moncayo S., Héctor-León. (2012). "Rumo a uma estratégia para a incidência da sociedade civil na UNASUL". Bogotá: ILSA.
- Moncayo S., Héctor-León, coord. (2013). *UNASUL: opções de participação da sociedade civil*. Bogotá: ILSA; Cedla; Rights and Resources.
- Moreira, Maurício Mesquita. (2010). *Ten years after the take-off: Taking stock of China-Latin American and the Caribbean economic relations*. Washington: Integration and Trade Sector, Inter-American Development Bank.
- Morell, Virginia. (1999). "The sixth extinction". *National Geographic* 195(2): 42-59.
- Moss, Margi y Gerard Moss. (2012). "Rios Voadores". Projeto Rios Voadores: www.riosvoadores.com.br
- OECD-DAC. (2006). "Good Practice Guidance on Applying SEA in Development Co-operation." [<http://www.oecd.org/dataoecd/4/21/37353858.pdf>]
- Peritore, N. Patrick y Ana Karina Galve-Peritore, eds. (1995). *Biotechnology in Latin America: politics, impacts, and risks*. Wilmington: SR Books.
- Peru: Relatório Alternativo 2012 – Sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT. (2012). Lima: Sonimagens do Peru.
- Pinto, João Roberto Lopes, org. (2012). *Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza*. Brasília: Rede Brasil.
- Posey, Darrell y William Balée, eds. (1990). "Resource management in Amazonia." *Advances in Economic Botany* 7: 1-287.
- Powers, Bill. (2012). "As melhores práticas no desenvolvimento de projetos de petróleo na selva". E-Tech International: www.etechninternational.org
- RAISG – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. (2012). *Amazônia Baixo Pressão*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- RAMA – Rede Jurídica Amazônica. (2012). *O direito a território e de autogoverno territorial dos povos indígenas da região Amazônica da Bolívia, Colômbia, Equador Peru e Venezuela*. Quito: Fundação Pachamama.
- Redford, Kent y Christine Padoch, eds. (1992). *Conservation of neotropical forests: working from traditional resource use*. New York: Columbia University Press.

- Revilla, Carlos. (2012). "Documento de atualização sobre oferta de participação em UNASUL". La Paz: Centro de Estudos para el Desenvolvimento do Trabalho e Agrário.
- Ribeiro, Gustavo Lins. (1987). "A mais grande melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada a lá expansão de sistemas económicos". *Desenvolvimento Econômico – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 27, No. 105.
- Ricardo, Fany, org. (2004). *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Ricardo, Beto y Fany Ricardo, eds. (2011) *Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Riggirozzi, Pía y Diane Tussie, eds. (2012). *The rise of post-hegemonic regionalism: The case of Latin America*. United Nations University Series on Regionalism, Vol. 4.
- Rivasplata Cabrera, Francisco. (2012). "Mapeamento de atores e formas de incidência no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil". Lima: DAR.
- Romero, Simon. (2012). "Swelling rain forest cities surge in Amazon". *New York Times*, 24 de noviembre.
- Sachs, Ignacy. (2008). "Amazônia: laboratório das biocivilizações do future". *Territórios da Cidadania*.
- Sponsel, Leslie E. (1995). "Relationships among the world system, indigenous peoples, and ecological anthropology in the endangered Amazon". En: *Indigenous Peoples and the Future of Amazonia*, L.E. Sponsel, ed., pp. 264-293. Tucson: University of Arizona Press.
- Takas, David. (1996). *The idea of biodiversity: Philosophies of paradise*. Baltimore y Londres: John Hopkins University Press.
- Thomas, Jan. (2012). "Mega-infrastructures and civil society in the Amazon." *Rainforest Foundation Norway*.
- Turner, Terence. (1993). "The role of indigenous people in the environmental crisis: The example of the Kayapó of the Brazilian Amazon". *Perspectives in Biology and Medicine* 36(3): 526-545.
- UICN. (2010). *Sobreposição de territórios indígenas e áreas protegidas em América do Sul*. Gland: DFID.
- Valor Econômico. (2013). "Fundo Amazônia aprovou 36 projetos". 14 de março, p. A3.
- Verdum, Ricardo. (2012). "As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira." Brasília: INESC.
- Vergara, Walter y Sebastian M. Scholtz. (2010). *Assessment of the Risk of Amazon Dieback*. Washington: World Bank Studies.
- Whitten, Norman E. Jr. (1976). *Sacha Runa: Ethnicity and adaptation of Ecuadorian jungle Quichua*. Urbana: University of Illinois Press.
- Widmer, Roland. (2012). "The Brazilian Safeguard Regime, its application, and recommendations for the future". *One Advisory*. [www.oneadvisory.com]
- World Commission on Dams. (2000). *Dams and development: A new framework for decision-making*. Londres: Earthscan.
- World Watch Magazine. (2005). "Responses to 'A challenge to conservationists'". Vol. 18, No 2.
- WRI - World Resources Institute. (2012). "Emerging actors in development finance: A closer look at China's overseas investment." Apresentação do PowerPoint. Washington: WRI.
- Zucker, Gabriel. (2011). "The qualitative effects of FDI in host countries: Brazilian investment in the Peruvian Amazon". *Direito Ambiente e Recursos Naturais DAR*.

MEGAPROJECTOS NA AMAZÔNIA
Uma análise geopolítica e socioambiental com
propostas de melhor governo para a Amazônia

Foi impresso nas oficinas da REALIDADES S.A.
Augusto Tamayo #190 Of. 5
E-mail: informes@realidades.pe
Página da Internet: www.realidades.pe
A impressão foi concluída em Dezembro de 2013

COM O FINANCIAMENTO:



Regnskogfondet
RAINFOREST FOUNDATION NORWAY

11.11.11

VECHT MEE TEGEN ONRECHT



CHARLES STEWART
MOTT FOUNDATION

COM O APOIO:



D E R E C H O
A M B I E N T E Y
R E C U R S O S
N A T U R A L E S



ISBN: 978-612-4210-05-1



9 786124 210051